



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
FACULDADE DE LETRAS – FALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA - PPGLL

Mercia Sylvianne Rodrigues Pimentel

**ENTRE DIZERES E SILENCIAMENTOS: UMA ANÁLISE
DISCURSIVA DO *JORNAL DA ASSEMBLEIA DE ALAGOAS***

MACEIÓ
2010

MERCIA SYLVIANNE RODRIGUES PIMENTEL

**ENTRE DIZERES E SILENCIAMENTOS: UMA ANÁLISE
DISCURSIVA DO *JORNAL DA ASSEMBLEIA DE ALAGOAS***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL), para a obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho

MACEIÓ
2010

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

P644e Pimentel, Mercia Sylvianne Rodrigues.
Entre dizeres e silenciamentos : uma análise discursiva do Jornal da Assembleia de Alagoas / Mercia Sylvianne Rodrigues Pimentel. – 2010.
154 f.

Orientador: Helson Flávio da Silva Sobrinho.
Dissertação (mestrado em Letras e Linguística: Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Maceió, 2010.

Bibliografia: f. 125-130.
Anexos: f. 131-154.

1. Linguística. 2. Análise do discurso. 3. Silenciamento. 4. Política. 5. Poder.
6. Assembleia Legislativa de Alagoas. I. Título

CDU: 801

 UFAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS FACULDADE DE LETRAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA	 PPGLL
---	--	--

TERMO DE APROVAÇÃO

MÉRCIA SYLVIANNE RODRIGUES PIMENTEL

Título do trabalho: "ENTRE DIZERES E SILENCIAMENTOS: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO JORNAL DA ASSEMBLÉIA DE ALAGOAS"

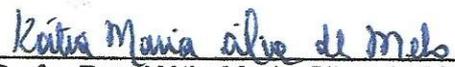
Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de MESTRE em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho (PPGLL/UFAL)

Examinadores:


Profa. Dra. Belmira Rita da Costa Magalhães (PPGLL/UFAL)


Profa. Dra. Kátia Maria Silva de Melo (CEDU)

Maceió, 13 de dezembro de 2010.

À força interior que me ilumina e inspira frente às adversidades

Dedico.

AGRADECIMENTOS

De início, agradeço ao professor Helson Sobrinho, que me orienta desde a época da especialização, traduzindo muito bem conhecimento em palavras. Sou grata não apenas pela orientação nesta pesquisa, mas também pela manifesta preocupação em relação a meu percurso na vida acadêmica.

Às professoras do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFAL, em especial, às doutoras Belmira Magalhães e Socorro Aguiar, pelo rigor na leitura do texto demonstrado no momento da qualificação. À professora convidada, Dra. Kátia Maria de Melo, pela gentileza e prontidão com que aceitou o convite para integrar a banca examinadora desta dissertação. No rol de professores, incluo também Rita Zozzoli, pelas leituras de Bakhtin, e Núbia Bakker, por ter apresentado um pouco desse universo teórico que compreende os estudos linguísticos.

Agradeço à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal), pelo financiamento dos estudos nesses quase dois anos de mestrado, assim como à direção, coordenação e ao apoio técnico do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFAL, pelo retorno às solicitações.

Não poderia deixar de incluir neste espaço Fabrisa Leite, Luciano Araújo e Selma Bezerra, verdadeiros amigos que construí no mestrado, e com os quais travei importantes discussões para o amadurecimento das ideias. Com eles, os diálogos ultrapassaram o ambiente acadêmico, permitindo que nosso contato se transformasse numa boa convivência. Incluo também os demais colegas de turma Alexandre Melo, Janaína Lygia, Sandra Peixoto, Neilton Lins, Priscila Rufino, Simone Makyama e Fábio Rodrigues, também pela relação harmoniosa.

Aos/as queridos/as Marcia, Miriam, Marcos (irmãos), Fátima e Lourdes (tias), Zeza (mãe), Fabiana (cunhada), Sabrina, Murilo e Miguel (sobrinhos), pelo prazer de integrarem minha família. Ao incentivo do meu tio José, que desde a graduação me cobra o doutorado!

Ao amigo jornalista Alexandre Lino, pela oportunidade de ter atuado na editoria de Política de um dos principais jornais de Alagoas, e com isso facilitado a compreensão de como se efetivam, na prática, os interesses e conflitos do poder político e midiático. Obrigada também pelos minutinhos dedicados ao esclarecimento de questões pontuais atinentes à política parlamentar e ao processo de “empresariamento” da comunicação no Estado.

No fim deste percurso, sinto-me orgulhosa e desafiada a aprofundar as reflexões sobre outras manifestações discursivas, pois delas emergem sentidos, os quais, parafraseando o filósofo Bakhtin, são uma ponte lançada entre nós e o mundo.

Enquanto os homens exercem seus podres poderes
Morrer e matar de fome, de raiva e de sede
São tantas vezes gestos naturais.

Caetano Veloso (Disco Araçá Azul)

RESUMO

Esta pesquisa tem o intuito de compreender os efeitos de sentido provenientes do discurso do *Jornal da Assembleia (JA)* – periódico impresso produzido pela Assembleia Legislativa de Alagoas (ALE) – durante os anos 2007-2008, mesmo período de deflagração da Operação Taturana. Essa operação foi realizada pela Polícia Federal, que investigou o desvio de mais de 300 milhões do Poder Legislativo estadual, cujos principais acusados de envolvimento foram deputados estaduais. A Operação Taturana é, então, tomada como um acontecimento discursivo silenciado pelo *Jornal da Assembleia*. Para analisar o discurso do *JA*, o referencial teórico adotado é o da Análise do Discurso (AD) pecheutiana, considerada uma teoria crítica acerca da linguagem e do discurso. O *corpus* discursivo é composto, em sua maioria, por enunciados extraídos dos 16 jornais da ALE publicados, mas também constam sequências discursivas retiradas de outros periódicos alagoanos, como os jornais *Gazeta de Alagoas*, *Tribuna Independente* e *O Jornal*, os quais foram incluídos para contrastar os dizeres apresentados em seu efeito de evidência. Reconhecido o fato de não existir imprensa livre, já que a divulgação das informações atende à política editorial/ideológica dos veículos de comunicação, os recortes trazidos da imprensa foram observados conforme os interesses em jogo. A partir das análises, constatou-se que o discurso do *Jornal da Assembleia* no biênio 2007-2008 funcionou pela tentativa de homogeneizar dizeres e silenciar informações que pudessem fragilizar sentidos que se queriam dominantes. A política do silêncio manifestada na forma de dominação interdita sentidos e ao mesmo tempo vai além dos “limites” das palavras. Nesse passo caminhou o discurso do *Jornal da Assembleia*, cujo funcionamento apontou para tentativas de controlar dizeres num espaço que transborda significância.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Política; Poder; Silenciamento; Assembleia Legislativa de Alagoas.

ABSTRACT

This research has the aim of understanding the meanings effects from the “Jornal da Assembleia” (JA) discourse – a newspaper produced by Legislative Assembly of Alagoas – during 2007 and 2008, the same period of Taturana operation. This operation was done by the Federal Police, that investigated the deviation of 300 million from the Legislative, which the main accused were the state legislator. The Taturana operation is taken as discursive event silenced by the “Jornal da Assembleia”. To analyze such discourse, the adopted theoretical reference is the discourse analysis (AD) by Pêcheux, considered as a critique discourse and language theory. The data is composed of discursive utterances taken from 16 ALE printed, but it also has some discursive sequences from others newspapers from Alagoas, such as “Gazeta de Alagoas”, “Tribuna Independente” and “O Jornal”, which were included to contrast the sayings presented in its evidence effect. We understand that there is no free press, because the spread of news serves to press\ideological policy of the means of communication, the fragments taken from the spread were observed according to the interests involved. After the analysis, we could see that the “Jornal da Assembleia” discourse from 2007 to 2008 worked as an attempt to homogenize and to silence the sayings that could make fragile the meanings intended to be dominant. The silence policy shown in the way of domination interdicts the meaning and at the same time it goes beyond of the words “limits”. In this way, the discourse of the “Jornal da Assembleia” was done, and it worked to control the sayings in a space full of meanings.

Keywords: Discourse Analysis; Policy; Power; Silence; Legislative Assembly of Alagoas.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES E SIGLAS

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Estrutura da sociedade capitalista, p. 58

Figura 2: Imagem *GA*, p. 72

Figura 3: Imagem *OJ*, p. 72

Figura 4: Imagem *TI*, p. 79

Figura 5: Imagem *GA*, p. 79

Figura 6: Imagem *GA*, p. 79

Figura 7: Imagem *GA*, p. 79

Figura 8: Imagem *JA* (SD3), p. 80

Figura 9: Imagem *JA* (SD4), p. 80

Figura 10: Imagem *JA* (SD10), p. 92

Figura 11: Imagem *GA*, p. 97

Figura 12: Imagem *JA* (SD22), p. 103

Figura 13: Imagem *JA* (SD23), p. 104

LISTA DE SIGLAS

ACS – Assessoria de Comunicação Social

AD – Análise do Discurso

AI – Assessoria de Imprensa

AIE – Aparelhos Ideológicos de Estado

ALE – Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas

ARE – Aparelho Repressivo de Estado

CLG – Curso de Linguística Geral

CP – Condições de Produção

DEM - Democratas

FD – Formação Discursiva

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FI – Formação Ideológica

GA – Gazeta de Alagoas

IAM – Instituto Arnon de Mello

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

JA – Jornal da Assembleia

MCS – Meios de Comunicação Social

MPE – Ministério Público Estadual

MSCC - Movimento Social Contra a Corrupção e a Criminalidade

OAB/AL – Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Alagoas

OJ – O Jornal

PCF – Partido Comunista Francês

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PF – Polícia Federal

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

SD – Sequência Discursiva

SIAFEM - Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

STPL/AL – Sindicato dos Trabalhadores do Poder Legislativo de Alagoas

TI – Tribuna Independente

TJ/AL – Tribunal de Justiça de Alagoas

TRE/AL – Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 DISCURSO, CURSO, PERCURSO: REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A AD	17
2.1 Considerações sobre língua e discurso em Bakhtin e Pêcheux	17
2.2 Condições de produção do discurso e sua ancoragem no materialismo histórico	27
2.3 Bases para a compreensão das concepções de sujeito e ideologia	33
2.4 O silêncio e suas formas	40
3 SOCIEDADE E POLÍTICA E A POLÍTICA DA MÍDIA	44
3.1 Teorizações sobre sociedade e Estado	44
3.2 Política, poder e tripartição de poderes	50
3.3 Mídia e comunicação organizacional como aparatos ideológicos do capitalismo	55
3.4 Política e meios de comunicação: paralelismos entre coronelismo político e midiático	61
4 O DISCURSO DO JORNAL DA ASSEMBLEIA DE ALAGOAS: ENTRE DIZERES E SILENCIAMENTOS	67
4.1 Organização e funcionamento do Legislativo estadual	67
4.2 Processo de constituição do <i>corpus</i> de análise	69
4.3 Condições de produção do discurso: Operação Taturana, crise e espetáculo	75
4.3.1 Antonio Albuquerque e a Assembleia: contradições e relações de força movimentando os sentidos	80
4.3.2 O plural e o democrático que reproduzem a ideologia dominante	87
4.3.3 A opacidade de um discurso que se quer transparente	96
4.3.4 Estado e Religião como instrumentos de reprodução do sistema capitalista	101
4.3.5 Diálogo com a sociedade: sintonia ou descompasso?.....	107
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	125
ANEXOS	131

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é fruto de reflexões sobre os sentidos produzidos pelo discurso do *Jornal da Assembleia (JA)*, periódico mensal oriundo do Poder Legislativo de Alagoas. Com o intuito de analisar esse discurso, partimos do entendimento de que os dizeres não são transparentes e que para compreendê-los é preciso atravessar sua opacidade, mobilizando ao mesmo tempo os domínios linguístico e histórico. Para isso, utilizamos como referencial teórico a Análise do Discurso (AD) de vertente pecheutiana, área do conhecimento que procura confrontar língua, sujeito e ideologia para compreender os processos de produção dos sentidos.

Embora o *Jornal da Assembleia* esteja inserido no campo da política parlamentar, o discurso que abordamos não deve ser entendido como fala proferida ao público nem como instrumento de comunicação, mas sim como prática de significação. Sobre a feição histórica do discurso, Malidier assinala que ele deve ser (2003, p. 21) “tomado como um conceito que não se confunde nem com o discurso empírico sustentado por um sujeito nem com o texto, um conceito que estoura qualquer concepção comunicacional de linguagem”. O discurso é, então, concebido como uma prática sócio-histórica, objeto que possibilita uma multiplicidade de sentidos, mas não qualquer sentido, pois eles não se dão no vácuo, mas construídos historicamente pelas práticas dos sujeitos.

Os enunciados formulados no âmbito do Poder Legislativo de Alagoas durante o período em que acompanhamos o *Jornal da Assembleia* (anos 2007-2008) foram analisados a partir do entrecruzamento contraditório com outros discursos, particularmente com um acontecimento discursivo – um fenômeno que alterou a estrutura vigente e possibilitou a emergência de novos sentidos. O acontecimento é, na explicitação de Pêcheux (2008), algo que irrompe no discurso, o encontro de uma atualidade com uma memória, provocando ruptura na rede de formulações para produção de sentidos outros.

A operação deflagrada pela Polícia Federal em 2007, Operação Taturana, possibilitou mudanças no quadro político da instituição, incidindo sobre a opinião pública a respeito dos deputados e permitindo que novos sentidos aflorassem, o que permite que tomemos o momento histórico decorrente dessa operação como um acontecimento discursivo. Porém, esse acontecimento, a ruptura na rede de formulações para produção do novo, não acontece no discurso da Assembleia, advém da exterioridade, de discursos outros. No jornal da ALE, o acontecimento funciona pelo silenciamento, já que o *JA* tenta homogeneizar o discurso e silenciar informações que afetem a política de interesses dos deputados. Levando isso em

consideração, tomamos para análise os 16 jornais publicados pela Assembleia Legislativa de Alagoas durante os anos 2007 e 2008, período em que os fatos relativos à investigação policial ganharam publicidade.

Com a deflagração da Operação Taturana, uma série de notícias sobre escândalos envolvendo parlamentares passaram a ocupar espaço na mídia. Essa operação foi desencadeada em dezembro de 2007, sendo responsável pelos indiciamentos e prisões de deputados acusados de desviar mais de 300 milhões dos cofres públicos. Em 2008, o Poder Judiciário estadual afastou dos mandatos 15 dos 27 integrantes da casa legislativa, fazendo com que os suplentes assumissem os cargos por algum tempo numa “dança de cadeiras” que colocou em evidência os interesses particulares em oposição aos da coletividade. Curiosamente, esses acontecimentos parecem não ter afetado a rotina e a prática dos legisladores alagoanos, tanto que muitos lançaram candidatura para concorrer nas eleições de 2010, tendo alguns deles conseguido renovar o mandato, como o ex-presidente do Legislativo estadual, Antonio Albuquerque.

Transformando os fatos decorrentes da operação policial em espetáculo midiático, os veículos de imprensa divulgaram notícias sobre desvios de recursos públicos, indiciamentos de deputados, afastamento de funções, prisões, acusações de empréstimos fraudulentos, contratações irregulares de servidores, dentre outras questões. Abaixo, os recortes de matérias extraídos dos três principais jornais em circulação no Estado – *Gazeta de Alagoas (GA)*, *O Jornal (OJ)* e *Tribuna Independente (TI)*:



Mesa Diretora da Assembléia é novamente afastada pela Justiça

Presidente do TJ/AL mantém decisão do juiz Gustavo Souza

O pedido de suspensão de mesa (PMV), o 2º acórdão Edson Filho (PSEB), o 1º acórdão Manoel Gomes de Moraes (PSEB) e o seguinte Dado Albuquerque (PSEB) devem ser novamente afastados da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado (ALE) a partir de hoje.

OS SOFRES DA OPERACÃO TATURANA

Caetano Lúcia - embaixador e presidente da Assembleia	João César Ribeiro de Albuquerque - irmão de Antonio Albuquerque
Nelson Falcão - ex-deputado e ex-diretor financeiro da Assembleia	João Roberto Ferraz - primo e ministro de Caetano Lúcia
Cláudio Gonçalves - ex-deputado, ex-vice-presidente da Assembleia	Marcelo José Moreira Soares Filho - ministro de Caetano Lúcia
Manoel Gomes de Moraes - ex-governador do Estado	Rose Chafim Vasconcelos de Lencastre - esposa de Manoel Gomes de Moraes
Caetano Lúcia - ex-deputado, ex-vice-presidente da Assembleia	Victor Nunes de Lencastre - ministro de Manoel Gomes de Moraes
Manoel Gomes de Moraes - ex-governador do Estado	Clayton Campos Barros - ministro de Manoel Gomes de Moraes
Caetano Lúcia - ex-deputado, ex-vice-presidente da Assembleia	Henrique D'Almeida de Carvalho Barros - ministro de Manoel Gomes de Moraes
Manoel Gomes de Moraes - ex-governador do Estado	Sandra Maria de Carvalho Barros - esposa de Henrique D'Almeida de Carvalho Barros
Caetano Lúcia - ex-deputado, ex-vice-presidente da Assembleia	André Antônio de Carvalho Barros - ministro de Manoel Gomes de Moraes
Manoel Gomes de Moraes - ex-governador do Estado	Henrique Tostes de Silva Loureiro - ministro de Manoel Gomes de Moraes
Caetano Lúcia - ex-deputado, ex-vice-presidente da Assembleia	Edson Gomes de Moraes - ministro de Manoel Gomes de Moraes
Manoel Gomes de Moraes - ex-governador do Estado	George Melo de Araújo Loureiro - ministro de Manoel Gomes de Moraes
Caetano Lúcia - ex-deputado, ex-vice-presidente da Assembleia	Daniela Martins de Moraes - esposa de George Melo de Araújo Loureiro
Manoel Gomes de Moraes - ex-governador do Estado	Edson Gomes de Moraes - ministro de Manoel Gomes de Moraes
Caetano Lúcia - ex-deputado, ex-vice-presidente da Assembleia	Edson Gomes de Moraes - ministro de Manoel Gomes de Moraes
Manoel Gomes de Moraes - ex-governador do Estado	Edson Gomes de Moraes - ministro de Manoel Gomes de Moraes

Tribuna Independente, 22 de fevereiro de 2008, p. 5.

Página A3

Paradoxalmente, não encontramos essas informações no jornal institucional da ALE, que, em tese, deveria ser o instrumento de divulgação de todas as notícias relativas ao Poder Legislativo estadual, um mecanismo de mediação do diálogo entre parlamentares e sociedade. Entre os muitos dizeres formulados pela bancada estadual há também muitos interditos. A

nosso ver, essa interdição se relaciona à política do silêncio ou silenciamento, a qual diz respeito ao fato de serem apagados sentidos que não são desejáveis numa dada situação discursiva. “Em face dessa sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)”, explicita Orlandi (2007b, p. 29). Inicialmente, já pressupomos qual a retórica de que o silêncio da Assembleia se reveste, porém possibilidades de resistência se apresentam – como a greve dos servidores da instituição – nesse constante “calar legislativo” que só diz o que lhe for conveniente.

Mas os veículos midiáticos também silenciam quando o fato contradiz a política editorial (ideológica) da empresa jornalística. A imprensa só divulga informações que sejam convenientes aos interesses dos grupos dominantes que a governam. Sobre a ação de silenciar dos meios de comunicação, Gaia (2005) aponta para o fato de que o leitor é obrigado a procurar outros espaços para buscar informações, já que essas lhe são negadas. Vale salientar que o fato de os meios de comunicação alagoanos terem dedicado demasiado espaço aos desdobramentos da Operação Taturana não faz deles independentes, uma vez que nas práticas de noticiabilidade (critérios, operações e instrumentos para definição do que será transformado em notícia) já se encontra a política de interdição, pois há uma filtragem do que pode ou não ser dito pelo jornal.

Melo (1994) recusa a ideia de objetividade jornalística, disseminada nas imagens de neutralidade e imparcialidade, como também a tese de que a mensagem jornalística é politizante no sentido de persuasiva e instrumentalizadora. A mídia é um instrumento de poder e só veicula informações cujos interesses não colidam com a política editorial. É, então, obedecendo à linha editorial (política ideológica de seleção do conteúdo) que as notícias ganham um direcionamento, e esse direcionamento está vinculado a questões político-econômicas, que incluem financiadores do veículo e forças políticas em jogo.

Conhecendo esse procedimento de “filtragem ideológica” das informações, analisamos o discurso do *Jornal da Assembleia*, um dos veículos que se configuram como a voz oficial do Poder¹, contrapondo-o aos discursos produzidos no campo midiático. Mobilizamos os conceitos da Análise de Discurso pecheutiana, numa interlocução com os trabalhos de Bakhtin, com a teoria da comunicação, numa perspectiva crítica, e com a Ciência Política. No interior da AD, buscamos dialogar com Pêcheux, Courtine, Maldidier, Orlandi, Silva-Sobrinho, Magalhães, Cavalcante, Gaia, dentre outros teóricos. A metodologia

¹ A *Tv Assembleia* e a página da instituição na internet (www.ale.al.gov.br) também são responsáveis pela veiculação das informações provenientes do Poder Legislativo de Alagoas.

empregada foi a delimitação de um *corpus* discursivo heterogêneo a partir da coleta e análise de enunciados contidos nos jornais da Assembleia Legislativa e em outros periódicos alagoanos, para confrontar os discursos e compreender os efeitos de sentido deles decorrentes.

O *Jornal da Assembleia* recorre a procedimentos discursivos para passar a ideia de que há unidade na prática dos legisladores, mas no interior dessa aparente homogeneidade existe a contradição, que se apresenta a partir do interdiscurso. Se a Mesa Diretora afirma ser “imperativa a necessidade de restabelecer a moralidade, a transparência e o compromisso popular”² na ação do parlamento e os fatos evidenciados noutros universos sociais mostram o contrário, faz-se imprescindível que procuremos outras materialidades discursivas para compreender o problema abordado.

A contradição se revela constitutiva das práticas discursivas no âmbito do Poder Legislativo estadual. Para demonstrar essa constatação, mobilizamos os discursos que circularam na esfera política: “Deputados aprovam projeto da Justiça e ajudam a combater crime organizado” e “Deputados presos por pistolagem”. O primeiro enunciado foi publicado na capa do *Jornal da Assembleia* de março de 2007, o outro, no ano seguinte, no diário *Gazeta de Alagoas*. Esse projeto mencionado na manchete do *JA* é a criação da 17ª Vara Criminal da Capital, a mesma, inclusive, que determinou a prisão dos deputados que diziam “ajudar” a combater o crime.

No informativo de julho de 2008, foi escolhida para manchete a notícia “Mais de 120 matérias aprovadas”. Diante desse efeito de evidência, questionamos o título utilizado, por ser uma das finalidades do Parlamento apreciar e votar matérias para o desenvolvimento do Estado. A própria Constituição Federal, que, inclusive, é objeto de recorrente consulta dos legisladores, no artigo 24 traz como competência da União e dos Estados legislar sobre

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; II - orçamento; III - juntas comerciais; IV - custas dos serviços forenses; V - produção e consumo; VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; IX - educação, cultura, ensino e desporto; X - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas; XI - procedimentos em matéria processual; XII - previdência social, proteção e defesa da saúde; XIII - assistência jurídica e Defensoria pública; XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência; XV - proteção à infância e à juventude; XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

² Trecho contido na Carta de Princípios publicada na terceira página do *Jornal da Assembleia*, edição de março de 2007.

Além de poderem legislar sobre todas essas matérias, os parlamentares estaduais têm ainda, segundo o inciso terceiro do mesmo artigo, a faculdade de exercer competência legislativa sobre normas gerais no caso de inexistirem leis federais. O enunciado “Mais de 120 matérias aprovadas” foi produzido numa época em que a Justiça estadual havia determinado a prisão do então presidente afastado, deputado Antonio Albuquerque, e do deputado Cícero Ferro sob a acusação de mandantes de dois assassinatos. Percebemos, pela análise desses fatos relativos ao mesmo momento histórico (prisão de deputados e aprovação de projetos), que a prisão dos dois políticos é silenciada para que ganhe espaço a informação de algo que já é função dos legisladores, ou seja, legislar sobre assuntos de interesse público. Assim, foi dito “x” para não dizer “y”.

Considerando as contradições, os silenciamentos e outros mecanismos de funcionamento do discurso, dividimos esta pesquisa em três capítulos: o primeiro contendo reflexões teóricas em torno da Análise do Discurso, o segundo abordando questões atinentes à relação entre política e meios de comunicação e o último focado nas análises das materialidades discursivas. A seguir, exporemos a disposição pormenorizada do conteúdo.

O discurso, etimologicamente, tem a ideia, de curso e percurso, lembra Orlandi (2007a). Tentando seguir um percurso não linear, mas baseado na historicidade, procuramos explicitar as bases para a compreensão do discurso no primeiro capítulo. De início, refletimos sobre a relação língua-discurso, passando pela visão de sistema adotada por Saussure e nos aprofundando nas questões relativas ao discurso, através das contribuições de Bakhtin e Pêcheux. Trazendo o quadro epistemológico construído por Pêcheux e Fuchs (1997), discutimos algumas categorias discursivas inscritas na Teoria do Discurso, como interdiscurso, formação discursiva, formação ideológica e condições de produção. No estudo dessas categorias, compreendemos a inter-relação que elas mantêm com o campo do materialismo histórico, o qual é constitutivo da AD.

Problematizações em torno das noções de sujeito e ideologia – conceitos fundamentais para o estudo do discurso enquanto objeto sócio-histórico – também são trazidas para a discussão, pois como afirma Pêcheux (2007, p. 149), retomando Althusser, sujeitos e sentidos se constituem juntos e também ideologicamente: “a categoria de sujeito... é a categoria constitutiva de toda ideologia”. Nesse espaço de delineamento teórico, também nos apoiamos nos estudos de Orlandi (2007b) sobre as formas de silêncio, formas essas presentes no discurso do objeto que propomos analisar (o discurso do *Jornal da Assembleia*).

Apoiando-nos no arcabouço teórico que compreende o materialismo histórico-dialético, desenvolvemos, no segundo capítulo, reflexões em torno das ideias formuladas

pelos pensadores liberais, fazendo um contraponto com a teoria marxista. Nesse momento, também discorreremos sobre a noção de política e seus correlatos político e poder, cuja problematização julgamos importante para a compreensão do discurso político-parlamentar; uma vez que o Poder Legislativo se insere num contexto político marcado por relações de força e poder. Considerando o Estado instrumento de legitimação do poder da classe dominante, estudamos algumas das formas que ele dispõe para manutenção e perpetuação do sistema capitalista, a exemplo das constituições – conjunto de leis em defesa da propriedade e de outros direitos que norteiam a ordem estabelecida para os sujeitos. A partir da leitura dos *Aparelhos Ideológicos de Estado*, de Althusser (1985), identificamos a Assembleia Legislativa como instituição que integra um poder de Estado (Poder Legislativo) e o *Jornal da Assembleia* como um instrumento ideológico que dissemina as versões hegemônicas dos grupos de poder, fazendo com que a ideologia dominante seja reproduzida.

Um estudo sobre os pressupostos da comunicação organizacional nos leva a discorrer sobre o *house-organ* (“jornal da organização”), um dos produtos jornalísticos eficazes para a disseminação dos posicionamentos de uma empresa ou instituição. Ainda no segundo capítulo, observamos os pontos de contato entre imprensa e capitalismo, particularmente o fato de a imprensa ter surgido num contexto de crescente desenvolvimento econômico da sociedade capitalista. No que tange à relação mídia-política-poder, reforçamos o paralelismo existente entre coronelismo político e meios de comunicação, tendo em vista que os donos da mídia são os coronéis da atualidade, políticos que barganham concessões de emissoras de TV e rádio para atender a seus interesses.

No terceiro capítulo, concentramos a abordagem na compreensão dos efeitos de sentido produzidos pelo discurso do *Jornal da Assembleia*, refletindo sobre suas condições de produção e imprimindo nosso gesto interpretativo. Inicialmente, apresentamos a organização e o funcionamento da Assembleia Legislativa, informando sobre as principais incumbências da instituição, como os projetos se transformam em lei, qual a política de divulgação dos atos, além de outras questões preliminares. Em seguida, explicamos como se deu a constituição do *corpus* de pesquisa, reforçando sua filiação ao campo dos estudos discursivos, bem como expomos os recortes das sequências discursivas (SDs) a serem analisadas. Considerando a Operação Taturana como um acontecimento discursivo silenciado pelo *Jornal da Assembleia*, expomos as condições de produção desse acontecimento a partir da reunião dos principais fatos, para, em seguida, aprofundarmos a análise das materialidades discursivas.

Organizamos os enunciados em blocos de sentido, conforme os efeitos de evidência que eles ofereciam. Com isso, não quisemos “enclausurar” os sentidos, pois os enunciados

contidos num bloco dialogavam com os de outro; o objetivo de dividi-los foi mostrar, cuidadosamente, como se deu o funcionamento discursivo a partir das materialidades observadas. Assim, dividimos em cinco tópicos temáticos: “Antonio Albuquerque e a Assembleia: contradições e relações de força movimentando os sentidos”, “O plural e o democrático que reproduzem a ideologia dominante”, “A opacidade de um discurso que se quer transparente”, “Estado e Religião como instrumentos de reprodução do sistema capitalista”, “Diálogo com a sociedade: sintonia ou descompasso?” Dessa forma, fica perceptível o nosso gesto de interpretação a partir dos títulos atribuídos aos blocos.

Concordamos com Orlandi (1998) quando ela afirma que na constituição do *corpus* já se inicia o processo de análise. Por isso, ao organizarmos os enunciados, alguns sentidos foram antecipados, daí termos compreendido que a ideologia dominante permeia as práticas políticas dos sujeitos parlamentares. Ressaltamos que os dizeres não devem ser vistos isoladamente, como se os sentidos fossem provenientes de um falar único e solitário; pois eles dependem das posições ocupadas pelos sujeitos na estrutura social. Formulado e circulado na conjuntura da formação social capitalista, o discurso do *Jornal da Assembleia* configurou-se de modo a fazer enxergar o que está apenas ao alcance do leitor sob o efeito da transparência da linguagem. Mas pudemos constatar que a língua é opaca e os sentidos emergem de um processo sócio-histórico, não devendo ser apreendidos a partir de sua face primeira.

2 DISCURSO, CURSO, PERCURSO: REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A AD

A língua sempre vai onde o dente dói, diz Lênin, para expressar que o retorno incessante a uma questão que incomoda indica que há ‘alguma coisa por trás’, confirmando a não resolução da questão.

(Michel Pêcheux, *Semântica e Discurso*, p. 87)

2.1 Considerações sobre língua e discurso em Bakhtin e Pêcheux

Os anos 1968/69 marcam a fundação da Análise do Discurso (AD) pecheutiana, campo epistemológico que trabalha o discurso enquanto objeto histórico, social e ideológico. Área do conhecimento que atua no entremeio da Linguística e do Marxismo, a AD nasceu das reflexões de Michel Pêcheux sobre o discurso e suas filiações sócio-históricas. Como salienta Malidier (1997, p. 16), “a análise de discurso está presente em toda parte, mas a análise do discurso francesa está, talvez, presente de forma mais intensa”. É, então, sobre esta corrente da Análise do Discurso que teve a França como berço teórico que nos debruçamos nesta pesquisa.

Assim como fez Malidier (2003) – ao apresentar o itinerário da AD sem, no entanto, deter-se à narração de fatos cronologicamente organizados – nossa preocupação também não é discorrer sobre a história dessa região teórica, mesmo sabendo que aspectos a ela relacionados, inevitavelmente, aparecerão. Assim, problematizaremos conceitos de base dessa área do conhecimento e ao mesmo tempo faremos um retorno à sua filiação histórica. De início, remontaremos a três importantes teóricos do século XX: Saussure – responsável pela organização do pensamento linguístico; Bakhtin – o qual atribuiu ao estudo da linguagem uma abordagem marxista, e Pêcheux, que, tomando também uma posição materialista, questionou as evidências que faziam da língua um objeto transparente, pensando-a como base para o funcionamento discursivo.

Como esta pesquisa se filia à AD pecheutiana, numa interlocução com os trabalhos de Bakhtin, o foco de abordagem recai, conseqüentemente, sobre as produções de Pêcheux e Bakhtin. Sabemos que a relação entre o pensamento desses dois filósofos envolve divergências, no entanto, a proposta é considerar os pontos em comum no que tange às produções empreendidas no campo dos estudos discursivos. Nesse sentido, também é importante ressaltar que não é da unidade que se ocupa a AD, pois ela se propõe a trabalhar as contradições, as fissuras teóricas deixadas pelas ciências humanas e pela história.

Diferente de outros campos epistemológicos, a Análise do Discurso não é uma área estabilizada; tanto que passou por sucessivas transformações³ até se constituir enquanto disciplina de entremeio⁴. Para pensar seu objeto (o discurso), confrontam-se o linguístico, o histórico, o social e o ideológico, pois os sentidos emergem da relação entre o dizer e as condições de produção desse dizer, condições essas que resultam do movimento da história possibilitado pelas práticas dos sujeitos. Discurso não é língua, embora seu funcionamento também se opere sobre uma base linguística (PÊCHEUX, 1997).

No campo da Linguística muitas são as abordagens em torno de língua, cada uma das áreas sustentando diferentes posições. Resumidamente, diríamos que ela pode ser pensada como sistema de signos (Saussure); conjunto de regras capaz de criar infinitas sentenças (Chomsky); enquanto instrumento de comunicação (Jakobson) ou base para o funcionamento do discurso (Pêcheux), dentre outras percepções.

Foi Saussure (1995) quem organizou o pensamento linguístico moderno do ponto de vista metodológico, definindo a língua como objeto a ser estudado. No *Curso de Linguística Geral* (id.), CLG, o estudo da língua se dá a partir de sua imersão num sistema. A linguagem, segundo ele, pode ser reduzida a cinco ou seis dualidades, os conhecidos pares antinômicos ou dicotomias saussurianas. A primeira dicotomia da linguagem está no par língua/fala. Ao se deter no estudo da língua, Saussure determinou que esta seria abordada de forma sincrônica. A língua é então compreendida como um objeto homogêneo, cujas relações entre palavras só podem ser analisadas internamente, já que sua pesquisa é descritiva (sincrônica) e não histórica (diacrônica).

Para o teórico, língua não se confunde com linguagem, pois a linguagem é multiforme e heteróclita, enquanto que a língua é uniforme e homogênea. Embora ambas não se confundam, Saussure enfatiza que a língua é parte essencial da linguagem. Ela é, então, “a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade” (SAUSSURE, op. cit., p. 22).

Nesse estudo, a língua pode ser vista como acervo linguístico, instituição social e realidade sistemática e funcional. A língua como acervo é entendida como um conjunto de hábitos que fazem com que um indivíduo compreenda e seja compreendido; é instituição

³ Estamos nos referindo às “três épocas” da Análise do Discurso de que fala Pêcheux (1997). A primeira fase marcada pela noção de maquinaria discursiva; a segunda, caracterizada pela constituição do quadro epistemológico da AD e pela introdução de conceitos como formação discursiva e interdiscurso; e a última, assinalada pela ideia de desconstrução teórica, a partir da introdução das noções de heterogeneidade discursiva e sujeito dividido.

⁴ Sobre a compreensão da AD como disciplina de entremeio, conferir Orlandi (1996).

social, porque diz respeito às convenções sociais que permitem a faculdade da linguagem⁵; é realidade sistemática e funcional, por se configurar num sistema cujo funcionamento só pode ser apreendido a partir de suas relações internas (fonológicas, gramaticais e lexicais). Dubois et al. (1993, p. 383) resume bem a concepção de língua saussuriana (objeto fechado, sistema de regras responsável pela realização da linguagem), acrescentando a função de comunicar: “a língua é, portanto, um sistema de signos cujo funcionamento repousa sobre um certo número de regras, de coerções. É, portanto, um código que permite estabelecer uma comunicação entre um emissor e um receptor”.

Assim, foi partindo da compreensão de língua como sistema que Saussure desenvolveu a conhecida teoria do signo linguístico⁶. Já a fala, por ser individual, multifacetada e disforme, ficou excluída do campo de abordagem, assim como também foram excluídos dos estudos linguísticos a história e o sujeito. Dosse (1993) se refere a um sujeito ausente na teoria saussuriana quando diz que este foi

explicitamente reduzido à insignificância, senão ao silêncio, pelo CLG com a distinção essencial que Saussure estabelece entre linguagem e fala. Essa oposição encobre a distinção entre social e individual, concreto e abstrato, contingente e necessário; por essa razão, a ciência linguística deve limitar-se a ter por objeto a língua que pode dar lugar a uma racionalização científica. A consequência disso é a eliminação do sujeito falante, do homem de fala (id., p. 72).

Concordamos com Courtine (2006) quando ele afirma que a Linguística em Saussure foi transformada em uma linguística da linguagem, que excluiu o sujeito e os sentidos que ele produz. Mesmo com essas exclusões, a teoria saussuriana ainda está presente em muitas publicações atuais, como dicionários e manuais de redação, que tomam a palavra como dicionarizada, fechada, imune aos reflexos e refrações da ideologia.

A abertura dos estudos linguísticos em direção ao discurso veio com a contribuição de Bakhtin e seu Círculo⁷, a partir de 1920, numa oposição à concepção de língua como um

⁵ A língua é imposta ao indivíduo coercitivamente, tal como o fato social de Émile Durkheim. Segundo o filósofo francês, “os fatos sociais têm vida independente e existem independentemente das consciências individuais, porque o indivíduo ao nascer já os encontra constituídos e em pleno funcionamento, e porque esse funcionamento não é afetado pelo uso que um indivíduo, tomado isoladamente, faz dele” (LUCCHESI, 2004, p. 46).

⁶ Para Saussure (1995, p. 80-81), a língua é vista como um sistema de signos formados pela união do conceito e da imagem acústica. Trata-se de uma “entidade psíquica de duas faces”: imagem acústica não é som, mas a impressão psíquica desse som. Ela corresponde ao significante, à parte perceptível do signo. Já o sentido é o próprio significado, o conceito, a ideia de determinado objeto, a parte inteligível do signo.

⁷ Sabemos das discussões envolvendo a autoria dos textos elaborados pelos integrantes do chamado Círculo de Bakhtin. Faraco (2009) apresenta algumas interpretações sobre a recepção das obras, reconhecendo como de Bakhtin apenas as publicações por ele assinadas. Porém, adotamos, aqui, o entendimento de que todos os textos atribuídos ao filósofo são de sua autoria.

sistema sincrônico e consequente defesa de uma linguística que ultrapassasse o domínio da forma e da estrutura. Brandão (2004) reconhece a contribuição dos formalistas russos nessa “abertura” para o discurso, por eles terem analisado unidades além da frase, partindo para o texto, numa abordagem “transfrástica”. Porém, os formalistas se ativeram apenas ao texto, continuando, como Saussure, a não considerar a exterioridade (sujeito e história).

Bakhtin (2003, p. 271) foi um dos que criticaram a poética formalista, por ela reduzir a linguagem a um código que encontrava justificativa nele próprio: “Até hoje ainda existem na linguística *ficções* como o ‘ouvinte’ e o ‘entendedor’ (parceiros do falante, do fluxo único da fala, etc.). Tais ficções dão uma noção absolutamente deturpada do processo complexo ativo da comunicação discursiva”. Essas ficções de que fala o filósofo da linguagem se referem às funções da linguagem estabelecidas no esquema de comunicação formulado por Jakobson (2001)⁸.

Numa das definições de língua/linguagem de Bakhtin (2009), encontramos a que faz pensá-la como “corrente evolutiva ininterrupta”, em constante dinamicidade. Numa crítica à perspectiva do objetivismo abstrato – que toma a língua como cristalizada, distante da realidade –, o filósofo enfatiza a necessidade de não enxergá-la como imersa num sistema imutável, pois a língua reflete as variações sociais. Fora do contexto social, a língua figura simplesmente como sinal. Também valorizando a fala como de natureza social e não individual, postula que a enunciação é a unidade de base da língua, uma “réplica do diálogo social”; produto da interação entre os homens e também a relação que se estabelece entre locutor e ouvinte através da palavra.

Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (op. cit., p. 117).

Na teoria bakhtiniana, o signo é visto como algo eminentemente ideológico, uma unidade material cuja função é significar. Conforme o teórico, “a palavra é o signo ideológico por excelência; ela registra as menores variações das relações sociais” (id., p. 16). A palavra, sendo signo, é o elemento indicador das transformações sociais, é tecida “a partir de uma multidão de fios ideológicos” (ibid., p. 42). Esses “fios ideológicos” não têm, como explica

⁸ O formalista russo Roman Jakobson apresenta as funções da linguagem a partir de um esquema de comunicação. Segundo esse esquema, cada uma das funções desempenha papel relevante na transmissão da informação. São seis as funções da linguagem: expressiva (emissor), poética (mensagem), referencial (referente), conativa (receptor), metalinguística (código) e fática (canal). Para a Análise do Discurso, essa representação é falha por não abranger o aspecto social da linguagem.

Faraco (2009), um valor negativo, de mascaramento da realidade, como pregam algumas correntes do marxismo. Ideologia no sentido de englobar manifestações da superestrutura, como ciência, religião, política, etc.

Os signos emergem do meio social, já afirmara Bakhtin (2009) que não basta colocar dois *homo sapiens* frente a frente para que os signos sejam constituídos. Para isso, os indivíduos devem estar organizados socialmente. Assim, só há diálogo no processo de interação entre os homens. E por dialogismo entendemos o diálogo entre discursos, as vozes sociais ressoando dizeres que se afinam ou contradizem, uma vez que na sociedade de classes os interesses são antagonísticos e refletem os conflitos sociais existentes⁹.

Tanto saberes como dizeres advindos dos mais diversos lugares estão circulando na esfera social, fazendo emergir cadeias de sentidos. Embora o sujeito não perceba, sua fala é penetrada pela fala do outro; no que ele diz estão também dizeres de outros lugares expressos noutros momentos. Ironicamente, Bakhtin (1998, p. 88) coloca como exceção o Adão bíblico, aquele que inaugurou uma fala monológica, nomeando os seres pela primeira vez. O filósofo assinala que as palavras que proferimos “não são de ninguém, em si mesmas nada valorizam, mas podem abastecer qualquer falante e os juízos de valor mais diversos e diametralmente opostos dos falantes”. Dessa forma, Bakhtin destaca a presença do outro na constituição dos sentidos. Não sendo neutra, mas historicamente construída, a palavra ganha uma feição ideológica, em que importa a presença do outro e o lugar de onde ele fala.

Nesse lugar social onde emergem as falas dos sujeitos, Bakhtin não faz uma distinção explícita entre o que é de domínio individual e social, ambos aparecem inter-relacionados na sua teoria. Isso pode ser constatado a partir das premissas expostas em *Marxismo e filosofia da linguagem* (2009): 1 - o psiquismo individual é tão social quanto a ideologia; 2 - as manifestações ideológicas são tão individuais quanto psíquicas; 3 - todo produto ideológico carrega consigo o selo da individualidade; 4 - o selo da individualidade é tão social quanto outras manifestações ideológicas; 5 - todo signo é social, inclusive o da individualidade (BAKHTIN, op. cit., p. 60).

Essa inter-relação entre individual e social proposta pelo teórico vem a demonstrar que a consciência dos indivíduos se constitui na dimensão social, dimensão essa construída historicamente pelas práticas dos sujeitos. O idealismo e o psicologismo situam a ideologia na consciência individual, mas, para Bakhtin, ela só pode ser compreendida a partir do signo, do

⁹ Nesse sentido, afirma Bakhtin (2009, p. 48): “A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente”.

processo de interação social. Isso reforça o posicionamento de Bakhtin fincado na objetividade, uma vez que a realidade que dá vida ao signo é objetiva e não ideal. A crítica às duas orientações do pensamento filosófico-linguístico – subjetivismo idealista e objetivismo abstrato – deriva dessa posição materialista dialética, que está focada nas determinações sócio-históricas.

O subjetivismo idealista e o objetivismo abstrato, segundo o teórico, tentam resolver o problema fundamental da filosofia da linguagem, que é a natureza real dos fenômenos linguísticos – a evolução da língua, a interação verbal, a compreensão e a significação. O subjetivismo idealista prioriza os atos de fala como fundamentos da língua. Já o objetivismo abstrato faz uma análise sincrônica, a-histórica da língua. Essa tendência enxerga a língua como um sistema submetido a normas:

ao considerar que só o sistema lingüístico pode dar conta dos fatos da língua, o objetivismo abstrato rejeita a enunciação, o ato de fala, como sendo individual. Como dissemos, é esse o *próton pseudos*, a ‘primeira mentira’, do objetivismo abstrato. O subjetivismo individualista, ao contrário, só leva em consideração a fala. Mas ele também considera o ato de fala como individual e é por isso que tenta explicá-lo a partir das condições da vida psíquica individual do sujeito falante. E esse é o seu *próton pseudos* (id, ibid., p. 113).

Como vemos, Bakhtin não aceita nenhuma dessas tendências, afirma não haver meio termo entre tese e antítese, pois o objetivismo abstrato (a tese) do qual Saussure é caudatário “prende a palavra em um dicionário”, deixando de lado a enunciação; e o subjetivismo idealista (a antítese) procura explicar os atos da fala a partir de processos psico-fisiológicos, não atentando que a enunciação é de natureza social.

Assim como Bakhtin, Pêcheux (2007) critica a concepção de pensamento como atividade criadora. Segundo ele, essa concepção se configura como uma espécie de “prolongamento espontâneo do idealismo”. Afirma o teórico:

A partir do momento em que ‘o ponto de vista cria o objeto’, toda noção e, do mesmo modo, todo conceito aparecem como ficções cômodas, ‘maneiras de falar’ que põem em dúvida, ao se multiplicarem os seres fictícios e os mundos possíveis, a *existência independente do real como exterior ao sujeito*. A relação pela qual a ‘realidade’ se torna dependente do ‘pensamento’ é justamente a marca do idealismo (id., p. 169-170). (grifos do autor)

O subjetivismo idealista é uma corrente que se fixa no ideal, e não no real sócio-histórico. Os pressupostos dessa orientação não se aplicam apenas ao domínio da língua, exemplo disso é o reforço à visão de liberdade preconizada por essa tendência filosófica e tão propagada pelo modo capitalista de produção. Se a essência da proposta do subjetivismo

idealista está na individualização das ações, temos que o sujeito nessa perspectiva é “livre” para fazer o que deseja, assim como nos faz lembrar diuturnamente as propagandas que circulam na contemporaneidade: “você pode”, “está em suas mãos”, “seja um vencedor”. Esses sentidos de autonomia/independência/liberdade atribuídos ao sujeito figuram nas várias instâncias sociais, refletindo o discurso dominante do “querer é poder”, e é esse um dos já-ditos recorrentes na sociedade atual, trata-se de uma manifestação de dialogicidade.

A Análise do Discurso, então, rejeita o ponto de vista do idealismo, assim como não assimila a concepção de língua como a-histórica. Pelo contrário, é no confronto entre língua e história que os processos discursivos são desenvolvidos, que emergem as significações. A língua, na perspectiva da AD, é então concebida como o lugar material onde os sentidos se manifestam, ela é a materialidade discursiva, o fio do discurso.

Os estudos desenvolvidos por Pêcheux não se fixaram na dicotomia *langue/parole* de Saussure, pois sua proposta foi compreender o funcionamento discursivo a partir da inclusão de elementos extralinguísticos, o que o estudo da língua por ela mesma não permitia. O discurso, então, engloba sujeito e situação, e para ser compreendido, é necessário remontar às condições em que foi produzido. Assim, a língua se configura como base para realização dos processos discursivos:

Dessa maneira, o objeto *língua*, compreendido como sistema dotado de leis relativamente autônomas, é contraposto ao *processo discursivo*, este visto não como a utilização acidental do sistema, mas como um sistema de formações ideológicas (de classes) que definem a existência do *discurso*. A língua, nessa concepção, passa a ser o lugar *material* dos confrontos sociais e a condição de se atribuir aos discursos determinados efeitos de sentido (FLORES, 1997, p. 52). (grifos do autor)

Ao retomar Pêcheux, Orlandi (2007a, p. 22) afirma que no discurso o social e o histórico não se dissociam. A autora explica que “nem o discurso é visto como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionantes linguísticos ou determinações históricas, nem a língua como totalmente fechada em si, sem falhas ou equívocos”. E a palavra discurso, continua Orlandi, “etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr, de movimento” (op. cit., p. 15). Em síntese, discurso não é língua nem fala – apesar de estar relacionado a esses objetos de estudo da linguagem, mas uma prática sócio-ideológica construída historicamente por sujeitos. Como todo discurso já carrega em si a tríade língua, história e ideologia, circula na sociedade afetando sujeitos e sendo afetado por eles num constante processo dialógico.

Na explicitação de Pêcheux (1997), o discurso é “efeito de sentidos” entre interlocutores. Se é efeito de sentidos, e esses sentidos são construídos através da história, o

próprio movimento histórico os organiza numa memória discursiva. Essa memória é constituída por dizeres em constante diálogo social, por já-ditos que estabelecem relações de sentido com o dito no momento; ela possibilita o enlaçamento entre discursos, isto é, os interdiscursos. Assim, o interdiscurso pode ser definido como os já-ditos que circulam no universo social e se organizam na memória, dizeres falados noutra lugar, de forma aparentemente independente, mas que movimentam as relações de sentidos.

Constitutivo do discurso, o interdiscurso integra os dispositivos teóricos da AD, podendo funcionar também como pré-construído¹⁰. Falar de interdiscurso pressupõe que também abordemos o intradiscurso, pois, assim como as demais categorias discursivas, são eles interdependentes. Para tornar a compreensão didática, é que os conceitos são separados. Os prefixos dessas categorias nos oferecem uma ideia do que significa cada uma delas. Assim, o intradiscurso é o funcionamento do discurso em relação a si próprio, é a materialidade discursiva, o fio do discurso. No dizer de Pêcheux (2007, p. 166), remete a “o que eu digo *agora*, com relação ao que eu disse *antes* e ao que eu direi *depois*; portanto, o conjunto dos fenômenos de ‘co-referência’ que garantem aquilo que se pode chamar o ‘fio do discurso’, enquanto discurso de um sujeito” (grifos do autor).

Na esquematização proposta por Courtine (1984), o intradiscurso ocupa o eixo horizontal, representando o que está sendo dito no momento; enquanto o interdiscurso se assenta sobre o eixo vertical, numa referência aos discursos já formulados. Do cruzamento entre os dois eixos, tem-se o acontecimento discursivo: o encontro de uma atualidade com uma memória, rompendo com o que foi dito antes e produzindo novos sentidos (PÊCHEUX, 2008).

Em relação ao interdiscurso, resumiremos o conceito, embora saibamos que seu funcionamento envolve certa complexidade. Compreendemos o interdiscurso da seguinte forma: múltiplos discursos circulam no universo material e os sujeitos se utilizam deles, muitas vezes de maneira não consciente, para fazer a linguagem significar. Como dissemos, o interdiscurso mantém uma ligação intrínseca com dizeres outros, produzidos em condições outras, mas que dão sentido a qualquer expressão atual. Pêcheux (2007) traz a seguinte definição:

proponho chamar interdiscurso a esse ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei da desigualdade-contradição-subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo das formações ideológicas (op. cit., 162).

¹⁰ O pré-construído se relaciona “àquilo que todo mundo já sabe” (PÊCHEUX, 2007, p. 171).

Conforme Pêcheux, o interdiscurso está intrincado no complexo das formações discursivas, ou seja, refere-se ao “exterior específico” anterior à formação discursiva, mas que a irrompe para constituí-la. Além disso, afirmar que o interdiscurso está submetido às relações de desigualdade/contradição/subordinação é acentuar o caráter contraditório das relações sociais no capitalismo, a ideologia presente nas lutas de classe que caracteriza as formações ideológicas e mobiliza o interdiscurso. De igual modo, Maldidier (2003) assinala que o interdiscurso

não é nem a designação banal dos discursos que existiram antes nem a idéia de algo comum a todos os discursos. Em uma linguagem estritamente althusseriana, ele é ‘o todo complexo a dominante das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas’, e ‘submetido à lei da desigualdade-contradição-subordinação’. Em outros termos, o interdiscurso designa o espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as formações discursivas em função de relações de dominação, subordinação, contradição. Ele esclarece o que a experiência sugere: na luta política, por exemplo, não escolhemos nosso terreno, temas, nem mesmo nossas palavras (id., p. 51).

O sujeito não controla suas palavras, porque elas já são determinadas pela objetividade, assim como também são postas pela realidade social as demais possibilidades de escolha entre as alternativas. E o interdiscurso se faz presente nessa teia ideológica que incide nas práticas dos sujeitos, mas não como uma “camisa de força” que os tornam prisioneiros da ideologia, e sim de modo a conduzi-los pelo caminho das determinações históricas. Dizendo de outro modo, há discursos que circulam numa dada formação social carregando a força da ideologia dominante e interferindo na tomada de posição do sujeito. Mas não é porque escolhe dentre as alternativas postas pela formação social que o sujeito vai sempre reproduzir a ideologia do sistema dominante. É por haver o conflito entre as classes sociais que no funcionamento ideológico se instaura a possibilidade de transformação, o que abordaremos no estudo sobre ideologia desenvolvido ainda neste capítulo.

A concepção de interdiscurso se articula aos conceitos de formação ideológica e formação discursiva. Categoria que já passou por algumas reformulações, a formação discursiva é tida como o espaço no qual os sentidos são constituídos. Ao contrário do que afirmam muitos analistas de discurso em relação ao “empréstimo do conceito” de Foucault a Pêcheux, concordamos com Maldidier (2003, p. 52) quando ela afirma que a expressão partiu do próprio Pêcheux: “Sempre acreditei – notadamente pela crença de que ele escreveu mais tarde – que Michel Pêcheux havia emprestado este sintagma a Foucault, para o reformular no terreno do marxismo, colocando-o em relação a ideologia”, justifica a historiadora.

A leitura pormenorizada das obras de Pêcheux feita por Maldidier nos leva a considerar suas observações pertinentes, pois, como explica a autora, a palavra “formação” vem de um terreno marxista, no qual encontramos o conceito fundante de formação social:

No início dos anos 70, para Pêcheux e seus amigos, a palavra ‘formação’ pertence à terminologia marxista. No paradigma ‘formação *social*’, ‘formação *ideológica*’... faltava um elemento: ‘formação *discursiva*’. Na ótica de Michel Pêcheux e de seus amigos, o conceito de ‘formação discursiva’ é muito mais rigoroso do que, por exemplo, o de ‘prática discursiva’ (MALDIDIER, op. cit., p. 52). (grifos da autora)

Assim, se já havia formação social e formação ideológica, haveria de ser também trabalhada a concepção de formação discursiva, já que ela envolve sujeito, ideologia e história. “Articulada sobre ideologia, a ‘formação discursiva’ é totalmente pega pela história, referida a uma relação de forças, pertence a uma conjuntura dada; ela é pois estranha a qualquer perspectiva tipológica” (ibid., p. 52).

Na conhecida definição de Pêcheux (2007, p. 160), formação discursiva é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*”. Dessa forma, os sentidos não devem ser vistos como literais, eles são determinados pelo contexto sócio-histórico no qual as palavras estão inseridas, conforme as posições dos sujeitos que as enunciam¹¹. Apesar de determinar o “que pode e deve ser dito”, a formação discursiva não é um espaço fechado, permeado pela previsibilidade. Pelo contrário, é concebida como uma matriz de sentidos, sentidos que derivam para outros, que se deslocam, deslizam no espaço de outras FDs e que manifestam a lei da desigualdade-contradição-subordinação de que fala Pêcheux. Os saberes de dada formação discursiva passam a dialogar ou mesmo confrontar-se com outras FDs, pois suas paredes são extremamente “porosas”¹².

Partindo dessa discussão sobre a formação dos discursos, é que a palavra não pode ser vista enquanto dicionarizada; pois ela é portadora de sentidos, não tendo um significado que lhe seja pré-determinado, fixo, pertencente a um espectro ideológico único. Ela só é neutra enquanto potencialidade, pois sofrerá diversas refrações que lhe conferirão uma multiplicidade de significações determinadas pela historicidade. A palavra se faz signo

¹¹ Exemplificando: mesmas palavras podem ter diferentes sentidos em formações discursivas também diferentes – terra para o agricultor ganha o sentido de subsistência, já para o latifundiário significa lucro, propriedade; do mesmo modo, distintas palavras podem receber o mesmo sentido numa específica formação discursiva – a palavra invasão é comparada a usurpação de terras na formação discursiva midiática, o que faz reproduzir a visão dos proprietários de terra.

¹² Termo utilizado por Freda Indursky no curso *Formação Ideológica, Formação Discursiva e Subjetividade* ministrado para acadêmicos do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL), no período de 11 a 14 de maio de 2009.

quando imersa num contexto, só adquire valor ideológico quando imbricada no diálogo social e não no “enclausuramento” da língua num sistema. Por isso, os sentidos mudam conforme a formação discursiva que possibilitou a sua emergência e de acordo com as condições históricas que o produziram.

2.2 Condições de produção do discurso e sua ancoragem no materialismo histórico

No texto em que analisou o discurso comunista endereçado aos cristãos, Courtine (2009) destaca que a noção de condições de produção (CP) do discurso apresenta um conteúdo instável e ao mesmo tempo heterogêneo. Dada a ausência de hierarquização teórica de quadros de referência, o teórico esforça-se por explicar o surgimento e evolução do conceito passando por algumas ciências linguísticas. Segundo o autor, antes de se tornar dispositivo teórico da Análise do Discurso, o conceito de CP também integrou o arcabouço teórico de outras áreas, porém com outros sentidos. Ele apresenta três hipóteses para a origem da noção de condições de produção: a primeira seria atribuída à análise de conteúdo praticada pela psicologia social, ao tomar como objeto a análise das condições de produção do texto; a segunda remeteria “indiretamente” à sociolinguística, por admitir a inter-relação entre língua e história para explicar determinada situação de comunicação; e a última estaria relacionada de forma “implícita” ao distribucionalismo¹³ estudado por Harris, pela correlação entre os termos situação e discurso. (COURTINE, op. cit., p. 46)

A noção de CP, conforme Courtine (ibid.), ganha uma definição empírica geral nos trabalhos de Pêcheux, que, olhando para o esquema comunicacional de Jakobson (2001), observou os lugares e posições ocupados pelos sujeitos na formação social. Nesse esquema, Jakobson coloca em evidência a mensagem como transmissora de informação de um remetente a um destinatário; entretanto, Pêcheux salienta que o discurso se define enquanto efeito de sentido produzido entre interlocutores. A imagem que esses interlocutores têm uns dos outros, bem como os lugares ocupados por esses sujeitos caracterizam as formações imaginárias, conceito que envolve as CP: “As relações entre esses lugares objetivamente definíveis encontram-se representadas no discurso por uma série de ‘formações imaginárias’ que designam o lugar que o remetente e o destinatário atribuem a si e ao outro” (COURTINE, 2009, p. 49).

¹³ Processo de descrição/associação da língua, que parte da estrutura maior para unidades menores, com o intuito de reconhecer as regularidades e compreender o funcionamento linguístico.

Na AD, condições de produção incluem formações imaginárias (relações de força, de sentidos, mecanismos de antecipação), assim como sujeitos, situação e memória. Essas condições podem ser amplas ou restritas: amplas no sentido de analisarmos o contexto sócio-histórico, a ideologia; restritas quando observamos a materialidade no aspecto imediato (ORLANDI, 2007a). As relações de força dizem respeito ao lugar social ocupado pelo sujeito, lugar este que determina os confrontos de poder, o conflito entre as classes sociais. São os papéis sociais hierarquizados, a força que o discurso tem quando dito por alguém em determinada posição da sociedade. Ainda no que tange às formações imaginárias, o mecanismo da antecipação pode ser entendido como a capacidade que o sujeito tem de se colocar na posição do outro, no sentido de oferecer uma resposta antecipada. Orlandi (2006) afirma que a possibilidade de argumentação se deve a esse mecanismo discursivo.

Embora Courtine tenha destacado o aspecto empírico que norteou a noção de CP noutras áreas e também nos primeiros trabalhos de Pêcheux – que em *Análise automática do discurso* (AAD-69) relacionou o conceito ao esquema comunicacional de Jakobson – observamos que o termo condições de produção adquire status teórico noutras produções de Pêcheux, como *Semântica e Discurso* (2007), tendo em vista que o filósofo fez evoluir o conceito ancorando-o no materialismo histórico. Essa abordagem das CP pela Análise do Discurso se configurou como, segundo Zandwais (2009, p. 22), uma tentativa de “inserir a história na ordem do discurso e o discurso no campo da práxis”. Assim como Karl Marx observou que determinada forma de sociabilidade deriva das relações de produção estabelecidas, a partir de Pêcheux observamos que o ponto de partida para analisar o discurso está no que se compreende por condições de produção, o real sócio-histórico afetando as filiações de sentidos.

Com o objetivo de expor as bases para uma teoria materialista do discurso, Pêcheux escreve a obra que se tornou o “ponto nodal” das reflexões em torno da Análise do Discurso a qual nos filiamos. Traduzido como *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (2007), o livro, além de abordar questões atinentes à relação língua/discurso, dialoga de maneira aprofundada com o materialismo histórico-dialético. Essa perspectiva teórico-prática está na base dos estudos discursivos, tanto que constitui junto à Linguística e à Teoria do Discurso o quadro epistemológico da AD:

Ele [o quadro epistemológico] reside, a nosso ver, na articulação de três regiões do conhecimento científico:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;

2. a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 163-164).

Esse quadro marca o empreendimento teórico-metodológico no qual se apoia a Análise do Discurso até hoje. Assim, a compreensão dos efeitos de sentidos a partir da análise das materialidades discursivas é possível quando confrontamos língua, história, ideologia e também inconsciente, uma vez que Pêcheux e Fuchs destacaram ser a interlocução entre essas áreas do conhecimento (Materialismo Histórico, Linguística e Teoria do Discurso) atravessada por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica.

Como o materialismo histórico é constitutivo da AD, alguns dos conceitos mobilizados no campo discursivo dialogam com os dessa região do conhecimento. O conceito de condições de produção, por exemplo, mantém relação intrínseca com os de modo de produção e formação social, pois o discurso emerge das relações sócio-históricas estabelecidas em dado sistema produtivo, sendo a compreensão de modo de produção determinante para a compreensão dos efeitos de sentido do discurso.

O estudo do modo de produção se atém à maneira como os homens se relacionam entre si e com os meios materiais de existência, constituindo uma matriz econômica (CUEVA, 1974). Essa matriz é, então, organizada por duas instâncias sociais: a infraestrutura (ou base econômica) e a superestrutura. Na base estão as forças produtivas (relação homem-natureza) e as relações de produção (relação entre os homens); já na superestrutura encontram-se o direito, o Estado, a religião, a moral, a política, etc. Para perceber essa relação, Althusser (1985) lembra da clássica metáfora espacial do edifício, associando essa ideia a um prédio de vários andares, tendo em baixo a base econômica e no topo dele a superestrutura. Assim como numa construção vertical, na estrutura da sociedade a base é que sustenta os demais andares; por isso a autonomia da superestrutura é considerada relativa:

Qualquer um pode facilmente perceber que a representação da estrutura de toda a sociedade como um edifício composto por uma base (infra-estrutura) sobre a qual erguem-se os dois 'andares' da superestrutura constitui uma metáfora, mais precisamente, uma metáfora espacial: um tópico. Como toda metáfora, esta sugere, faz ver alguma coisa. O que? Justamente isto: que os andares superiores não poderiam 'sustentar-se' (no ar) por si sós se não se apoiassem sobre sua base (op. cit., p. 60).

Em síntese, é a partir da ligação entre esses pilares estruturais que podem ser compreendidas as formações sociais. No sistema capitalista, há relações de exploração estabelecidas na própria base econômica, onde são reproduzidas as condições materiais de

produção. Por isso, a estrutura da sociedade só pode ser modificada a partir da base econômica, pois é nela que são reproduzidas as relações de produção e as possibilidades de saberes produzidos nas instâncias ideológicas que integram a superestrutura social.

Na superestrutura social capitalista, muitos dos discursos formulados acabam por refletir a ideologia dominante, e para identificar isso é preciso que o analista remonte às condições de produção desses discursos, ou seja, a interferência do modo de produção na circulação dos sentidos. No modo de produção capitalista, as relações sociais se baseiam na apropriação das riquezas e exploração do trabalho pela classe dominante fundamentadas pelo direito e pelo Estado. Podemos inferir que os discursos que circulam ressoam dessas relações capitalistas de produção, cuja exploração mostra-se como fator predominante. Assim, é a objetividade presente nessas relações que determina o pensamento, e não o contrário, já prefaciavam Marx e Engels (1998) numa crítica aos ideólogos alemães:

Há pouco tempo, um homem de bom senso imaginava que as pessoas se afogavam unicamente porque eram possuídas pela *ideia da gravidade*. Tão logo tirassem da cabeça essa representação, declarando, por exemplo, ser uma representação religiosa, supersticiosa, estariam a salvo de qualquer risco de afogamento. [...] Esse bom homem era o protótipo dos modernos filósofos revolucionários alemães (id., p.4). (grifo dos autores)

Marx e Engels criticam o idealismo alemão, sustentando que as condições sócio-históricas são determinantes das práticas dos sujeitos. Nisso ratificam o posicionamento materialista dialético, em vez do materialista mecanicista e do idealista. Idealismo e materialismo são tendências filosóficas que tentam explicar a relação espírito/matéria: “O idealismo afirma a prioridade da ideia sobre a matéria e o materialismo, ao inverso, a prioridade da matéria sobre a ideia” (LESSA; TONET, 2008, p. 35). A origem desses conceitos remonta à era pré-industrial, quando o homem atribuía demasiada força aos eventos naturais: ou se compreendia a ação humana como decorrente da natureza ou como resultante da consciência (materialismo mecanicista).

Com o desenvolvimento das forças produtivas possibilitado pela revolução industrial, a atenção se volta ao homem como responsável pela história. Enxergando os homens como senhores de suas ações, Hegel (apud LESSA; TONET, op. cit.) afirma que eles constroem sua história através da evolução das ideias. No materialismo histórico-dialético, as ideias adquirem importância, mas quando associadas à objetividade

As dimensões ideal e material dos atos humanos são integradas, possibilitando tanto reconhecer a importância das ideias para a história, quanto a sua impotência quando

não encontram as condições históricas necessárias para que sejam traduzidas em práticas (para que sejam objetivadas) por atos humanos concretos (LESSA; TONET, *ibid.*, p. 45)

Em Lukács (1978) há o prolongamento desse pensamento marxiano de crítica à forma idealista de conceber a história, e o intenso debate em torno da ontologia do ser social¹⁴. A consciência é, então, um produto da atividade material, e não simplesmente abstrações criadas pelos homens com foco neles próprios. Mesmo reconhecendo que o ser social se desenvolve sobre as bases orgânica e inorgânica, Lukács afirma que é a partir do trabalho que ocorre o aperfeiçoamento gradual humano:

Com o trabalho, portanto, dá-se ao mesmo tempo – ontologicamente – a possibilidade do seu desenvolvimento superior, do desenvolvimento dos homens que trabalham. Já por esse motivo, mas antes de mais nada porque se altera a adaptação passiva, meramente reativa, do processo de reprodução ao mundo circundante, porque esse mundo circundante é transformado de maneira consciente e ativa, o trabalho torna-se não simplesmente um fato no qual se expressa a nova peculiaridade do ser social, mas, ao contrário – precisamente no plano ontológico –, converte-se no modelo da nova forma do ser em seu conjunto (*id.*, p. 5-6).

Assim, o homem transforma a natureza e faz dela seu objeto. Engels (2004) destaca que os seres foram se adaptando às condições oferecidas pelo ambiente em que viviam, aprimorando suas habilidades e desenvolvendo novas capacidades a fim de conhecerem outras formas se relacionarem com o meio e com os demais seres. O desenvolvimento dos órgãos e funções, por exemplo, foi consequência do trabalho realizado pelos homens, pois

a mão não é apenas o órgão do trabalho; é também produto dele. Unicamente pelo trabalho, pela adaptação a novas e novas funções, pela transmissão hereditária do aperfeiçoamento especial assim adquirido pelos músculos e ligamentos e, num período mais amplo, também pelos ossos; unicamente pela aplicação sempre renovada dessas habilidades transmitidas a funções novas e cada vez mais complexas foi que a mão do homem atingiu esse grau de perfeição que pôde dar vida, como por artes de magia, aos quadros de Rafael, às estátuas de Thorwaldsen e à música de Paganini (ENGELS, *op. cit.*, p. 16).

Desse modo, é o trabalho que distingue o ser biológico do social. O trabalho visto enquanto transformação da natureza para suprir necessidades humanas, base que estrutura o ser, condição fundante do pensamento e da atividade humanas. Dessa visão de trabalho decorrem as posições teleológicas primária e secundária teorizadas por Lukács (1997). No ato teleológico primário, o homem age sobre a natureza para modificá-la. Com isso, não só ele,

¹⁴ Na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), o grupo de estudos em AD desenvolve pesquisas de modo a articular a perspectiva discursiva com a ontológica marxista, a partir da interlocução com os trabalhos de Lukács. Também dialogando com Bakhtin, tal grupo salienta que a inclusão do pensamento desses teóricos se justifica pelo fato de problematizarem questões atinentes à língua, ideologia e ao discurso (FLORÊNCIO et al., 2009).

como a própria natureza se transformam. No ato secundário, prevalece a ação de uma consciência sobre outra a fim de também ocorrerem transformações. Esses atos se dão a partir da prévia ideação, ou seja, o pensar dirigido a um objetivo, e da própria materialização do pensar.

O agir teleológico – a tomada de posições – só se efetiva a partir das alternativas postas pela realidade, já que o homem não tem domínio sobre o mundo das coisas que dão vida ao real. Nesse sentido, é a realidade que fornece os elementos de base para a elaboração do novo, é a partir do mundo objetivo que são identificadas as necessidades humanas. Na abordagem lukacsiana, o homem é tido como um ser que responde às demandas postas pela objetividade, e ao respondê-las, outras demandas sociais são criadas, de modo a instaurar o movimento dinâmico da sociedade.

Do ponto de vista da AD, ancorada na ontologia marxista, as práticas dos sujeitos são determinadas pela história. É essa determinação histórica que faz a linguagem significar, os sujeitos sustentarem posições ideológicas e os sentidos emergirem. Mas o sistema capitalista, apoiando-se em argumentos de cunho idealistas, intenta apagar o processo histórico fazendo-nos enxergar apenas os produtos:

O processo pelo qual os agentes são colocados em seu lugar é apagado; não vemos senão as aparências externas e as conseqüências. Para compreender como este processo se situa em um mesmo movimento, ao mesmo tempo realizado e mascarado, e o papel que nele desempenha a linguagem, devemos renunciar à concepção de linguagem como instrumento de comunicação. Isto não quer dizer que a linguagem não serve para comunicar, mas sim que este aspecto é somente a parte emersa do iceberg (HENRY, 1997, p. 26).

A ponta do iceberg de que fala Henry são as evidências produzidas pela ideologia dominante, que quer nos convencer de que não há luta de classes no modelo sócio-econômico vigente para esconder as desigualdades sociais. Maldivier (2003, p. 24-25), ao mencionar as primeiras contribuições de Pêcheux à Teoria do Discurso, destaca a necessidade de não considerar o discurso nele mesmo, mas de pensar além das evidências: “o discurso não se dá na evidência desses encadeamentos; é preciso desconstruir a discursividade para tentar apreendê-lo”. Acreditamos que se conhecermos as condições de produção do discurso e desconfiarmos do que se mostra aparente, a probabilidade de não nos deixarmos influenciar pelos interesses da classe detentora de poder seja maior, pois, como dissemos, é a ideologia dominante que simula evidências e nos faz acreditar em “verdades subjetivas”.

Ir além do que está aparente, buscando o caráter material dos sentidos¹⁵ é tarefa fundamental do analista de discurso, que, munido de dispositivos teóricos e analíticos de interpretação, poderá se aproximar ou chegar a esse fim. Daí a importância de pensar as condições de produção para apreensão do discurso, dispositivo teórico que nos auxilia a não ficar na superficialidade do dizer, desvelando as contradições que margeiam o discurso, pois como considera Silva-Sobrinho (2009, p. 157) “quando buscamos as contradições do discurso nele e por ele mesmo, estamos legitimando as formas de ser da sociedade capitalista. Aí erramos o alvo – e de sujeitos construtores da nossa própria história, passamos a meros suportes do discurso”.

2.3 Bases para a compreensão das concepções de sujeito e ideologia

O discurso só existe pela história, que se inscreve na língua para que faça sentido. A história vista não numa acepção temporal, como sucessão de datas marcantes ou cronologia de acontecimentos, mas como resultado do fazer humano, como manifestação das lutas ideológicas na conjuntura social. Marx e Engels (2007) já afirmavam nas primeiras páginas do *Manifesto do partido comunista* que a história do capitalismo, assim como a das demais sociedades de exploração do trabalho que lhe antecederam é a história de luta entre classes. Pensar a história na AD é pensar a historicidade, o processo contínuo de práticas dos sujeitos, o confronto ideológico entre classes sociais.

Conflitos existem desde tempos remotos, mas eles se expressam de maneira desmedida no modo de produção vigente, pois as relações de desigualdade entre dominantes e dominados são ainda mais exacerbadas. No entanto, a classe dominante intenta atenuar tais desigualdades a partir da produção de evidências ideológicas. Diz-se correntemente que somos livres e vivemos numa sociedade democrática, cidadã e igualitária, para que tenhamos isso como uma verdade e não visualizemos possibilidades de contestação.

A tentativa de apagamento dos conflitos sociais, a partir da busca pela homogeneização dos discursos, e o encobrimento do movimento antagônico entre as classes sociais foram algumas das formas utilizadas para consolidação da sociabilidade capitalista. Esse movimento paradoxal entre a realidade construída sob o prisma da

¹⁵ Arriscamo-nos a utilizar esta expressão de Pêcheux (2007), por considerar que o caráter material dos sentidos não se dá apenas no âmbito da linguagem, mas do discurso, pois é o discurso uma prática social. De acordo com o filósofo, o “caráter material do sentido” depende do “todo complexo das formações ideológicas.” Com isso, quer dizer que o sentido não deve ser visto como literal, pois é determinado pelo contexto sócio-histórico no qual as palavras estão inseridas. (PÊCHEUX, op. cit., p. 160).

exploração/dominação e a ilusão de equilíbrio social sustentada por evidências ideológicas nos faz perceber a relevância que adquire a Análise do Discurso na contemporaneidade, uma vez que ela nos leva a compreender as contradições silenciadas pelo sistema. Isso nos leva a entender por que Pêcheux (2007) enfatizou a necessidade de não apreender as palavras nelas mesmas, instigando-nos a pensar acerca do “caráter material do sentido”.

Assim configura-se o funcionamento ideológico: faz-nos enxergar o que está apenas ao nosso alcance sob o efeito de dissimulação do real, a partir de uma linguagem dita transparente. Mas a língua é opaca e os sentidos emergem de um processo sócio-histórico, não devendo ser apreendidos a partir de sua face primeira. Para chegarmos ao caráter material do sentido, em oposição a um caráter ideal, é preciso que compreendamos que a relação homem-objeto-mundo não se dá num ambiente fechado, imune a reflexos e refrações ideológicas. Os dizeres não devem ser vistos isoladamente, como se os sentidos fossem provenientes de um falar único e solitário; dependem das posições ocupadas pelos sujeitos em determinadas condições de produção.

Numa crítica à filosofia idealista, Marx (1996) afirma que as relações sociais não podem ser vistas a partir da esfera individual, mas intrincadas aos elementos que compõem a vida material, quais sejam as forças produtivas e as relações de produção situadas na base econômica e refletidas numa superestrutura jurídica, política e ideológica:

Assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele se faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar essa consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (op. cit., p.52).

Fazendo uma analogia com o que disse Marx a esse respeito, diríamos que a compreensão da realidade não se dá de modo isolado. Assim também a compreensão das palavras, como parte dessa realidade, não deve ser dissociada da história. Quando o sujeito considera a língua por ela mesma, deixa-se levar pela ilusão discursiva, acreditando realmente que a linguagem lhe seja transparente. Essa ilusão de transparência da linguagem, bem como a impressão de que estamos agindo livremente é um dos efeitos ideológicos. Como assinalam Pêcheux e Fuchs (1997), esse efeito de liberdade empregado ao sujeito configura-se como ilusão discursiva, ou seja, por um efeito ideológico, os sujeitos acham que são origem de seus dizeres ou têm o poder de controlá-los, quando na verdade suas práticas são determinadas pela objetividade.

A noção de assujeitamento ideológico, questão bastante polêmica entre analistas de discurso, parte dessa discussão sobre liberdade determinada pelo sistema de produção. Em *Aparelhos Ideológicos de Estado* (1985), Althusser defende três teses: a primeira tese apresentada é a de que a ideologia tem existência material; a segunda é que a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência e a última, considerada como central, coloca a ideologia como responsável pela interpelação dos indivíduos em sujeitos. Dessa interpelação ideológica, tem-se o assujeitamento. Segundo essa noção, assim que o indivíduo nasce é interpelado a tornar-se sujeito, sendo a língua a primeira instância de interpelação, conforme Orlandi (2001). É pela linguagem que o sujeito se insere na sociedade, precisa dela para fazer-se compreender e ser compreendido. Assujeitado primeiramente à língua, o sujeito sofre um processo de interpelação contínua por meio de outras instâncias ideológicas.

Embora Marx não trabalhe com a noção de assujeitamento ideológico – já que esta reflexão partiu das teorizações de Althusser –, ele também reflete sobre a determinação da formação social na relação entre os homens:

na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada do desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (MARX, 1996, p. 52).

De modo geral, as relações de produção estabelecidas nessa forma de sociabilidade determinam as atitudes dos sujeitos. Ao ser interpelado pela ideologia, o sujeito passa a reproduzir o pensamento dominante do ordenamento capitalista. De acordo com a abordagem althusseriana, a classe dominante se utiliza de alguns instrumentos para reproduzir as condições materiais, ideológicas e políticas de exploração. Esses instrumentos são chamados de aparelhos de Estado, que podem funcionar tanto através da ideologia (AIE) como da repressão (ARE). O que os diferencia é que, enquanto o primeiro funciona através da violência (não necessariamente física), os outros funcionam por meio da ideologia. Mas nenhum desses aparelhos é apenas repressivo ou somente ideológico, tanto o Aparelho Repressivo de Estado como os Aparelhos Ideológicos não estão impedidos de funcionarem pela repressão e/ou pela ideologia. “O Estado é uma ‘máquina’ de repressão que permite às classes dominantes [...] assegurar a sua dominação sobre a classe operária, para submetê-la [...] à exploração capitalista” (ALTHUSSER, 1985, p. 62).

Integram o ARE, por exemplo, o Executivo, os tribunais e o exército. Instituições como a escola, a família, e a mídia constituem AIE¹⁶. A nosso ver, as casas legislativas – Câmara de Vereadores, Assembleias Legislativas, Câmara dos Deputados, Senado Federal – são ao mesmo tempo aparelho repressivo e ideológico, uma vez que são órgãos integrantes do Poder Legislativo, poder estatal responsável pela elaboração de leis. Em síntese, esses aparelhos servem para a reprodução das relações desiguais existentes no capitalismo.

Pêcheux (1997, p. 311), antes de reformular suas teorizações, trouxe para os estudos discursivos a concepção de assujeitamento ideológico: “os sujeitos acreditam que ‘utilizam’ seus discursos quando na verdade são seus ‘servos’ assujeitados, seus ‘suportes’”. Mais tarde o filósofo, com o objetivo de esclarecer os fundamentos de uma teoria materialista do discurso, ratifica sua posição marxista ao afirmar que as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção de uma dada formação social se efetua não somente pela ideologia, mas também pelas determinações econômicas:

a área da ideologia não é, de modo algum, *o único elemento* dentro do qual se efetuará a reprodução/transformação das relações de produção de uma formação social; isso seria ignorar as determinações econômicas que condicionam ‘em última instância’ essa reprodução/transformação, no próprio interior da produção econômica, fato evocado por Althusser no começo de seu trabalho sobre os aparelhos ideológicos de Estado (PÊCHEUX, 2007, p. 143-144). (grifos do autor)

Os aparelhos ideológicos, para Pêcheux, não são apenas mecanismos de reprodução das relações de produção existentes. O filósofo acrescenta que eles também são possibilidades de transformação, por neles ocorrerem conflitos de classe:

mas os aparelhos ideológicos de Estado não são, apesar disso, puros instrumentos da classe dominante, máquinas ideológicas que reproduzem pura e simplesmente as relações de produção existentes [...], o que significa que [...] constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção (id., p. 145).

Ao afirmar que os aparelhos não são simples mecanismos de reprodução da ideologia dominante, Pêcheux encaminha as discussões para a conceituação de Formação Ideológica (FI), pois menciona o caráter antagônico que permeia a luta de classes. Trata-se da própria ideologia que se materializa no discurso pelas lutas que ocorrem no interior dos aparelhos de Estado e entre eles. Formação Ideológica é, assim, a própria materialização da ideologia, lugar permeado por conflitos de classe, expressando a posição de dominância de determinada classe

¹⁶ Althusser (1985) expõe os seguintes aparelhos ideológicos: AIE religiosos, AIE escolar, AIE familiar, AIE jurídico, AIE político, AIE sindical, AIE de informação e AIE cultural.

social em relação à subordinação ou resistência advinda de outra classe. As formações ideológicas constituem um complexo de atitudes e representações relacionado às posições de classe em confronto:

Falaremos de *formação ideológica* para caracterizar um elemento (este aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classe* em conflito umas com as outras (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166). (grifos dos autores)

A FI comporta uma ou várias Formações Discursivas (FDs). FD e FI estão intrincadas, de modo a fazer com que os sujeitos, por meio do processo de interpelação/identificação e a partir de determinada posição, expressem o que lhes for permitido dizer. E a formação ideológica no modo de produção capitalista reflete os conflitos existentes nessa formação social. Ainda, conforme Pêcheux (2007), ideologia na perspectiva discursiva é prática social, não é o pensamento de uma época (*zeitgeist*) nem a realização da ideologia dominante sem conflitos. Por isso, a ideologia pode tanto reproduzir as relações de produção de dada formação social, como também se converter em mecanismo de transformação. Embora existam focos de resistência ao modelo capitalista de produção, predomina nessa sociabilidade a ideologia dominante da classe burguesa. Já afirmaram Marx e Engels (2007, p. 65) que as “idéias dominantes de uma época sempre foram apenas as idéias da classe dominante”.

O sujeito, na perspectiva discursiva, é ao mesmo tempo interpelado pela ideologia e afetado pelo inconsciente: “o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do que se poderia designar como processo do Significante na interpelação e na identificação” (PÊCHEUX, 2007, p. 133). A noção de ilusão discursiva se reflete nos dois tipos de esquecimentos teorizados por Pêcheux (id.). O esquecimento nº. 1 é da ordem do inconsciente. Nele o sujeito acha que é fonte do seu dizer, quando na verdade está assujeitado à formação social. Já o esquecimento nº. 2 é semi-inconsciente. Diz respeito ao fato de o sujeito ter a ilusão de ser mestre absoluto de sua fala, pensando ter controle sobre os sentidos do discurso. “Em outras palavras, o sujeito não é livre para dizer o que quer, mas é levado, sem que tenha consciência disso [...], a ocupar seu lugar em determinada formação social e enunciar o que lhe é possível a partir do lugar que ocupa”, resume Mussalin (2006, p. 110), acrescentando que “a própria opção do que dizer já é em si determinada pelo lugar que ocupa no interior da formação ideológica à qual está submetido”

(op. cit., p. 137). Dessa forma, temos nos estudos discursivos a recusa do sujeito psicológico, aquele visto como livre, origem e senhor de sua fala.

Nessa discussão sobre ideologia e inconsciente, a AD faz uma incursão nos estudos psicanalíticos via Lacan. Apoiando-se no estruturalismo linguístico, Lacan (1998) inverteu o algoritmo estabelecido por Saussure, em que o signo se dá numa articulação entre significado e significante, estando o primeiro acima do outro. Em sua abordagem, o significante ganha autonomia em relação ao significado, antecipando-se ao sentido. Para ilustrar essa dimensão além-significado que o significante adquire, o autor traz como exemplo imagens de placas de banheiro, onde lemos “homens” e “mulheres” para as respectivas entradas, mostrando-nos o equívoco de nos fixarmos apenas na nomenclatura das palavras:

Um trem chega à estação. Numa cabine, um menino e uma menina, irmão e irmã, estão sentados um em frente ao outro, do lado em que a vidraça dando para o exterior descortina a visão das construções da plataforma ao longo da qual o trem parou: ‘Olha!, diz o irmão, chegamos a Mulheres!’; Imbecil!, responde a irmã, não está vendo que nós estamos em Homens?’ (id., p. 503)

Observando essa cômica representação percebemos que os sentidos transbordam o limite das palavras dado pela estrutura conceptual do sistema. O sentido dessas placas se dá a partir de sua natureza significante, pois um debate estritamente nominal chegaria a conclusões como a dos irmãos citados acima. Como salienta Lacan (ibid., p. 503), “o significante de fato entra no significado, ou seja, de uma forma que, embora não seja imaterial, coloca a questão de seu lugar na realidade.” Dessa forma, tem-se a primazia do significante, pois sua função está além de representar o significado, daí podermos pensar numa cadeia de significantes no processo de produção de sentidos.

Sentidos e sujeito se constituem juntos. Fala-se do sujeito antes mesmo que ele nasça, porém, para a Psicanálise, o tornar-se sujeito efetivamente só se dá no momento em que o indivíduo entra no sistema da linguagem. É pela linguagem que o sujeito se reconhece enquanto ser. Antes disso, é o Outro que fornece ao indivíduo os primeiros significantes, e esse Outro com “O” maiúsculo são as instâncias que interferem na formação do sujeito: “antes de qualquer formação do sujeito, de um sujeito que pensa, que se situa aí – isso conta, é contado, e no contado já está o contador. Só depois é que o sujeito tem que se reconhecer ali, reconhecer-se ali como contador” (LACAN, 1998 [1964], p. 26).

Vale ressaltar que essa discussão sobre sujeito na AD não está resolvida, como assinala Silva Sobrinho (2007, p. 58): “Assim como inicialmente argumentamos que a questão do sentido é aberta, aqui nos encontramos com a questão do sujeito também aberta e

inconclusa, assim, do mesmo modo que a problemática do sentido, a concepção de sujeito é reveladora das nossas posições filosóficas”.

Na AD, o sujeito é posição, ou seja, é visto em relação à posição que ocupa na conjuntura social. Já interpelado ideologicamente, ele se inscreve numa formação discursiva, a partir de elementos do interdiscurso, ou seja, o sujeito do discurso ao se identificar com a forma-sujeito – sujeito do saber, sujeito universal ou sujeito histórico de uma dada formação discursiva – faz os sentidos emergirem, sendo os dizeres regulados no interior da própria FD. Com isso não queremos dizer que o sujeito seja individual e apenas reproduzidor da ideologia dominante, pelo contrário, é social, histórico e ideológico. Magalhães (no prelo) sustenta a possibilidade de transformação pelo sujeito, quando enxerga outras vias de discussão que não se enveredem apenas pelo caminho do esquecimento nº. 1 (sujeito como origem do dizer):

ênfatizar que o sujeito não é fonte de seu discurso é um passo importantíssimo, mas não suficiente, pois pode significar a anulação da práxis, isto é, inibir a capacidade de transformação de produção do novo, que só o sujeito possui. Essa capacidade de conhecer própria do sujeito é, necessariamente, atravessada pela ideologia e pelo inconsciente, isto é, pelas possibilidades de interpretação que a sociabilidade dividida em classes oferece aos sujeitos (op. cit, p. 6).

Da relação entre “sujeito da enunciação” e “sujeito universal”, Pêcheux (2007) reconheceu que há desdobramentos capazes de alterar as tomadas de posição do sujeito do discurso. Por isso, menciona três níveis de identificação, quais sejam: identificação, contra-identificação e desidentificação, respectivamente, primeira, segunda e terceira modalidades. Ora o sujeito pode se submeter à ordem dominante da FD, sendo tomado pelas evidências ideológicas (primeira modalidade); ora pode contestar os saberes da formação discursiva, numa espécie de contra-identificação (segunda modalidade); ora pode não se identificar com os saberes de determinada FD, deslocando-se para outra formação discursiva (terceira modalidade). A primeira modalidade discursiva caracteriza o discurso do “bom sujeito”, aquele sujeito que se identifica com a formação discursiva que o assujeita, sofrendo tal determinação; a segunda, diz respeito à caracterização do “mau sujeito”, aquele que se distancia e questiona os saberes postos pelo sujeito universal

esse ‘antagonismo’ [...] se manifesta, em realidade, *no interior da forma-sujeito*, na medida em que o efeito daquilo que definimos como *o interdiscurso continua a determinar a identificação ou a contra-identificação do sujeito com uma formação discursiva, na qual a evidência do sentido lhe é fornecida, para que ele se ligue a ela ou que a rejeite* (op. cit, p. 216). (grifos do autor)

A última modalidade exposta por Pêcheux funciona como uma forma de “desidentificação”, isto é, a forma-sujeito não é anulada, apenas o sujeito se desloca para outra FD afim: “não se trata de uma simples e pura dessubjetivização, a partir da qual o sujeito torna-se livre. O que ocorre é o deslizamento de uma forma de subjetivização para outra” (INDURSKY, 2000, p. 74). Acreditar na “dessubjetivização” do sujeito seria, como diz Pêcheux (2007), cair no mito do fim das ideologias. Convém lembrarmos que é através da linguagem que a ideologia se materializa no discurso.

O sujeito da AD é também dividido, só que essa clivagem aponta para a heterogeneidade discursiva, penetrada pelo interdiscurso. Essa problematização em torno dos processos de subjetivização nos mostra o aspecto heterogêneo que se reveste a formação ideológica, e, por consequência, as formações discursivas. Sendo “bom” ou “mau” sujeito, aceitando ou se opondo aos saberes dominantes de determinada FD, ou mesmo migrando para outros domínios de saber, o sujeito assume diferentes posições, reforçando o caráter de contradição-desigualdade-subordinação que permeia a luta ideológica de classes.

2.4 O silêncio e suas formas

Estudar o silêncio é uma tarefa que requer demasiado rigor científico de quem o toma como objeto de reflexão, dada a complexidade que esse objeto abarca. O silêncio recorrentemente é visto como algo que falta, seja como ausência de fala ou de ruído. Porém, Orlandi (2007b) procurou abordar o silêncio discursivamente, tentando mostrar que ele não precisa do dizer para fazer sentido, pois o silêncio tem uma significação própria. A pesquisadora conseguiu sistematizar num livro as reflexões que desenvolveu em torno do objeto, categorizando as formas nas quais o silêncio se apresenta e com isso as possibilidades de sentido que cada tipo de silêncio evoca.

O objetivo deste tópico não é o de exaurir as discussões sobre o tema do silêncio, já que há um livro sobre o assunto, mas retomar a discussão teórica lançada por Orlandi, para melhor compreender nosso objeto de estudo, que é o discurso do *Jornal da Assembleia*. Por isso, apresentaremos, sucintamente, as formas de silêncio estudadas pela pesquisadora.

Orlandi (2007b, p. 24) distingue o *silêncio fundador*, como aquele que “existe nas palavras, que significa o não-dito” da *política do silêncio*, que por sua vez, é dividida em *silêncio constitutivo* e *silêncio local*. O silêncio fundador não precisa de palavras para fazer sentido, por si só ele já significa; não é aquele que funda algo, é fundante no sentido de

necessário, fundamental, existe nas palavras ou as atravessa para fazer a linguagem significar. Não pode ser confundido com ausência de palavras ou de som, nem é representável, pois não é do silêncio físico que trata a autora, mas do silêncio que remete ao sentido:

o silêncio não é mero complemento da linguagem. Ele tem significância própria. E quando dizemos fundador estamos afirmando esse seu caráter necessário e próprio. Fundador não significa “originário”, nem o lugar do sentido absoluto. Nem tampouco que haveria, no silêncio, um sentido independente, auto-suficiente, preexistente. Significa que o silêncio é garantia do movimento de sentidos (id., op. cit, p. 23).

O silêncio fundador aponta, também, para outras possibilidades de sentido. As palavras não devem ser compreendidas nelas mesmas, literalmente. O que está dito está também silenciando outros dizeres. Daí porque a afirmação de que o sentido pode ser sempre outro, pois o sentido de uma palavra “não existe ‘em si mesmo’ [...], mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são reproduzidas” (PÊCHEUX, 2007, p. 160).

Em síntese, “SILÊNCIO e NÃO-DITO não se recobrem teoricamente”, assinala Orlandi (2008, p. 39). Não são a mesma coisa, pois o silêncio existe tanto no dizer como no não dizer; ele não é transparente, podendo ser apreendido a partir do calar humano. Apresenta opacidade, assim como as palavras apresentam. Para compreender o silêncio, não é preciso opô-lo ao dito, uma vez que sua matéria significante não é a linguagem verbal ou não verbal, o silêncio significa porque se prende ao real para produzir diferentes efeitos de sentidos.

A política do silêncio ou silenciamento diz respeito ao fato de serem apagados sentidos que não são desejáveis em determinada situação discursiva. O que difere o silêncio fundador do silenciamento, explica Orlandi (2007b, p. 73), “é que a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo”. O silêncio constitutivo é parte do silenciamento e pode ser compreendido como aquele em que o dizer faz calar alguns dos múltiplos sentidos possíveis, indica que “para dizer é preciso não dizer (uma palavra apaga necessariamente as ‘outras’ palavras)”.

O silêncio local se refere à proibição do dizer em determinada conjuntura, como a censura, por exemplo. Por isso, no título dado a esta pesquisa (*Entre dizeres e silenciamentos*), compreendemos que nos dizeres do *Jornal da Assembleia* estão o silêncio fundador, e nos silenciamentos, a política do silêncio manifestada na tentativa de controlar os dizeres, apagando sentidos indesejáveis. O silêncio local pode ser entendido como a proibição

do dizer, a interdição do falar; mostra-se como uma tentativa de imposição do sentido uno. No entanto, os sentidos podem ser muitos, a depender das condições que possibilitaram a emergência deles.

Os processos parafrásticos e polissêmicos demonstram essa possibilidade de multiplicidade de sentidos, pois paráfrase e polissemia norteiam os processos de significação, permitindo que os dizeres se atualizem a cada movimento da história. Orlandi (2007a) explica que a paráfrase representa um retorno aos mesmos espaços de dizer, já a polissemia se mostra como um deslocamento em relação ao que foi dito, ou seja, são dois processos discursivos que se constituem na tensão entre o mesmo e o diferente: “é nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam” (ORLANDI, op. cit., p. 36).

Cavalcante (1999) destaca a importância que a política do silêncio adquire na sociedade capitalista, no sentido de orientar as condutas e possíveis representações de mundo:

à proporção que se elege um produto cultural como único correto e aceito, rejeitam-se os produtos culturais de outros segmentos. Isso, no entanto, não se dá de forma explícita, mas velada, às vezes quase imperceptível, uma vez que os conflitos ideológicos quase nunca se mostram, mas se alojam nas entranhas do discurso, à sombra das palavras (CAVALCANTE, op. cit., p. 155).

Na sociedade de classes atual, os conflitos frequentemente não se mostram porque não interessa ao capitalismo desvelar vozes que destoem do sistema dominante. Por isso, continua a autora: “Sendo o discurso de grande importância como mediação dentro de uma formação social, os setores dominantes criam mecanismos de controle que estabelecem limites às possibilidades de surgimento de discursos que representem ameaça à ordem estabelecida” (ibid., p. 160). Dessa forma, no silêncio local, só é permitido ao sujeito ocupar a posição que lhe for determinada (efeito do autoritarismo); ele é impedido de se inscrever em diferentes formações discursivas. Têm-se, aqui, as evidências de sentido, efeito ideológico que age no sujeito de modo a fazer com que não tenha acesso ao caráter material do sentido.

A ideologia é responsável pela produção de evidências, ela designa “o que é e o que deve ser”. Tomando as palavras de Pêcheux (2007), sabemos o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., por um efeito da ideologia. Pela evidência, o patrão é a pessoa que manda, o operário a que obedece, a fábrica é lugar de produção e a greve é apresentada como um transtorno que interrompe o processo produtivo. As relações hierarquizadas estabelecidas no atual modelo sócio-econômico não permitem que os papéis se invertam, ou seja, que o operário tenha poder de mando e o chefe o de receber ordens. Porém,

discursivamente, esses lugares sociais, o de patrão e o de operário, podem ser ocupados por posições-sujeito distintas das funções a eles determinadas (o operário assumir o discurso da classe dominante e vice versa)¹⁷.

No que tange à relação entre ideologia e silêncio, podemos depreender que o silenciamento produz um recorte no dizer, para “por a linguagem em silêncio” (ORLANDI, 2007b); age pela ideologia, interditando sentidos. Como a ideologia dominante intenta calar as vozes destoantes através do controle dos dizeres, assim o faz sem que precise deixar clara a sua política. A partir da simulação de evidências, os sujeitos acreditam que são livres, quando na verdade essa liberdade é determinada pelas regras do capital; mas elas não são reveladas, são silenciadas, para que não haja possibilidade de resistência e assim fazer com que o *status quo* seja mantido.

Os sentidos do silêncio se deslizam, assumem novas feições, apontam para novas possibilidades de compreensão. A ideologia se materializa na formação discursiva (FD), compreendida “como aquilo que determina o que pode e deve ser dito” em determinado contexto social (PÊCHEUX, 2007, p. 160), fazendo com que os sentidos se constituam a partir dessa matriz. Na perspectiva da AD, o discurso é efeito de sentidos produzidos por sujeitos afetados pela língua e pela história. Ou seja, silêncio é discurso, que, impregnado de carga ideológica, resulta de práticas sócio-históricas organizadas por sujeitos. São essas práticas que povoam os sentidos, sentidos feitos por sujeitos e para sujeitos.

¹⁷ No terceiro capítulo, durante as análises, veremos que o discurso pode também parecer assumir a face de dominado, quando, na verdade, sua essência é dominante.

3 SOCIEDADE E POLÍTICA E A POLÍTICA DA MÍDIA

O poder público, no verdadeiro sentido da palavra, é o poder organizado de uma classe para oprimir outra.

(Luciano Gruppi, *Tudo começou com Maquiavel*, p. 42)

3.1 Teorizações sobre sociedade e Estado

As teorias liberais acerca do Estado moderno afirmam que ele resulta de um pacto social estabelecido. Contratualistas como Hobbes, Locke e Rousseau sustentam a tese de que antes dos homens se organizarem em sociedade, viviam numa esfera comum, na qual não havia leis, normas, poder, nem Estado. Os indivíduos viviam naturalmente numa relação ausente de regras, num estado de natureza caracterizado como pré-social. Com o intuito de justificar a legitimidade do poder do Estado, esses filósofos contratualistas procuravam afastar da esfera de discussão qualquer recorrência à intervenção divina ou explicações de cunho religioso, como acontecia na Idade Média.

Para Hobbes (1974), o estado de natureza era um estado primitivo caracterizado pela desorganização, agressividade, pelo egoísmo e pela atividade instintiva do homem, que era movido por desejos e paixões. Tal estado pode ser resumido pela célebre expressão “todo homem é inimigo de todo homem” (HOBBS, op. cit., p. 80). Hobbes afirmava que era necessário estabelecer um pacto social entre os homens para que a razão pudesse se sobrepor ao instinto. Essa noção de contrato apregoa que os homens devem se submeter a um poder maior para a garantia do bem comum: ao Estado é delegada a função de garantir a vida e a propriedade dos homens livres. Assim, a sociedade, por meio deste pacto, transferiria seus direitos para o Soberano (o Estado), ele então cuidaria para que os homens não voltassem a esse estado de guerra. “Por isso o pacto social, a fim de permitir aos homens a vida em sociedade e a superação de seus egoísmos, deve produzir um Estado absoluto, duríssimo em seu poder” (GRUPPI, 1998, p. 14).

Locke (2009), entretanto, discorda de Hobbes quanto a esse estado de guerra. Para ele, o estado de natureza é uma situação de temeridade compartilhada entre os homens; estes viviam desconfiados uns dos outros e por isso haveria a possibilidade de mútua agressão. Locke dizia que era um estado pré-político, de licenciosidade, no qual só através de um consentimento entre todos se fazia possível sair desse estado. Defende como Hobbes a garantia do bem comum, mas se aprofunda na discussão quando explica a razão de uns terem

propriedade¹⁸ e outros não. Segundo Locke, a propriedade é que define os homens; todos são, inicialmente, proprietários de si mesmos.

os homens se juntam em sociedades políticas e submetem-se a um governo com a finalidade principal de conservar suas propriedades. O estado natural (isto é, a falta de um Estado) não garante a propriedade. É necessário constituir um Estado que garanta o exercício da propriedade, a segurança da propriedade (GRUPPI, 1998, p. 15).

A posse de bens advém do valor do trabalho, aqueles que trabalharam deverão manter suas terras, sendo necessário então uma instância responsável pela proteção dos bens. Assim, para Locke, Estado e sociedade nascem juntos a partir de um contrato estabelecido entre os homens para a manutenção da ordem e a proteção da propriedade.

Rousseau (2009) também concorda que há um estado natural entre os homens, só que, diferente de Hobbes e Locke, esse estado é de felicidade e não de guerra. Para ele, as relações humanas são perturbadas com a chegada da civilização, pois os homens nascem livres e iguais, a convivência humana aliada à carência de liberdade modifica a humanidade. Segundo o teórico, através do pacto social, seria permitido aos homens reconquistar a liberdade perdida com o aparecimento da propriedade. Preconizava uma democracia, que se mostrava como uma forma de minimizar as desigualdades existentes. No entanto, ele mesmo já a tinha como ideal: “Rigorosamente nunca existiu verdadeira democracia, e nunca existirá. É contra a ordem natural que o grande número governe e seja o pequeno governado” (ROUSSEAU, op. cit., p. 67).

As concepções desses contratualistas – e citamos apenas algumas – foram teorizadas por filósofos responsáveis pela formulação do pensamento que entendemos como liberal¹⁹. Essa filosofia política não permite compreender as contradições sociais, a dinâmica que se assenta na luta de classes, pois, do nosso ponto de vista, tal filosofia só pode ser pensada enquanto abstração. Mesmo Rousseau, o qual poderíamos, a princípio, supor não estar defendendo a visão burguesa de sociedade, por criticar o surgimento da propriedade privada, na verdade também é caudatário da ideologia liberal, pois não se propõe a desvelar as raízes

¹⁸ Para Locke, propriedade é tudo o que pertence a cada indivíduo: sua vida, liberdade e bens.

¹⁹ O conjunto de ideias e práticas políticas, éticas e econômicas da burguesia é o que podemos definir como pensamento liberal. De acordo com ele, Estado e sociedade devem ser pensados de maneira separada, sem que haja interferência da organização estatal na vida dos indivíduos, principalmente no que tange às relações econômicas, ou seja, mais liberdade para que o mercado funcione a contento: com livre iniciativa, competição e equilíbrio entre oferta e procura. Em linhas gerais, esse é o *liberalismo econômico*. No que tange ao *liberalismo ético*, evidencia-se a defesa pela garantia dos direitos individuais, como liberdade de pensamento, expressão e religião. Já o *liberalismo político* se apóia nas teorias contratualistas para justificar a legitimidade do poder atribuído ao Estado (ARANHA; MATINS, 1993).

das desigualdades geradas. Ele também concorda que a sociedade nasceu de um contrato e que o indivíduo é anterior ao pacto.

Segundo esses pensadores [contratualistas], o indivíduo existiu antes da sociedade humana e esta nasceria pelo contrato entre indivíduos preexistentes. Ora, do ponto de vista histórico, isso é pura fantasia, pois o homem só se torna homem vivendo em sociedade com outros homens, só organizando socialmente sua própria vida. Imaginar que um indivíduo possa ser homem antes de organizar-se em sociedade não passa de uma típica projeção ideológica do individualismo burguês. É no modo de produção burguês que cada um individualmente se põe em relação com outro indivíduo, sem ter consciência do caráter social dessas relações econômicas (GRUPPI, 1998, p. 16).

Na essência do pensamento liberal encontramos o enaltecimento do indivíduo livre, a proteção da propriedade privada, a presença do Estado como instituição mantenedora da ordem social, além do fundamento da sociedade se assentar na individualidade humana. Essas teorias surgem num contexto de crescimento dos mercados – por volta do século XVIII, cuja relação de compra e venda fazia-se bastante presente.

Marx (1996), por outro lado, explica que não é o Estado que funda a sociedade civil, há uma conexão entre essas duas instâncias, pois ele resulta das relações de produção estabelecidas na base econômica da sociedade. A teoria de Marx sobre o Estado deriva de suas críticas ao idealismo filosófico alemão e às revoluções burguesas ocorridas no século XIX, como a Industrial e a Francesa; está baseada na crítica das relações econômicas estabelecidas na sociedade capitalista.

Podemos, apoiando-nos na filosofia marxista, afirmar que o estado de natureza preconizado pelos pensadores políticos, no qual o indivíduo precede ao Estado, não passa de um pensamento idealista e individualista burguês, uma vez que é a sociedade que cria o homem, é nela que o homem, ao mesmo tempo em que se constrói, ajuda a construir o outro. Dizer o contrário, ou seja, que o homem é anterior à sociedade e esta emerge a partir de um acordo estabelecido entre os homens, é ser idealista, desconsiderar os efeitos do real sócio-histórico nas relações sociais. Numa nota em que critica a visão idealista responsável pela criação de saberes institucionalizados em espaços “logicamente estáveis”, Pêcheux (2008) adverte sobre a necessidade de fixar a objetividade como elemento central para a compreensão da realidade. O exemplo trazido pelo filósofo ilustra bem isso:

Uma vez que foi posto fogo em uma granja, a propagação do incêndio depende da estrutura do madeiramento e das aberturas, da natureza e da disposição dos materiais e dos objetos que ela contém, da direção do vento, etc. e não da vontade expressa pelo incendiário (de suas imprecações, palavras de vingança, etc.) (op. cit., p. 63).

Mendonça (2009) também reconhece que as relações sociais derivam da objetividade. Por isso, critica a visão de contrato, tendo em vista o caráter histórico que permeia as relações sociais: “o indivíduo não é um mônada, mas, sim, um ser social que vive num contexto preciso e para quem a cidadania liberal é um fato meramente formal em relação à substância da sua existência real” (op. cit., p. 51).

Marx (1996) salienta a intrínseca relação indivíduo-sociedade ao afirmar que o homem é um ser social, pois é vivendo em sociedade, pensando e transformando a natureza através do trabalho que ele se distingue dos demais seres. Ele toma a expressão *zoon politikon* de Aristóteles (2009) para se referir ao homem como um animal social, um animal que só pode isolar-se socialmente. Conforme Aristóteles, “o homem é um animal político”, sua natureza só se realiza através da comunidade social, separado dela torna-se ser apolítico, “como uma ave de rapina, uma besta ou um deus” (ARISTÓTELES, id., p. 56-57).

Em *A ideologia alemã* (1998), Marx se posiciona incisivamente contra a noção de indivíduo isolado proveniente do individualismo burguês, tanto que diz ser essa visão banal e tão absurda como o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos para pô-la em prática. Ele declara que a linguagem emerge a partir dessa relação entre os homens: ela “só aparece com a carência, com a necessidade dos intercâmbios com os outros homens. Onde existe uma relação, ela existe para mim. O animal ‘*não está em relação*’ com coisa alguma, não conhece, afinal, nenhuma relação (MARX; ENGELS, op. cit., p. 25). Com isso, podemos dizer – retomando o percurso que Engels (2004) fez no texto sobre o processo de transformação do macaco em homem – que o desenvolvimento humano se deu a partir do trabalho, que, por sua vez, possibilitou a vida em sociedade e com ela o Estado.

O Estado, para Marx, é um Estado que serve aos interesses de grupos hegemônicos. Nas *Glosas críticas ao artigo de um prussiano* (1995), ele mostra como o discurso dominante tenta omitir latentes problemas sociais, problemas que são oriundos da própria estrutura de dominação e que são silenciados pelo sistema econômico vigente. Esse texto mostra como o Estado procura naturalizar o que não é natural, ou seja, tornar aceitável problemas históricos advindos do modelo de sociedade adotado. O texto marxiano é uma resposta ao artigo escrito por um prussiano, o qual provocava um enfrentamento entre trabalhadores e sociedade, afirmando, dentre outros aspectos, que a situação de miséria vivida pelos alemães decorria dos próprios trabalhadores, da “situação não-política” da Alemanha. Sobre isso, declara Marx:

Mas nenhum ser vivo acredita que os defeitos de sua existência tenham a sua raiz no princípio da sua vida, na essência da sua vida, mas, ao contrário, em circunstâncias externas à sua vida. O suicídio é contra a natureza. Por isso, o Estado não pode acreditar na impotência interior da sua administração, isto é, de si mesmo. Ele pode

descobrir apenas defeitos formais, casuais, da mesma, e tentar remediá-los. Se tais modificações são infrutíferas, então o mal social é uma imperfeição natural, independente do homem, uma lei de Deus, ou então a vontade dos indivíduos particulares é por demais corrupta para corresponder aos bons objetivos da administração. E quem são esses pervertidos indivíduos particulares? São os que murmuram contra o governo sempre que ele limita a liberdade e pretendem que o governo impeça as conseqüências necessárias dessa liberdade (MARX, op. cit., p. 81).

Prendendo-se nas “verdades” construídas sob a égide da ideologia dominante, o dito prussiano não reconheceu o papel negligente do Estado, apontando a classe trabalhadora como responsável pelos males sociais vivenciados. O que podemos depreender a partir dessa constatação é que a maneira com que os fatos são interpretados aponta para distintas relações de sentido, alterando o estado de coisas, a forma como são pensadas as ações dos sujeitos. O prussiano tentou apagar as condições de produção do discurso – a verdade era que tecelões lutavam por uma reforma social generalizada, sendo a revolta dirigida a uma estrutura de dominação histórica alavancada pela classe burguesa, não especificamente ao rei da Prússia. Em suma, o Estado reproduz os interesses da classe dominante, servindo como instrumento de opressão para as classes mais abastadas, pois, “a existência do Estado e a existência da escravidão são inseparáveis” (MARX, *ibid.*, p. 81).

A própria natureza do Estado já permite que seja observada a essência opressora dessa instituição social: **1. Estado e sociedade civil mantêm uma relação de dependência ontológica**, uma vez que ele repousa sobre a contradição entre vida pública e privada, ou seja, entre interesses gerais e particulares; **2. O Estado é um mecanismo de reprodução dos interesses da ideologia dominante**, pois é ele o instrumento utilizado para a defesa dos interesses da burguesia; **3. O Estado é impotente para solucionar os problemas sociais**, tendo em vista que se ele reproduz as relações sociais de exploração, não cabe a ele a elucidação dos conflitos; **4. A extinção do Estado é uma decorrência natural da sociedade radicalmente transformada**, pois a dissolução das relações capitalistas de produção, com a consequente eliminação do antagonismo entre as classes tornaria dispensável a figura do Estado (MARX apud TONET, 2004, p. 114-118).

No materialismo histórico, o conceito de classes sociais é concebido a partir da inter-relação entre sociedade e história. As classes surgiram em decorrência do crescente desenvolvimento econômico das sociedades, o que possibilitou o aparecimento da propriedade privada. Antes disso, os grupos humanos trabalhavam e usufruíam do produto de seu trabalho coletivamente, não havendo exploração; com o desenvolvimento da agricultura e pecuária, surgem os excedentes de produção, possibilitando também a exploração do homem

pelo homem, já que, havendo sobras, há também apropriação de riquezas por um grupo social. Desse modo, a classe que se apropria do excedente passa a explorar aquela que não dispõe de qualquer recurso. Começam então os primeiros conflitos históricos entre dominadores e dominados.

É, então, no escravismo que se delineiam duas classes antagônicas: senhores e escravos. Para gerar mais riquezas, os donos dos meios de produção investiam cada vez mais no aumento das forças produtivas, de modo que o comércio de escravos ao mesmo tempo em que propiciava enriquecimento causava rebeliões entre os explorados. E o Estado, como instrumento de classe, atuava para a contenção dessas revoltas, fortalecendo ainda mais a estrutura de dominação na qual ele se apoiou. Daí por diante a divisão em classes vem se perpetuando até a atualidade, porém não estamos afirmando sua eternidade. O próprio Marx (1977, p. 25) aponta que “a existência das classes está ligada a determinadas fases históricas do desenvolvimento da produção”; elas só existem onde há propriedade privada dos meios de produção e dos agentes produtivos. E desde que houve apropriação de bens por um grupo social até a contemporaneidade, as relações de produção sempre foram movidas por interesses antagônicos:

as relações entre as classes são *relações de exploração*, posto que uma delas pode apropriar-se do trabalho da outra por ocupar postos diferentes num regime determinado da economia social [...]. De onde se deriva outro fato muito importante: as classes sociais estão sempre em luta e é precisamente esta luta o motor principal da história das sociedades classistas. Por isso, para o materialismo histórico, a teoria das classes sociais é inseparável da teoria geral da história (CUEVA, 1974).

Em suma, as classes sociais, para o materialismo histórico, não se definem em relação às riquezas adquiridas pelos grupos sociais, mas às posições que os sujeitos ocupam nas relações de produção. Há, assim, uma maioria que trabalha (classe proletária) produzindo para uma minoria que se apropria do fruto do trabalho (classe burguesa), evidenciando o conflito existente entre dominados e dominante.

Essas forças em conflito provêm das classes sociais, cujos antagonismos se materializam discursivamente a partir das formações ideológicas. É por isso que numa análise discursiva conseguimos perceber perspectivas ideológicas advindas de pólos divergentes, conseguimos observar que há discursos em que se elevam posicionamentos de grupos que mandam e outros que são “obrigados” a obedecer. A formação ideológica é a materialização da ideologia, ideologia que no sistema capitalista interpela os indivíduos a se tornarem sujeitos reprodutores do capital.

3.2 Política, poder e tripartição de poderes

Antes de chegarmos ao estudo do Assembleia Legislativa enquanto instituição que integra um poder de Estado, discorreremos sobre a noção de política e seus correlatos político e poder, cuja problematização julgamos importante para o desenvolvimento desta pesquisa; uma vez que o Poder Legislativo se insere num contexto de discussões de âmbito político marcado por relações de força e poder.

Muitas são as abordagens em torno dos conceitos de política e poder, mas o que podemos enfatizar é que ambos estão inter-relacionados, pois não há como falar de política sem tratar de poder e vice versa. Na Grécia antiga (século V a. C.), por exemplo, a política surge como forma de expressar a individualidade dos cidadãos²⁰, libertando-lhes da consciência até então mitificada e permitindo instaurar uma nova ordem humana fundada na *pólis* (cidade, em grego). Foram os gregos e romanos os inventores da política no sentido estrito, mas isso não quer dizer que antes deles, salienta Chauí (2000), não havia poder e autoridade, o que ocorreu é que a partir dos gregos poder e autoridade *políticos* foram expressos claramente. A política aparece, então, como uma necessidade, uma função: a de organizar a sociedade, imprimindo regras de convívio humano. Ela está entrelaçada às relações sociais, uma vez que não existe indivíduo sem sociedade e vice versa.

Na Idade Média, atividade política e ordem divina estavam tão imbricadas que se confundiam; a filosofia do momento era a de que a razão estaria subordinada à fé. A esfera política se relacionava à moral cristã, de modo que o governante deveria ser justo e impor, pelo medo, à obediência aos princípios religiosos²¹. No período medieval, não havia espaço para a busca de conhecimentos fora do teocentrismo²²; mas com a emergência do mercantilismo²³ esse pensamento religioso foi aos poucos cedendo espaço para a expressão da política enquanto forma de legitimar o espaço da burguesia e a consequente imposição de novas regras no ambiente social. Essas regras se converteram em leis que, sistematizadas nas cartas constitucionais, passaram a ditar o novo modo de organização da sociabilidade capitalista.

²⁰ De modo restrito, pois em Atenas apenas 10% de meio milhão de habitantes eram considerados cidadãos. Escravos, estrangeiros, mulheres e crianças eram excluídos da discussão política.

²¹ O filme *O nome da rosa* ilustra bem isso na passagem em que o venerável (aquele que possuía alta posição hierárquica no mosteiro) diz para o monge franciscano Willian de Baskeville: “o riso mata o temor, e sem o temor não pode haver fé. Se não há temor ao demônio não é necessário haver Deus”.

²² Concepção de mundo cristã, segundo a qual a centralidade de todas as coisas está em Deus, considerado ser perfeito e supremo. Nessa mesma visão, o homem é tido como ser imperfeito e pecador.

²³ Conjunto de ideias e práticas econômicas vigentes entre os séculos XV e XVIII que possibilitaram o enriquecimento da burguesia a partir do aumento de impostos e do acúmulo de riquezas através da comercialização de metais preciosos.

Quanto à visão de poder, trata-se de um tema constante nas discussões empreendidas pelas ciências sociais. Aranha e Martins (1993, p. 180) conceituam-no como sendo “a capacidade ou possibilidade de agir, de produzir efeitos desejados sobre indivíduos ou grupos humanos. Portanto, o poder supõe dois pólos: o de quem exerce o poder e o daquele sobre o qual o poder é exercido”. Ele também se associa ao conceito de legitimidade que, nas sociedades ditas democráticas, é entendido como o consentimento da maioria da população. Para que seja legítimo, o poder precisa então ser ratificado pela vontade popular. No Estado moderno, poder, coerção e legitimidade formam o tripé da sociedade que visa preservar a ordem.

Numa acepção moderna, política é a forma de gerir o espaço público, e poder a força que permite executar ações de modo a interferir na vida dos indivíduos e da coletividade humana. Assim como a noção de política abarca vários sentidos, a de político também parece não conter um caráter definido. A exceção seria considerar o político como o sujeito que exerce função pública delegada pela escolha popular, aquele dotado de poder para interferir na condução da sociedade. Afora isso, Corten (1999, p. 37) tenta defini-lo fazendo uma associação com a ideia de representação. Para o autor, o que há, na verdade, é uma “representação do político”, a qual é definida por ele como a “cena de forças políticas construídas pelo discurso”. O teórico acrescenta: “o político é, assim, como todo fenômeno atinente ao discurso, construção da realidade. É também definição de um limite dessa realidade”. Essa realidade de que fala Corten está sempre relacionada à história.

Chauí (2000) salienta que devido ao aumento das atividades atribuídas ao Estado, o domínio das atividades políticas foi ampliado, abrangendo também questões administrativas, organizacionais, econômicas e de serviços. Isso acarretou na generalização da palavra política para outros campos que lidam com poder, administração e organização. Por isso, vemos de modo recorrente expressões como: “política da empresa”, “política estudantil” e “política sindical”, por exemplo. Mas, segundo a filósofa, esses são sentidos vagos da palavra política, que pensada de outro modo, porém paradoxal, passa por três acepções de sentidos inter-relacionadas.

Na primeira acepção, política referindo-se à autoridade de que se reveste o governo no sentido de conduzir a coletividade, assim como as ações dos grupos sociais favoráveis ou contrárias às ações do governante; no segundo sentido, política relacionando-se à atividade desenvolvida por especialistas que buscam ascender ao poder ou que já ocupam cargos estatais (a famigerada política partidária); e noutra significação decorrente da segunda, política aparece de modo pejorativo, como um ente distante da sociedade dotado de poder

para atender a seus próprios interesses em detrimento dos interesses da sociedade (id., op., cit.). Essa última visão de política é a que perpassa o senso comum, que faz com que muitas pessoas, por não compreenderem que a raiz da política está relacionada às práticas do homem em sociedade, acabam por criar uma apatia social geral quanto às atitudes de governantes, partidos ou líderes políticos. Os conhecidos versos de Bertold Bresh (1889-1956) são ilustrativos do que estamos nos referindo:

O Analfabeto Político²⁴

O pior analfabeto é o analfabeto político.
 Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos.
 Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão,
 do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio
 dependem das decisões políticas.
 O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia
 a política.
 Não sabe que da sua ignorância nasce a prostituta,
 o menor abandonado, o assaltante e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista,
 pilantra, o corrupto, o explorador das empresas nacionais e multinacionais.

A apatia é também uma forma de fazer política, mesmo que passiva, pois a política está em todas as direções. O problema é que, sendo alguns apáticos, outros não o serão, o que faz com que o conceito de política se restrinja ao aspecto do senso comum, ou seja, a política passa a ser vista como uma forma de atender aos interesses particulares em detrimento dos interesses comuns ao grupo.

A visão que se tem de poder está intimamente relacionada à esfera governamental, expressando-se como poderes de Estado, cada um deles figurando como uma reunião de órgãos com funções específicas. Mas para chegar a esse estágio, a ideia da separação de poderes passou por um processo de discussão formulado por alguns teóricos. Inicialmente, é importante lembrarmos que ela foi concebida com o intuito de limitar a ação do Estado no sentido de evitar a concentração absoluta de poder nas mãos do soberano. Chauí (1992), numa referência a Aristóteles, discorre sobre a figura do déspota, figura muito comum entre os que assumiam o poder do Estado:

O déspota é o senhor absoluto de suas propriedades móveis e imóveis, das pessoas que dele dependem para sobreviver (escravos, mulher, filhos, parentes e clientes) e dos animais que emprega para manutenção de suas propriedades. A principal característica do déspota encontra-se no fato de ser ele o autor único e exclusivo das normas e das regras que definem a vida familiar, isto é, o espaço privado. Seu poder, escreve Aristóteles, é *arbitrário*, pois decorre exclusivamente de sua vontade, de seu

²⁴ Poesia disponível em < <http://www.usinadeletras.com.br>>.

prazer e de suas necessidades. Os primeiros reis, lembra Aristóteles, porque eram simples chefes de clãs e tribos ou de conjunto de famílias, eram déspotas, assim como são déspotas os governantes bárbaros do Oriente, mas onde houver cidade e política, onde houver *politéia*, não pode haver *despotéia*, não se pode manter o princípio do poder despótico, que pertence ao espaço privado e à vida privada (op. cit., p. 357). (grifos da autora)

Assim, sem separar o que é de domínio público e privado, o rei acabava por exceder o limite de suas incumbências, agindo de maneira arbitrária conforme as suas vontades. Haveria, então, a necessidade de limitação desse poder, que se deu a partir da separação de poderes. Com a descentralização do poder, esse seria distribuído em esferas autônomas de atuação. Embora muitos teóricos atribuam a Montesquieu o crédito da teorização acerca dos poderes estatais, a origem desse separatismo já se encontrava na antiguidade, quando Aristóteles, na obra *Política* (2009), manifestava preocupação em torno da ineficiência e perigo do controle exclusivo do poder. Conforme a concepção aristotélica, o governo deveria dividir-se em três partes: deliberativa – a que delibera sobre os negócios públicos; executiva – os magistrados tendo a incumbência de aplicar as decisões tomadas pelo executivo; e judicial – responsável pela administração da justiça.

Também encontramos em Maquiavel, no clássico *O Príncipe* (2003), outra visualização da divisão de poderes. Trazendo o exemplo da França, dizia haver os poderes Legislativo, representado na figura do parlamento; Executivo, materializado na presença do rei; e Judiciário, atuando como um poder independente, mas que defenderia os mais fracos diante da opulência do Estado.

Nos seus *Tratados sobre o governo*, Locke (2009) defende um regime político oposto ao absolutista inglês, de modo a também enxergar a necessidade de divisão dos poderes públicos. Para ele, tais poderes seriam divididos em funções como legislativa, executiva e federativa. Mas a visão que figura atualmente entre as nações é a de Montesquieu (1973). Ele é um dos que discutem a relação entre lei e governo a partir de uma teoria que se destaca por defender a autonomia entre os poderes. Ao refletir acerca dos excessos cometidos pelo poder real, o teórico chegou à conclusão de que os poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário – deveriam ser autônomos. Com isso, queria destacar a necessidade de haver equilíbrio entre os poderes, cada qual com sua autonomia:

Quando na mesma pessoa ou no mesmo corpo de magistratura o poder legislativo está reunido ao poder executivo, não existe liberdade, pois pode-se temer que o mesmo monarca ou o mesmo senado apenas estabeleçam leis tirânicas para executá-las tiranicamente.

Não haverá também liberdade se o poder de julgar não estiver separado do poder legislativo e do executivo. Se estivesse ligado ao poder legislativo, o poder sobre a

vida e a liberdade dos cidadãos seria arbitrário, pois o juiz seria legislador. Se estivesse ligado ao poder executivo, o juiz poderia ter a força de um opressor. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos (id., p.155-157).

A partir do que preconiza Montesquieu – e mais tarde o texto constitucional – tais poderes são constituídos como poderes de Estado, mais precisamente do Estado Democrático de Direito²⁵. De modo geral, compete ao Executivo a organização e o funcionamento da administração, seja ela estadual, distrital ou federal; cabe ao Legislativo, dentre outros aspectos, a elaboração de leis e a fiscalização dos atos do Executivo e, ao Judiciário, garantir o direito dos indivíduos a partir da promoção da justiça. Dentro da organização político-administrativa do Estado, as Assembleias Legislativas integram o Poder Legislativo estadual; no âmbito municipal, há as Câmaras de Vereadores. No cenário brasileiro, esse poder é integrado pelo Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

O fato de Montesquieu preconizar o princípio da autonomia entre os poderes não quer dizer que eles sejam soberanos e independentes. O que está na essência da noção de freios e contrapesos é essa possibilidade de, em algumas situações, um poder intervir na atuação do outro, daí a ideia de “só o poder frear o poder”.

Diante do que dissemos a respeito da tripartição dos poderes estatais de Aristóteles até Montesquieu, percebemos cada qual defendendo uma forma de evitar os arbítrios provenientes da concentração do Poder estatal. Entretanto, o movimento histórico nos mostra que o que de fato influenciou a descentralização do poder foi a passagem do Estado absolutista para o liberal, tendo a Teoria da Separação dos Poderes se firmado no período de surgimento e ascensão da classe burguesa, entre os séculos XVII e XVIII. Assim, com a adoção de uma política liberal fica compreensível a necessidade de diminuição da força da máquina estatal para o fortalecimento do mercado.

A teoria da separação dos poderes está materializada nas constituições de todo o mundo. O entendimento de Constituição deriva do liberalismo político clássico, em que o princípio da legitimidade se justifica na vontade dos chamados cidadãos, e não mais na ordem divina como ocorria no Estado feudal. Se, conforme os contratualistas, os homens viviam em um estado pré-social, haveria de existir um instrumento para por ordem à vivência em

²⁵ A nosso ver, democracia num país onde há concentração/má distribuição de renda de fato não existe. Mas essa abordagem necessitaria de uma análise mais aprofundada, o que não será feito aqui por questões de cunho teórico e também metodológico.

sociedade. A Constituição representa, assim, o conjunto de normas criadas para regular a vida social. Também conhecida como Lei Maior, ela consiste numa forma de organizar a atividade humana através de leis, distribuindo poder na sociedade e determinando o direito de mando e o dever de obediência.

Interessante observar que em muitas obras publicadas sobre a origem e os fundamentos da Constituição fala-se muito em vontade humana, como se a Constituição tivesse surgido do simples assentimento da população. A máxima contida no início das cartas constitucionais modernas de que “todo o poder emana do povo” é uma expressão disso. Só que no modo de produção capitalista é difícil pensar que a população tenha tanto poder decisório assim. Marx (1995), levando em consideração as bases econômicas e sociais que sustentam as relações de poder na sociedade, defende que o Estado e suas leis são o reflexo da dominação jurídica e política da classe burguesa. Se o modo de produção capitalista possibilitou a emergência dos Estados modernos e com eles a Constituição, podemos entender que o conjunto de leis emana das relações desiguais estabelecidas nessa forma de sociabilidade.

3.3 Mídia e comunicação organizacional como aparatos ideológicos do capitalismo

A afirmação de Novaes (1996) de que informação é poder traz a reflexão do entrelaçamento existente entre as práticas política e comunicacional. A potencialidade de influenciar indivíduos através do processo argumentativo – que inclui mecanismos discursivo-ideológicos – faz dos veículos de comunicação detentores de poder, pois discursivamente criam verdades e permitem que sejam aceitas de maneira consensual. Valendo-se desse “poder comunicacional”, empresas e instituições públicas investem continuamente na chamada comunicação organizacional. Para isso, servem-se das Assessorias de Comunicação Social (ACS), que são setores criados por empresas e instituições públicas para divulgar as informações por elas consideradas importantes.

Como afirmam Kopplin e Ferraretto (2001), o conceito de assessoria de imprensa se relaciona à necessidade de divulgar informações e opiniões de indivíduos ou grupos e a existência dos meios de comunicação de massa, pois os veículos midiáticos fazem a mediação para que informações de setores privados cheguem ao domínio público. Atualmente, as assessorias vêm funcionando de modo eficaz como mecanismo de reprodução da ideologia de grupos hegemônicos, mas esse processo de ingerência do pensamento das organizações na

sociedade não se deu de forma pacífica, mas de maneira processual e não imune a refrações de alguns setores da sociedade.

O que marcou o prenúncio das manifestações do então jornalismo empresarial²⁶ foi o descontentamento de trabalhadores com as condições sub-humanas em que atuavam na época da revolução industrial, no século XIX. Como é sabido, as fábricas faziam do operário uma peça da maquinaria industrial, transformando-o em ser mecânico e dependente do sistema produtivo. Em meio a esse ambiente de crescente exploração do trabalho humano, emergem movimentos contrários à ideologia dominante, liderados por anarquistas e comunistas, que publicavam jornais²⁷ com posicionamentos críticos em relação às práticas hegemônicas do sistema. Paralelamente, os estabelecimentos comerciais tentavam contornar as revoltas através de publicações empresariais, que expressavam uma política de resignação às práticas dominantes.

Essa configuração de pólos em confronto mostra que assim como o surgimento da imprensa acompanha os passos do desenvolvimento econômico, a comunicação organizacional também segue essa trajetória, já que o fortalecimento do mercado implica no crescimento de indústrias, na ampliação de empresas e modernização das estruturas públicas: “quanto mais crescem os negócios, maiores são as organizações e maior a necessidade de comunicação” (TORQUATO, 2004, p. 81).

No Brasil, o processo de implementação da comunicação corporativa obedeceu aos interesses dominantes, mas também convocou forças contrárias a eles. Multinacionais se instalaram no país, conquistando espaço midiático através da divulgação de seus produtos e serviços ao mesmo tempo em que convocavam o proletariado a se adequar ao sistema. Por outro lado, os trabalhadores também publicavam seus próprios jornais²⁸, já que desde o surgimento da imprensa não há espaço para suas ideias e proposições nos veículos de comunicação. Apresentando o ponto de vista do empresariado, Torquato (2004) resume como se efetivou o processo de constituição da comunicação organizacional brasileira:

²⁶ No Brasil, a expressão comunicação empresarial era utilizada para designar os espaços onde se constituía a comunicação exercida pelas empresas. Ao perceber a imprecisão do termo, já que essa comunicação engloba organizações públicas e privadas, Torquato (2004) passa a utilizar o conceito de comunicação organizacional para se referir à comunicação desenvolvida por empresas e pelos demais campos políticos, como associações, sindicatos, federações, partidos políticos, dentre outros.

²⁷ Destacamos a *Nova gazeta renana*, lançado por Marx, e *Le representant du peuple*, produzido por anarquistas, em 1848.

²⁸ Entre os periódicos estão *O trabalhador* (União dos Trabalhadores Gráficos), *O cosmopolita* (empregados de hotéis, restaurantes e bares), *Tribuna do povo* (Federação de Resistência dos Trabalhadores de Pernambuco), *O graphico* (Associação Gráfica do Rio de Janeiro), *A vida* (Centro Operário das Pedreiras), *O sindicalista* (Federação Operária do Rio Grande do Sul). (Cf. KOPPLIN; FERRARETTO, 2001).

No princípio, havia o verbo, mas faltava a verba. Depois, os verbos se multiplicaram e as verbas se dividiram. Foi mais ou menos assim que se desenrolou a história da comunicação organizacional no Brasil nos últimos 30 anos. No final da década de 1960, na esteira da industrialização do Sudeste, o conceito começava a correr solto e as empresas iniciaram um processo de interlocução com públicos mais diversos. Algumas poucas empresas, já naquela época, deram-se conta da existência de uma relação forte entre elas e a sociedade. As organizações preocupavam-se em dizer aos empregados que deveriam orgulhar-se do lugar em que trabalhavam. E em demonstrar claramente aos consumidores que fabricavam produtos bons e prestavam serviços de qualidade (id., p. 2).

Historicamente, imprensa e assessorias de comunicação se estruturaram como instrumentos de reprodução das práticas hegemônicas do sistema. Conforme Lopes (1994, p. 9), as assessorias de comunicação têm como funções “facilitar o acesso dos grupos externos às realizações de uma empresa ou instituição, por meio de uma linguagem simples e organizada, mediada pelos meios de comunicação” e “promover a integração e a satisfação de segmentos internos que convivem e sustentam essas duas estruturas organizacionais”.

No decorrer dos anos, com o crescimento e a complexidade das atividades desenvolvidas pelas instituições, os serviços de assessoria foram se expandindo e se consolidando nas várias áreas, por isso a divisão dos trabalhos por esfera de atuação: jornalismo empresarial, jornalismo de assessoramento sindical, jornalismo de assessoramento político e jornalismo de assessoramento cultural. Todas essas esferas compreendem o que entendemos como comunicação organizacional. No caso da Assembleia Legislativa de Alagoas, prevalece o jornalismo de assessoramento político.

Em tese, uma Assessoria de Comunicação deve ser integrada por profissionais de Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade, mas na prática a presença do jornalista (assessor de imprensa) é mais frequente. No interior desse órgão são elaboradas políticas e estratégias de comunicação cujo intuito é preservar, fortalecer ou melhorar a imagem do assessorado perante o público. Na hierarquia social, as assessorias de imprensa são órgãos vinculados a uma estrutura empresarial ou institucional que expressam o ponto de vista dos grupos que estão no poder, muitas vezes “anulando” a voz de outros setores e até do jornalista. Em algumas situações a relação assessorado/assessor provoca um conflito de interesses, gerando um verdadeiro embate entre “gregos” (empresários/autoridades) e “troianos” (jornalistas), uns querendo impor uma verdade e outros se negando a disseminá-la. A respeito da relação entre assessoria de imprensa e opinião pública, ponderam Kopplin e Ferraretto (2001):

presentes tanto na superestrutura como na infra-estrutura econômica, os serviços de assessoria de imprensa podem afetar a opinião do público de forma a auxiliar no condicionamento da sociedade pelo poder econômico ou de modo a interferir neste

poder. Nessa linha de raciocínio, a ideologia do jornalista poderá entrar em rota de colisão com o efeito pretendido por seu assessorado sobre o público (id., p. 25).

Na sociedade capitalista, algumas atividades realizadas pela assessoria de imprensa adquirem importância na medida em que servem para reproduzir essa forma de sociabilidade. Assim como os Meios de Comunicação de Massa (MCS), as Assessorias de Imprensa (AI) também são veículos formadores de opinião pública. Ao disseminar a ideologia dominante, esses veículos acabam por criar na massa a ideia de verdade, de modo a reproduzir os ideais do sistema. A teoria comunicativa da Espiral do Silêncio, desenvolvida por Elizabeth Neumann (1995), elucida bem essa discussão.

Sintetizada na reprodução da ideologia dominante através dos meios de comunicação de massa, a Teoria da Espiral do Silêncio traz a relação entre mídia e opinião pública: “essa teoria defende que os indivíduos buscam a integração social através da observação da opinião dos outros e procuram se expressar dentro dos parâmetros da maioria para evitar o isolamento” (PENA, 2008, p. 155). Trata-se da onipresença da mídia enquanto formadora e modificadora das opiniões acerca da realidade, opiniões contrárias à ideologia dominante são evitadas, fazendo com que o *status quo* seja mantido:

Os meios de comunicação tendem a priorizar as opiniões dominantes [...] consolidando-as e ajudando a calar as minorias (na verdade, maiorias) isoladas [...] Assim, opiniões que parecem consensuais se perpetuam, pois a maioria silenciosa não se expressa e não é ouvida pela mídia, o que leva à conclusão de que o conceito de opinião pública está distorcido (id., p.156).

Por acharem que suas opiniões não serão aceitas, muitos preferem não se manifestar; o que faz com que os desejos de mudança sejam sufocados pela espiral do silêncio. A espiral é apenas uma das formas de reprodução das ideias dominantes. Kopplin e Ferraretto (2001) expõem como se dá essa reprodução a partir de um esquema que inclui infra e superestrutura.

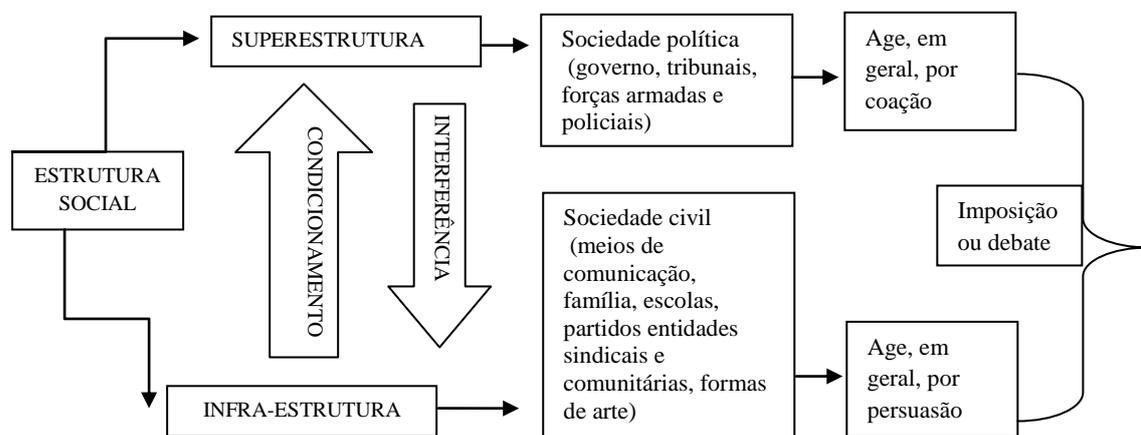


Fig. 1 – Estrutura da sociedade capitalista (Cf. KOPPLIN; FERRARETTO, 2001)

Lembrando o que dissemos no capítulo anterior sobre a matriz econômica do modo de produção capitalista (relação infraestrutura e superestrutura), é na base econômica (infra) onde estão situadas as forças produtivas – força de trabalho, máquinas, ferramentas – e onde são estabelecidas relações sociais de produção, que se configuram como relações de exploração. A superestrutura se ergue a partir dessas relações estabelecidas na base da matriz econômica; é nesse espaço que encontramos as instâncias jurídico-políticas e ideológicas, como as organizações e instituições sociais (poderes estatais), bem como as ideias, imagens e representações (CUEVA, 1974).

As relações de produção estabelecidas na base social se refletem na superestrutura e são por ela afetadas²⁹. Notemos que a figura 1 se aproxima da teorização de Althusser (1985) sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Retomando a teoria, os aparelhos ideológicos agem de modo a fazer com que a ideologia da classe dominante seja reproduzida sem que percebamos, com o intuito de inculcar na sociedade a ideia de que há igualdade política, jurídica e econômica, para evitar conflitos; quer fazer a sociedade aceitar um modelo sócio-econômico imposto, ou seja, naturalizar o que, na verdade, é histórico.

Diferente do esquema acima, Althusser enquadrando os aparelhos ideológicos (família, escola, sindicatos, religião, cultura, mídia, etc.) na superestrutura, pois eles refletem uma dinâmica social que os coloca como mecanismos reprodutores da ideologia, apesar de também poderem ser objetos de transformação, conforme Pêcheux (2007). Pensando no funcionamento da ideologia como mecanismo de reprodução do sistema dominante, imprensa e comunicação organizacional integram o aparelho de informação, pois, como disse Althusser (1985), ele concorre para o fim de reproduzir as relações de exploração capitalistas. “Cada um deles [dos aparelhos ideológicos de Estado] concorrem para este fim único na maneira que lhe é própria. O aparelho de informação despejando pela imprensa, pelo rádio, pela televisão doses diárias de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo, etc.” (ALTHUSSER, op. cit., p. 78).

Nesse sentido, Melo (1994) também compreende os meios de comunicação coletiva como aparatos ideológicos. O teórico realizou várias pesquisas sobre o pensamento comunicacional, e no estudo dos gêneros jornalísticos identificou que o editorial reflete os interesses dos segmentos empresariais que mantêm os jornais.

Entendemos que os meios de comunicação coletiva, através dos quais as mensagens jornalísticas penetram na sociedade, bem como os demais meios de reprodução

²⁹ Falamos a respeito disso no primeiro capítulo, quando nos reportamos à metáfora do edifício social trazida por Althusser (1985).

simbólica, são ‘aparatos ideológicos’, funcionando, se não monoliticamente atrelados ao Estado, como dá a entender Althusser, pelo menos atuando como uma ‘indústria da consciência’, de acordo com a perspectiva que lhes atribui Enzensberger, influenciando pessoas, comovendo grupos, mobilizando comunidades, dentro das contradições que marcam as sociedades (id., p. 67).

Como meio de reprodução simbólica, depreendemos que a Coordenação de Comunicação da Assembleia Legislativa de Alagoas, bem como o jornal publicado pela instituição integram o aparelho ideológico de informação. Assim como em qualquer periódico jornalístico, o objetivo é divulgar pautas consideradas relevantes; no caso do informativo da ALE, há também uma injunção ao convencimento. Tenta-se convencer o leitor da opinião dos parlamentares através de material comunicativo.

Para isso, o house-organ (“jornal da organização”)³⁰ se mostra importante, pois funciona como meio de difusão das informações provenientes da organização. Em Rabaça e Barbosa (1987), encontramos a seguinte definição de house-organ:

Veículo impresso ou eletrônico, periódico, de comunicação institucional, dirigido ao público interno (funcionários e seus familiares) e/ou a determinados segmentos do público externo (vendedores, acionistas, clientes, fornecedores, autoridades, imprensa etc) (id., p. 319-320).

Dentre as funções dos house-organs estão informar, integrar, educar, motivar. Eles podem ser impressos ou eletrônicos: os impressos se dividem em boletim, jornal e revista; os eletrônicos, circuito interno ou rádio e Tv. No caso da Coordenação de Comunicação da Assembleia Legislativa, atualmente, só há house-organ em mídia televisiva. O Poder Legislativo estadual vem veiculando material informativo em canal fechado, através dos programas da *TV Assembleia*.

Outro *house-organ* adotado durante os anos 2007-2008 foi o impresso *Jornal da Assembleia*. Quando estava circulando, sua periodicidade era mensal; porém, havia meses sem distribuição do informativo, como nos períodos de recesso. Produzido por jornalistas, o conteúdo do jornal refletia o posicionamento dos parlamentares alagoanos através dos editoriais, das notícias, reportagens entrevistas e outros gêneros materializados.

No *Jornal da Assembleia* foram editadas as principais pautas do Poder Legislativo estadual. Nele também eram encontradas posições político-partidárias, matérias sobre projetos de lei apreciados e votados, relatos sobre alagoanos que se destacaram na história do Estado,

³⁰ Essa expressão foi cunhada pelos norte-americanos, sendo o primeiro periódico lançado em 1829, durante o governo de Andrew Jackson. *The Globe* foi o primeiro informativo publicado, contendo os feitos positivos da administração (LOPES, 2003).

textos factuais ou não. Mas, curiosamente, não havia no mesmo jornal notícias ou informações detalhadas sobre a grande crise que assolou a casa legislativa. Na medida em que os deputados elencam determinados acontecimentos para serem divulgados, estão deixando de informar sobre outros. Como vimos no capítulo anterior, esse mecanismo discursivo no qual apagam-se sentidos indesejáveis é chamado por Orlandi (2007b) de política do silêncio ou silenciamento. Essa política de silenciar é ideológica e está presente nos diversos discursos: no político, midiático, corporativo, atravessando-os de maneira particular.

Aparelhos ideológicos de informação, imprensa e comunicação organizacional reproduzem, cada qual a seu modo, a ideologia dominante. Seja do lado da mídia (meios privados de comunicação de massa) ou da comunicação organizacional (comunicação em instituições públicas), os interesses convergem para a vantagem que o produto jornalístico possa oferecer: seja a conversão em lucro (para a empresa) ou em melhor projeção da imagem da instituição e seus integrantes (para o assessorado).

3.4 Política e meios de comunicação: paralelismos entre coronelismo político e midiático

Há muito, a historiografia tradicional vem abordando a história da imprensa e do jornalismo sob o viés dominante. As narrativas convencionais lidam com os fatos relativos aos meios de comunicação, levando em consideração os aspectos tecnológicos, sem, no entanto, destacarem o papel preponderante do sistema de produção na estruturação e configuração das instituições. Marshall (2003) aponta para a necessidade de desconstruir o discurso oficial e descobrir a verdadeira essência dos acontecimentos. De acordo com ele, isso pode ser feito a partir da leitura dos novos historiadores que seguem o paradigma teórico de Marx, que procurou compreender as contradições da sociedade a partir da perspectiva histórica.

O crescente desenvolvimento econômico das sociedades exigia que fosse criado um mecanismo de difusão dos feitos e dos acontecimentos do novo modelo de produção, sendo essa necessidade suprida pela imprensa, tanto que os primeiros centros de produção de jornais ficavam localizados nas cidades próximas às rotas comerciais. Por isso, Marshall (id, p. 64) explica que “a imprensa periódica surgiu em decorrência da necessidade de informação mercantil na florescente sociedade capitalista e, portanto, veio suprir objetivamente uma necessidade do capitalismo”. Como o nascimento da imprensa coincide com o

desenvolvimento das relações capitalistas, fica fácil perceber que as práticas dessa instituição passam pela recepção e atendimento das demandas do sistema.

Sodré (1966) também concorda que a prática de mercantilização da informação acompanha a imprensa desde o seu surgimento, pois a

história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. O controle dos meios de difusão das idéias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista em que aquele está inserido – é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações (id., p. 1).

O estudioso da comunicação observa que entre imprensa e capitalismo há uma relação dialética e não mecânica, o que, segundo ele, é facilmente perceptível pela influência que os meios de comunicação exercem no comportamento das massas. Eles influenciam porque suas operações são governadas pelas regras do sistema de produção. Se mundialmente o funcionamento da mídia é movido pelos interesses de classes hegemônicas, no Brasil a situação não é diferente.

Assis Chateaubriand foi o proprietário do primeiro império brasileiro de comunicação, abrindo espaço para que outros empresários também construíssem seus conglomerados. Nas organizações de “Chatô” havia jornais (Diário da Noite, Diário de São Paulo), revistas (O Cruzeiro) e emissoras de rádio, como a Tupi. Esse conglomerado de veículos já trazia consigo o processo de “empresariamento” da informação, em que a divulgação dos fatos ficava subordinada aos interesses dos grupos dominantes, de modo a transformar as informações em um produto de consumo altamente rentável.

Por isso, a organização dos veículos de comunicação segue o modelo de qualquer outra estrutura empresarial capitalista, com os setores de receitas e despesas funcionando no sentido de proporcionar *superávit* no orçamento do grupo. Erbolato (2006, p. 236) destaca que “embora com a finalidade de informar, entreter, orientar e difundir cultura, as empresas jornalísticas são também firmas com objetivos comerciais, pois somente conseguirão continuar funcionando se obtiverem lucros, uma vez que dessa forma haverá o incentivo para o capital aplicado”. Desse modo, o autor salienta que as empresas jornalísticas são estruturadas conforme o clássico tripé: Administração, Redação e Oficinas.

O setor administrativo funciona como uma espécie de “coração financeiro” da empresa, pois é a ele que compete a organização das finanças, determinando as estratégias de compra e venda estabelecidas pelo jornal-empresa. Assim, estão sob a responsabilidade da

Administração captação de anúncios e assinaturas, contratação e demissão de funcionários, ações de relações públicas, compra de materiais, dentre outras atividades relacionadas ao gerenciamento das ações desenvolvidas pela organização.

A Redação é o lugar de produção intelectual propriamente dito. Mantém estreita relação de subordinação com o primeiro setor, pois as matérias a serem produzidas dividirão espaço com as publicidades angariadas, além do que dependerão do aval da administração superior para serem publicadas. Segundo Erbolato (op. cit.), a maior parte da receita do jornal provém da publicidade, o que coloca em xeque os critérios de noticiabilidade (notícias que choquem com os interesses de empresas anunciantes certamente não serão publicadas). Setor que deveria ser considerado o mais importante, na verdade figura como uma veia bombeando sangue (lucro) para o coração da empresa.

As Oficinas ou Tipografias são os espaços responsáveis pela materialização do jornal, cabendo-lhes a composição gráfica e a paginação. Diríamos ser as oficinas as artérias desse organismo empresarial, pois é através delas que o jornal ganha corpo, viabilizando a comunicação da empresa jornalística com a sociedade³¹. Essa organização demonstra que os jornais têm finalidades comerciais e precisam disso para sobreviver.

Herdeira da sociabilidade capitalista de produção, a imprensa brasileira tem suas raízes fincadas num modelo agrário e oligárquico de administração advindo do período colonial. No Nordeste, a particularidade desse modelo se evidencia na expressão do coronelismo midiático³², que consiste na posse dos meios de comunicação por famílias políticas. Segundo Gaia (2005), os donos de empresas jornalísticas, que também são políticos de carreira, assumem o papel do coronel atual, pois incorporam a figura do pai/líder/chefe, interferindo no cenário político através dos veículos de comunicação.

Apesar de intensificada no Nordeste brasileiro, as práticas coronelistas acompanharam o desenvolvimento brasileiro ao longo de vários anos, tendo suas raízes no Império, mas genuinamente presente na República Velha. O controle político dos municípios por lideranças da região permitiu que se formatasse um sistema de compromissos em que as decisões

³¹ Segundo Erbolato (2006), o clássico tripé começa a sofrer transformações com a criação da Gerência de Operações pelos grandes jornais. A ela cabe a orientação da impressão e composição dos periódicos.

³² “A literatura política brasileira tem utilizado o termo coronelismo como uma forma peculiar de manifestação do poder privado, com base no compromisso e na troca de proveitos com o poder público. A ciência política trata como coronelismo a relação entre os coronéis locais, líderes das oligarquias regionais, que buscavam tirar proveito do poder público, no século XIX e início do século XX e não há como deixar de se associar esse termo aos atuais impérios de comunicação mantidos por chefes políticos oligárquicos, que têm, inclusive, forte influência nacional” (BAYMA, 2001, p. 1).

políticas ficavam subordinadas ao mando dos coronéis. Pela utilização do chamado “voto de cabresto”, os chefes políticos forçavam os eleitores a apoiar os candidatos das oligarquias estaduais e em troca disso recebiam favores pessoais e consolidavam seu poder nos municípios. Leal (1980), no clássico *Coronelismo, enxada e voto*, um estudo sobre as práticas políticas do Brasil rural, destaca o fenômeno do coronelismo como um aspecto local da dominação política, das lutas e dos entendimentos, embora também tenha figurado como uma força que deu tonalidade própria à vida política do país.

Uma modalidade de coronelismo que se convencionou chamar atualmente é o coronelismo eletrônico, o qual se verifica pela posse de estações de rádio e televisão por famílias e elites políticas. Pensando numa perspectiva mais abrangente, partindo para a esfera das famílias oligárquicas possuidoras de empresas jornalísticas, Gaia (2005) prefere utilizar o termo coronelismo midiático. Por mais que se fale em decadência do coronelismo, a pesquisadora salienta que velhas práticas ainda persistem revestidas de outros nomes:

Nas pequenas cidades do interior nordestino brasileiro, tais situações de mando podem persistir enquanto nas capitais e cidades maiores as mídias tradicionais – jornal, rádio e TV – podem apenas configurar suportes modernizados para essas velhas práticas, já que seus proprietários são da elite e, em geral, detentores – ou potenciais candidatos a – cargos eletivos (id., p. 123).

Apesar de a outorga, concessão e autorização dos serviços de radiodifusão sonora e imagens serem regradas pela Constituição Federal, o que ocorre na prática é que o processo de licenciamento é movido por barganha política, ou seja, a facilidade nas concessões de rádio e TV permite que a era dos coronéis eletrônicos se fortifique ainda mais. Bayma (2001) informa que no governo Fernando Henrique Cardoso 1.848 licenças de repetidoras de televisão foram autorizadas até 1996, dessas 268 foram para empresas controladas por 87 políticos, que, em contrapartida, manifestaram-se favoráveis a uma emenda que previa a reeleição.

Os colaboradores do *Projeto Donos da Mídia*³³ mapearam a situação da mídia político-empresarial no Brasil. No site constam informações detalhadas sobre emissoras e retransmissoras de televisão, rádios AM, FM, comunitárias, operadoras de TV a cabo, canais de TV por assinatura, grandes revistas e jornais impressos, dentre outros veículos de comunicação. Além disso, constam dados sobre a participação das redes nas regiões, a

³³ Estudo iniciado em 1987, sob o patrocínio do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), procura compreender como se dá a interferência mútua entre mídia, poder econômico, oligarquias e política no Brasil. Mais informações no site <<http://www.fndc.org.br/arquivos/donosdamidia.htm>>.

organização das afiliadas, a relação entre comunicação e políticos e as peculiaridades de cada Estado em relação ao império das comunicações.

De acordo com os dados da pesquisa, são 551 veículos controlados por grupos nacionais e 271 os políticos diretores ou sócios de empresas de comunicação. Os políticos têm participação direta e indireta na administração dessas empresas. Do cruzamento de dados entre Agência Nacional de Telecomunicações e listagem de políticos, o *Donos da Mídia* mapeou os proprietários desses veículos (o levantamento inclui os políticos que possuíram mandatos até janeiro de 2009). No site em que consta a divulgação dos nomes não estão computados familiares nem sócios de políticos, embora eles também integrem as oligarquias que controlam os meios.

No ranking dos políticos com maior número de veículos no Brasil, estão Antonio Carlos Martins de Bulhões (PMDB/SP), com 7 veículos; Elcione Therezinha Barbalho (PMDB/PA), José Antonio Bruno (DEM/SP), José Carlos de Souza (PMDB/SE), Wellington Salgado de Oliveira (PMDB/MG), Roberto Coelho Rocha (PSDB/MA), Francisco Pereira Lima (PL/MA), cada qual com 5 veículos, e Antonio Alves da Silva (PRP/SP), Roseana Sarney Murad (DEM/MA) e Inocêncio Gomes de Oliveira (PL/PE), com 4 veículos. No rateio das empresas de comunicação por partidos, a maior fatia está entre políticos filiados ao DEM, com 58 veículos. Em seguida, aparecem PMDB e PSDB, respectivamente, com 48 e 43 veículos de comunicação no país.

Das estatísticas por cargo, os prefeitos são os maiores coronéis eletrônicos, controlando 54,24% das empresas, segundo o *Projeto Donos da Mídia*. Os deputados também detêm grande poder midiático: os estaduais têm 20,3% das empresas e os federais, 17,71%. Essa constatação comprova o paralelismo entre coronelismo político e midiático, uma vez que os veículos desses ocupantes de cargos eletivos (prefeito, deputados) interferem na projeção de suas carreiras políticas. Além disso, a mídia governada por políticos exerce influência nos colégios/currais eleitorais, angariando voto e apoio para correligionários postulantes a cargos políticos.

Em Alagoas, a Organização Arnon de Mello se destaca entre os grupos de comunicação de maior abrangência comercial. O ex-presidente e atual senador Fernando Collor de Mello é um dos herdeiros do conglomerado empresarial detentor de sete veículos de comunicação: site Gazetaweb, jornal Gazeta de Alagoas, Tv Gazeta, Rádio Gazeta FM, Rádio Gazeta AM, Rádio Gazeta Pão de Açúcar, Rádio FM Arapiraca, além de um instituto de pesquisa (Gape) e de uma entidade filantrópica, o Instituto Arnon de Mello (IAM). No Estado, há também outros grandes complexos comunicacionais, como o Sistema Pajuçara de

Comunicação, com site, rádio e TV, cujo político João Tenório é um dos sócios e o Grupo Sampaio, com Patrícia Sampaio na direção, a qual estreou na política em 2010, mas não conseguiu vencer o pleito eleitoral.

Numa consulta à relação dos sócios das emissoras de rádio e televisão elaborada pelo Ministério das Comunicações, encontramos figuras políticas conhecidas no Estado. O documento contém 554 páginas, maior parte delas preenchidas por políticos-empresários, sendo que muitos deles “se escondem” através de parentes e correligionários. Em Palmeira dos Índios, o deputado estadual Edival Viera Gaia é um dos sócios da Rádio Palmeira FM; em Rio Largo, o ex-governador Geraldo Bulhões e seu filho Geraldo Henrique são sócios da Rádio Cultura. Geraldo Bulhões também aparece como sócio da Rádio Correio do Sertão, de Santana do Ipanema, junto a outro integrante da família Bulhões e ao conselheiro do Tribunal de Contas, Isnaldo Bulhões.

Esse vínculo entre meios de comunicação e políticos demonstra como está estruturada a política no país, notadamente em Alagoas, que é nosso foco de abordagem. Fincada num modelo econômico e governada por interesses particulares, a política adotada segue os parâmetros da formação social capitalista, um sistema produtivo que tem na contradição a marca de sua existência. Por mais que se fale num tipo de ordenamento social – comum, coletivo, de igualdade, democracia e liberdade – ele mesmo é negado pela própria organização do sistema. Por isso, a socialização das relações econômico-sociais só poderá acontecer se houver uma transformação profunda, revolucionária na base (infraestrutura) social.

4 O DISCURSO DO JORNAL DA ASSEMBLEIA DE ALAGOAS: ENTRE DIZERES E SILENCIAMENTOS

Compreender, eu diria, é saber que o sentido poderia ser outro.

(Eni Orlandi, *Discurso e texto*, p. 12)

4.1 Organização e funcionamento do Legislativo estadual

Como dissemos no capítulo anterior, a Assembleia Legislativa integra um dos poderes de Estado, o Legislativo³⁴. Além do Poder Legislativo, o Estado brasileiro é também constituído pelos poderes Executivo e Judiciário. São 27 as cadeiras distribuídas entre os parlamentares alagoanos que, dentre outras atribuições, elaboram projetos e fiscalizam as ações do Executivo. Conforme o artigo 84 da Constituição de Alagoas, o processo legislativo, de modo geral, compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, ordinárias, delegadas, decretos e resoluções.

A direção da Assembleia Legislativa de Alagoas (ALE) está a cargo de uma mesa diretora incumbida de gerir os trabalhos não só legislativos, mas também administrativos. Ela é composta por um presidente, três vice-presidentes, quatro secretários e dois suplentes. Os integrantes da ALE se dividem em comissões responsáveis pela discussão e votação de propostas de leis apresentadas à casa legislativa. Por meio de pareceres, essas comissões manifestam seu posicionamento técnico sobre determinado assunto antes que ele seja levado a Plenário.

São 10 as Comissões Permanentes, sendo a primeira delas ocupada pelos integrantes da mesa diretora: *Constituição, Justiça e Redação; Orçamento, Finanças, Planejamento e Economia; Saúde, Educação, Cultura e Turismo; Agricultura e Política Rural; Transporte, Comunicação, Serviços e Obras Públicas; Administração, Segurança, Relação do Trabalho, Assuntos Municipais e Defesa do Consumidor; Fiscalização e Controle; Direitos Humanos; Legislação Participativa; e Meio Ambiente*. Tais comissões têm a vigência determinada pelo Regimento Interno do órgão; se ele muda, elas também poderão sofrer mudanças. Há também Comissões Temporárias, as quais são criadas em situações específicas, como no caso das Comissões Parlamentares de Inquérito.

³⁴ Integram também o Legislativo a Câmara de Vereadores, a Câmara dos Deputados e o Senado.

Para que um projeto de lei se transforme em lei, existe uma tramitação que não precisa ser iniciada no Poder Legislativo. A iniciativa de se propor um projeto não precisa vir do interior da Assembleia Legislativa, ela pode partir do Executivo, do Tribunal de Justiça ou da própria sociedade. No caso de iniciativa popular, é preciso que haja a participação de 0,5% dos 2,2 milhões de eleitores alagoanos, o que corresponde a 110 mil eleitores³⁵.

Executivo, Judiciário e sociedade podem, então, propor um projeto de lei, que encaminhado à mesa diretora da Assembleia é apresentado aos parlamentares para conhecimento e inclusão de emendas, caso considerem necessário. Para ser discutido e votado pelos deputados, o projeto de lei passa também pelas Comissões Permanentes, que devem emitir parecer a respeito da viabilidade dele. Após aprovação pela bancada estadual, o projeto segue para sanção ou veto do governador. Se sancionado, o projeto será publicado no Diário Oficial do Estado como lei.

A divulgação dos atos do Poder Legislativo estadual fica a cargo de uma Coordenação de Comunicação, composta em 2007, e mantida em 2010, por um coordenador-geral, um chefe de redação, seis repórteres e dois fotógrafos. Esse setor é responsável pela elaboração de material informativo a respeito das atividades da Assembleia, o que, de acordo com o site da ALE, visa proporcionar “maior transparência às ações do Parlamento perante o cidadão alagoano”. Quando iniciada a administração da mesa diretora eleita para o biênio 2007/2008, foram criados três veículos para disseminação dos posicionamentos da ALE: jornal, *site* e Tv.

Embora atualmente não esteja mais circulando, o jornal³⁶ foi a materialidade discursiva escolhida para esta pesquisa, por reunir opiniões e informações da Assembleia Legislativa de modo sistematizado, regular e com maior profundidade em relação aos outros veículos de informação do Poder Legislativo. O material impresso incluía as notícias divulgadas na página da internet e via programação televisiva, muitas vezes aprofundando-as e transformando-as em reportagens. Quanto a estes meios (*site* e tv), cada qual apresenta sua peculiaridade: no *site*, as informações são factuais e expressam a pauta cotidiana de trabalho dos deputados; já a *Tv Assembleia* tem uma programação variada, veicula tanto as informações do Legislativo, como também produções artísticas, regionais e culturais de outras

³⁵ Segundo informações contidas no site <<http://www.ale.al.gov.br/Assembleia>>.

³⁶ O *Jornal da Assembleia* circulou entre os anos 2007 e 2008. Questionado sobre o motivo da suspensão do jornal, o coordenador de comunicação da Assembleia Legislativa, jornalista Joaldo Cavalcante, ressaltou a falta de investimento nesse tipo de comunicação impressa, porém a programação televisiva da instituição foi mantida. Ele explicou que se tratou de uma decisão política da mesa diretora liderada por Fernando Toledo. (Entrevista concedida por telefone/Nov-2010). Acrescentamos que, embora a manutenção de um canal televisivo demande mais investimento do que a publicação de um jornal – contrato com empresa para concessão do canal e terceirização de profissionais – tal investimento se mostra mais “rentável” politicamente, já que a imagem disposta diariamente atinge e atrai mais eleitores do que o texto escrito disponível uma vez por mês.

esferas sociais. Interessa-nos os feitos relativos apenas à bancada estadual, o que não se verifica no programa televisivo.

4.2 Processo de constituição do *corpus* de análise

A Casa de Tavares Bastos³⁷ sofreu, entre 2007 e 2008, uma crise político-administrativa acompanhada de prisões de deputados, afastamentos de integrantes do parlamento, acusações de desvios de dinheiro público, de empréstimos fraudulentos, entre outras irregularidades. Esses fatos, inevitavelmente, afetaram a legitimidade do Poder, o que exigiu dos parlamentares uma tomada de atitude frente aos acontecimentos. Como forma de tentar “contornar” a gravidade dos acontecimentos, a direção da Assembleia se utilizou desse mecanismo eficaz da comunicação organizacional, que é o *house-organ* (ou jornal da organização), para mostrar os principais feitos dos representantes políticos e, por outro lado, “suavizar” o impacto da série de problemas que acompanha a instituição.

Essa crise que se instaurou no cenário legislativo foi decorrente de uma operação desencadeada pela Polícia Federal (PF), a qual se tornou pública pelo nome de Taturana (Dez/2007). A operação policial alterou o quadro político de Alagoas em 2008, resultando em mudanças significativas na composição da Assembleia, bem como no cenário eleitoral dos municípios, já que muitos dos deputados afastados pela justiça não conseguiram eleger os candidatos que apoiaram nos seus redutos eleitorais. Considerando a política do silêncio verificada no discurso da ALE a partir dos desdobramentos das investigações, tomamos a Operação Taturana como um acontecimento discursivo silenciado pelo *JA*. O acontecimento é explicado por Pêcheux (2008) como o encontro de uma atualidade com uma memória, provocando uma ruptura com o que foi dito para produzir uma nova rede de formulações.

Os enunciados produzidos do interior do Legislativo estadual intentam estabilizar os sentidos, provocando o efeito de um discurso transparente. Porém, a opacidade desse discurso é revelada a partir da historicidade, de dizeres outros que esbarram nos ditos anteriores e produzem novos efeitos de sentido. A ALE dissemina informações cujo teor parece descolado da leitura do real sócio-histórico, pois os textos silenciam dados importantes, para que o sentido de que a instituição representa a coletividade não seja prejudicado. No entanto, os fatos decorrentes da Operação Taturana inserem uma nova dinâmica na configuração dos sentidos: provocam um redimensionamento em relação ao que é contado pelos parlamentares

³⁷ Nome do patrono da Assembleia Legislativa de Alagoas. Esse processo metonímico de troca de uma palavra por outra com a qual mantém relação aparece de modo recorrente no espaço midiático.

via discurso jornalístico. No encontro desse discurso “estabilizado” com o discurso outro, novos sentidos vão se configurando.

Desse modo, constituímos nosso *corpus* de pesquisa refletindo-o a partir das condições de produção dos discursos, dos aspectos que norteiam a realidade social. Para constituição desse *corpus* discursivo, fizemos um recorte de enunciados materializados no *Jornal da Assembleia*, pois segundo Courtine (2006, p. 66), o *corpus* se define como um “conjunto de seqüências discursivas estruturadas, de acordo com um plano definido em referência a um certo estado de condições de produção de discurso”. Assim, coletamos os jornais publicados pela Assembleia Legislativa de Alagoas durante o biênio 2007/2008. Esse período marca o que consideramos como as três fases vivenciadas pela então composição do Legislativo: o **início** das atividades da bancada estadual eleita em 2006, com a apresentação da linha de ação pela mesa diretora; a **crise** histórica, evidenciada pelo acelerado declínio de parte dos deputados acusados de envolvimento em esquemas de desvio de verbas públicas e a tentativa de **reestruturação** do Poder, com a ocupação dos cargos pelos suplentes e a eleição de nova mesa diretora.

Entre 2007 e 2008, foram impressos 16 periódicos. A publicação do Legislativo estadual era composta de 12 páginas, reunindo conteúdo opinativo e informativo. Nossa proposta é centrarmos a atenção sobre os dizeres dos parlamentares materializados nos títulos de matérias ou textos opinativos, fazendo também um contraponto com notícias veiculadas pela imprensa alagoana que com elas de alguma forma dialoguem, seja para confirmar algum dito, contradizê-lo ou retificá-lo. Trabalharemos com os títulos porque a Análise do Discurso nos oferece essa possibilidade, já que o objeto de interesse é a compreensão das relações de sentido e não o texto empírico, como assinala Orlandi (1998):

Não trabalhamos tampouco com o texto tendo em mente a ideia de um texto inteiro. São recortes que nos interessam, colocando em relação textos diferentes e que nos mostram propriedades importantes em relação ao tema de nossa pesquisa, na medida em que indicam características dos processos de significação (id, p. 11).

A escolha pelo recorte dos títulos das produções jornalísticas se deu também por outras razões, principalmente porque o título sintetiza o que se pretende dizer, embora muitos títulos não correspondam ao que está escrito na matéria, o que reforça o caráter opaco da língua. Segundo Nunes (1973, p. 68-69), o título possui uma relevância inegável no texto, pois a “um só tempo anuncia, atrai a atenção e dá o significado do que se lhe segue. É o rótulo que há de apelar para a atenção e o interesse de quem o vê e ouve. É ‘isca’, imã e instrumento

específico para persuadir à leitura e provocar a curiosidade”. Por serem apenas rótulos, os títulos podem provocar ambiguidade; eles figuram, na verdade, como evidências de sentido.

Além das sequências discursivas organizadas pelos títulos, procuramos também observar as imagens a elas correspondentes, tendo em vista que as imagens, por serem discursos materializados em linguagem não-verbal, significam tal qual o texto escrito e o silêncio. A imagem, de acordo com Davallon (2007, p. 27) “oferece – ao menos em um campo histórico que vai do século XVII até nossos dias – uma possibilidade considerável de reservar a força: a imagem representa a realidade, certamente; mas ela pode também conservar a força das relações sociais”.

Vale ressaltar que não se trata de um *corpus* fechado, limitado, acabado. Pelo contrário, há fontes heterogêneas, pois procuramos dialogar também com outras materialidades discursivas, como decisões judiciais, recortes dos principais jornais em circulação e de edições do Diário Oficial de Alagoas relativos à crise histórica do Poder Legislativo de Alagoas. Elas são trazidas para a análise como forma de mobilizar o interdiscurso, a relação dialógica que existe entre os dizeres, estabelecendo uma ponte entre o que fala antes e o agora no campo discursivo, pois como assinala Bakhtin (2003, p. 272) “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados”.

Confrontaremos os enunciados contidos no *Jornal da Assembleia* com os produzidos no espaço midiático alagoano, através dos jornais diários de maior circulação no Estado: *Gazeta de Alagoas*, *Tribuna Independente* e *O Jornal*. Mas esse diálogo entre o que diz o Legislativo estadual e o que afirmam os periódicos locais não se dá de maneira amena, sem lacunas, contradições, silenciamentos, relações de força ou qualquer outro mecanismo discursivo. Assim como o jornal elaborado pela ALE, os publicados pela imprensa alagoana são produtos de uma organização sustentada por grupos político-econômicos, que através dos periódicos concretizam sua política de interesses.

Como afirma Araújo (2006, p. 6), a mídia “vive em osmose com a classe dirigente, num processo permanente de ‘auto-legitimação’ e de ‘entre legitimação’, estando desta forma a serviço dos poderes ou do poder, pela influência que este exerce e contribuindo para o equilíbrio e perpetuação da ordem reinante”. Um exemplo disso pode ser verificado na divulgação de uma notícia veiculada pela editoria de Política de dois principais jornais de Alagoas (*Gazeta* e *O Jornal*):



Fig. 2 (*Gazeta de Alagoas*)

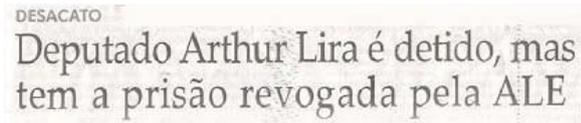


Fig. 3 (*O Jornal*)

Esses recortes foram divulgados no dia 03 de abril de 2008, um dia após Arthur Lira, integrante da Assembleia Legislativa, ter sido preso sob acusação de desacato à autoridade judicial num processo movido pela ex-esposa, por agressão física. Pelo viés dado à informação, percebemos que o efeito de sentido muda conforme a posição ideológica de determinado veículo de comunicação. Enquanto o *Jornal da Assembleia* silencia sobre o fato, o periódico *Gazeta* diz que o parlamentar foi **preso** e *O Jornal*, que ele foi **detido**. Embora as palavras “preso” e “detido” possam provocar o mesmo efeito de sentido (de reclusão), também expressam sentidos distintos conforme a formação discursiva em que estejam inseridas.

Detenção soa também como prisão provisória, e foi esse o sentido adotado por *O Jornal*, já que acrescenta no título a informação de que houve revogação pela Assembleia. Com isso, inferimos que *O Jornal* (do político João Lyra) modaliza a informação (“é detido”), enquanto que o informativo *Gazeta de Alagoas* (do político Fernando Collor) torna o fato mais incisivo (“é preso”). Mas isso não quer dizer que o jornal de Collor se destaque pelo caráter de denúncia social, mas que aquela informação significou de modo peculiar conforme o interesse que ela apresentava no dado momento, e isso constatamos ao longo de outras matérias produzidas.

Feitas essas considerações, expomos a seguir recortes discursivos tanto do *Jornal da Assembleia* como de outros informativos publicados pelo jornalismo impresso de Alagoas:

SD1: **Deputados** aprovam projeto da Justiça e **ajudam a combater crime** organizado (*JA*, mar/07, capa)

SD2: **Deputados presos** por pistolagem (*GA*, 12/07/08, capa)

SD3: imagem capa *JA*, mar//07

SD4: imagem capa *GA*, 12/07/08

SD5: **Presidente** responde a acusações e **apresenta sua defesa** (JA, dez/07, capa)

SD5.1: Em **defesa** da minha **honra** (JA, dez/07, p. 2)

SD5.2: A operação da Polícia Federal **pôs em xeque a minha honra perante o povo** de Alagoas. A partir de então nada mais importa senão as imputações constantes na peça acusatória, as **ilações** de alguns, a **ira** e a **ironia** de outros. (JA, dez/07, p. 2)

SD5.3: **Fui qualificado de “chefe de uma organização criminosa”**. Será que a Justiça Federal e a Polícia Federal têm conhecimento de que, nos exercícios de 2003 a 2006, não cabia a mim a gestão financeira da Assembléia? (JA, dez/07, p. 2)

SD5.4: Quero **compartilhar com Alagoas** um pouco da história de trabalho da família Albuquerque. (JA, dez/07, p. 2)

SD5.5: Vou provar nos autos a **injustiça que estão cometendo**. (JA, dez/07, p. 2)

SD5.6: Em nome da presunção da inocência, **peço a Alagoas** que reflita sobre o gigantismo dos valores apresentados e se eles fazem nexos com os períodos e as responsabilidades atribuídas ao Legislativo, que gerencia apenas dois por cento da receita do Estado. É por acreditar na prevalência da verdade que faço este relato ao **povo do meu Estado**. (JA, dez/07, p. 2)

SD6: Canal de televisão **plural** (JA, ago/07, p. 2)

SD6.1: A TV Assembleia vai ressaltar o papel do Parlamento e sua importância social, identificando a **pluralidade de ideias** e o **confronto de pontos de vista divergentes** como essência da vida democrática (JA, ago/07, p. 2)

SD6.2: E, por falar em **visão plural da nossa realidade**, esta edição cumpre uma pauta diversificada (JA, ago/07, p. 2)

SD7: Legislativo lança seu canal de TV e **democratiza a informação** (JA, set/07, capa)

SD8: Legislativo inaugura seu canal de televisão e **democratiza a informação**: TV Assembleia estreia no dia em que Alagoas comemora 190 anos de emancipação política. Café da manhã reúne diversas autoridades e marca o início das transmissões (JA, set/07, p. 6-7)

SD9: Canal legislativo comemora um ano de **informação democrática** (JA, set/08, capa)

SD10: Imagem das páginas 6-7 do JA (set/07)

SD11: Mesa divulga lista de servidores e **acaba com mistério** de uma década (JA, abr/07, capa)

SD11.1: **Fim do mistério** de uma década (JA, abr/07, p. 3)

SD12: Mesa Diretora **age com transparência** e divulga lista de ativos, inativos e comissionados (JA, abr/07, p. 3)

SD13: PF desbarata **máfia acusada de desviar R\$ 200 mi da ALE** (GA, 07/12/07, capa)

SD14: **Não tenho compromisso com erros** nem desejo em minha biografia de gestor qualquer atitude que não esteja em consonância com a lei (JA, ago/08, p. 2)

SD15: Liberação da senha do Siafem abre contas do Estado para **fiscalização**: Legislativo poderá agora acompanhar a movimentação financeira de todos os órgãos públicos (JA, abr/08, capa)

- SD15.1: Senha do Siafem será fornecida aos parlamentares: **Assembléia poderá** agora **fiscalizar** com maior efetividade a **aplicação dos recursos públicos** (*JA*, abr/08, p. 7)
- SD16 **Maior transparência** na fiscalização das contas (*JA*, nov/08, p. 6)
- SD17: **Nada a esconder** (*JA*, abr/08, p. 7)
- SD18: Coaracy entrega a Tarso Genro **dossiê** sobre **desvios na Assembleia** (*OJ*, 29/04/08, p. 9)
- SD19: Legislativo **cumprir seu papel, limpa a pauta e greve acaba** (*JA*, jul/08, p. 2)
- SD20: Greve dos servidores da Assembléia termina **em paz** (*JA*, jul/08, p. 3)
- SD21: Com intermediação do arcebispo de Maceió, Mesa Diretora **fecha acordo** e concede reajustes (*JA*, jul/08, p. 3)
- SD22: Foto de representantes do Estado, Igreja e movimento social (*JA*, jul/08, capa)
- SD23 Foto de deputados e arcebispo de Maceió (*JA*, jul/08, p. 3)
- SD24: **Transparência** e Informação (*JA*, mar/07, p. 2)
- SD25: Mais **sintonia** dos deputados com a **sociedade** (*JA*, abr/07, p.2)
- SD26: Portas abertas para debater e ouvir o **clamor do cidadão** (*JA*, mai/07, capa)
- SD26.1: Assembléia abre as portas para **ouvir a sociedade**: Sessões especiais debatem temas de interesse público e **aproximam o Parlamento da população** (*JA*, mai/07, p.3)
- SD27: Tempo de lançar uma **linha direta com a sociedade** (*JA*, jun/07, p.2)
- SD28: Os números, que se apresentam positivos, vão comprovar, no final deste exercício, que **esta legislatura mudou para melhor a relação com a sociedade** (*JA*, nov/07, p. 2)
- SD29: Nossa expectativa é a de que os **taturanas sejam julgados e responsabilizados** por seus crimes (*TI*, 23/12/08, p. 3)
- SD30: **Eles devem perder os cargos**, pois apenas terem sido afastados é uma pena, branda, até porque continuam recebendo seus salários (*OJ*, 23/12/08, p. A3)
- SD31: Presidente interino detalha números do Poder e **dialoga com a sociedade** (*JA*, abr/08, capa)
- SD32: Agenda parlamentar **em sintonia com a sociedade** (*JA*, nov/08, p. 2)
- SD33: Devemos voltar nossos olhos para outros segmentos na área rural que **geram postos de trabalho** e contribuem com o desenvolvimento (*JA*, out /08, p. 2)

No capítulo anterior falamos acerca das relações sociais no atual modelo sócio-econômico de produção, que são marcadas por conflitos e disparidades entre as classes. O discurso nessa sociabilidade tem a marca da contradição, contradição essa que pode ser visualizada nas sequências discursivas (SD) contidas em nosso *corpus*. Ao todo são 44 recortes de títulos (também subtítulos e fragmentos dos textos) dispostos em 33 sequências discursivas. Essas sequências foram organizadas em blocos de sentido, conforme os efeitos que se mostravam dominantes durante as análises. Procuramos observar nas sequências

discursivas possíveis relações de sentido a partir dos dispositivos teóricos e analíticos de interpretação³⁸.

4.3 Condições de produção do discurso: Operação Taturana, crise e espetáculo³⁹

Entre os anos 2005 e 2008, a Polícia Federal (PF) investigou o desvio de quase 300 milhões dos cofres da Assembleia Legislativa de Alagoas. Essa investigação resultou no indiciamento⁴⁰ de 112 pessoas, entre elas 15 dos 27 deputados estaduais. Além deles, foram indiciados 12 ex-deputados estaduais, 9 bancários, 3 secretários municipais, 2 prefeitos e 1 conselheiro do Tribunal de Contas de Alagoas. O relatório final, com as peças do inquérito, foi concluído em 2008 e protocolado no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Informações da PF, segundo a imprensa nacional⁴¹, apontaram deputados alagoanos como integrantes de organização criminosa. Alguns foram indiciados, afastados pela justiça estadual, mas retornaram por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Dos 15 parlamentares indiciados, muitos foram afastados do cargo pela justiça estadual e um perdeu o mandato pelo crime de compra de voto. A Polícia Federal solicitou o sequestro dos bens dos suspeitos, que incluiu 35 fazendas (27 em Alagoas, cinco em Pernambuco e três na Bahia), 15 casas de luxo, 14 apartamentos em bairros nobres de Maceió, veículos e lanchas.

O nome da operação (Taturana) já apresenta em si interdiscursividade. Trata-se de um interdiscurso com as ciências biológicas, que definem como taturana a espécie de lagarta comedora de folhas, que também é conhecida como tatarana urticante ou lagarta de fogo. Trazido para o cenário político e jornalístico alagoano, o termo ganha a conotação pejorativa do deputado que rasteja assim como a lagarta, mas para saciar a fome do alimento que se encontra nos cofres da instituição legislativa.

As afirmações trazidas pela mídia retomam o termo “taturana” num tom de pré-julgamento, possibilitando a reprodução dos sentidos de negatividade em relação ao assunto. Também representantes da polícia e da justiça demonstraram parcialidade em algumas

³⁸ São dois os tipos de dispositivos de interpretação: teóricos e analíticos. O dispositivo teórico diz respeito às categorias discursivas que constituem a Análise do Discurso (interdiscurso, intradiscurso, formação discursiva, formação ideológica, condições de produção, etc.). Já o dispositivo analítico está relacionado aos mecanismos que o analista oferece para interpretação, depende da região teórica na qual se inscreve, dos seus objetivos, da natureza da materialidade discursiva.

³⁹ Estamos nos referindo ao espetáculo midiático que foi criado em torno da divulgação dos fatos relativos aos desdobramentos da Operação Taturana. Os meios de comunicação alagoanos abordaram o assunto com ares de espetáculo, através de matérias polêmicas e títulos sensacionalistas.

⁴⁰ Indiciamento é um ato de natureza policial, em que a autoridade que preside o inquérito decide, baseada na evidência dos indícios, pela acusação formal da pessoa investigada.

⁴¹ Disponível em <<http://www.g1.globo.com/Noticias/Politica>>.

declarações, utilizando-se da ironia e do caráter jocoso para satirizar os deputados envolvidos, conforme observamos nos títulos “A sapucaia e os taturanas” e “Taturana vira borboleta”⁴² divulgados em jornal impresso e em página da internet⁴², respectivamente.

A descoberta do volumoso desvio de recursos públicos (cerca de 300 milhões) possibilitada pela Operação Taturana provocou mais uma crise no cenário político alagoano, particularmente no Poder Legislativo estadual. Podemos falar em uma histórica crise política, ética, moral e administrativa, porque alterou a correlação de forças no parlamento, travou a pauta de votações; afetou a imagem da instituição perante a sociedade, reforçando o discurso pré-construído de que todo político é corrupto; expôs a fragilidade com que as instituições públicas são administradas, dentre outras questões.

Cada acontecimento relativo à operação da PF era transformado pela imprensa alagoana em espetáculo midiático, tendo os fatos ocupado espaço nos veículos noticiosos quase diuturnamente durante os anos 2007-2008. Por outro lado, o *Jornal da Assembleia* não fazia a cobertura dos fatos, já que metade da bancada estadual foi acusada de envolvimento no esquema de corrupção. No informativo da ALE não encontramos a divulgação dos desdobramentos da operação em Alagoas, mas em algumas edições podem ser encontradas rápidas incursões, textos sem aprofundamento – salvo os artigos assinados pelos próprios deputados, nos quais há uma espécie de direito de resposta às acusações que receberam ou a promessa de mudança no quadro atual.

Pela própria natureza das publicações jornalísticas, sobretudo das produções organizacionais, não ganha espaço nas páginas de jornal a publicização de matérias cujo teor seja contrário à linha editorial do veículo. Lembrando Melo (1994), a linha editorial é uma forma de controle negociado, em que os grupos que mantêm o veículo negociam o viés ideológico dos textos. A “voz” da empresa jornalística ou de determinada instituição se expressa mais claramente através do gênero editorial. No caso dos veículos de comunicação, o editorial não reflete apenas a opinião de um proprietário, mas o conjunto das opiniões dos diferentes núcleos dirigentes da propriedade, como os acionistas majoritários, financiadores, anunciantes, etc. (MELO, op. cit.). O mesmo se dá entre as empresas que dispõem de Assessoria de Comunicação; quanto às organizações públicas, a opinião manifesta é sempre a do grupo que está no poder.

⁴² O primeiro título se refere a um texto opinativo assinado pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Alagoas (OAB/AL), Omar Coêlho, publicado em *O Jornal*, de 23 de março de 2008; e o outro texto redigido pelo superintendente da Polícia Federal em Alagoas, José Pinto de Luna, publicado no blog www.assazatroz.blogspot.com, em 2008.

Apesar de o *Jornal da Assembleia* se configurar como o periódico de expressão das vozes dos deputados, na verdade, o controle editorial do informativo fica a cargo da mesa diretiva. Em tese, o espaço é destinado aos 27 parlamentares, mas o que ocorre na prática é que a disposição do conteúdo segue as determinações dos grupos de maior poder. A leitura do periódico permite que esse aspecto seja perceptível na administração dos textos: mesmo contendo matérias sobre a atuação dos deputados, o foco maior recai sobre as ações da direção, concentradas na figura do presidente, através dos editoriais e dos artigos costumeiramente reservados ao presidente da Assembleia.

O editorial é um texto opinativo no qual se expressa a posição da organização frente aos acontecimentos, já o artigo, também opinativo, não necessariamente deve conter a opinião dos dirigentes, mas uma reflexão/explicitação sobre um dado/fato/fenômeno considerado importante. Atingir a transparência através de uma visão desapaixonada da realidade não se faz possível, uma vez que o editorial geralmente é escrito pela direção da instituição ou por profissionais ligados a ela. Quanto ao artigo, escrito por jornalistas ou colaboradores, normalmente oferece uma interpretação de um aspecto da realidade, trazendo a opinião balizada de seu autor (FIDÉLIS, 1986). Ambos os gêneros opinativos apresentam uma versão do real, mas, diferente do artigo, em que a assinatura do texto é autorizada, no editorial o olhar de quem oferece a interpretação é velado.

Nos jornais da Assembleia analisados, observamos que além dos editoriais ressaltarem o que a organização considera como avanços da gestão, há também um reforço à exposição das ações da mesa diretiva materializado na escrita de artigos assinados pelo presidente em exercício⁴³. Das 16 publicações, 13 delas contêm artigos assinados pelo presidente da ALE e nenhum artigo de outro deputado da casa legislativa. Considerando que as opiniões dos parlamentares são heterogêneas, no espaço destinado aos artigos poderia constar o posicionamento deles sobre determinado aspecto ou fenômeno social, reservando-se o editorial para a voz da direção propriamente dita. Desse modo, o espaço editorial seria tomado pela direção do Poder Legislativo e outros textos opinativos ficariam a cargo dos demais deputados, mas não foi essa a prática estabelecida. Essa realidade nos leva a perceber que o *Jornal da Assembleia*, em vez de se configurar como uma publicação dos parlamentares, funciona como o jornal da mesa diretora. E se o jornal é da mesa diretora, não é interessante

⁴³ Antonio Albuquerque, Alberto Sextafeira, Gilvan Barros e Fernando Toledo foram os deputados que comandaram a Assembleia durante o biênio em que o *Jornal da Assembleia* foi publicado (2007-2008).

para ela mostrar o presidente e demais integrantes da instituição em textos que os acusem de envolvimento em casos de corrupção.

Na mídia, esses casos são explorados pelos mais variados ângulos, ganhando dimensões de espetáculo, como os fatos relativos à Operação Taturana. Como dissemos, os meios destinaram demasiado espaço aos desdobramentos da operação policial, num tom por vezes irônico permeado por atitudes de “denuncismo”. Uma enxurrada de títulos/subtítulos como “Taturana da ALE é gordinha, diz Luna” (*OJ*, 02/2008), “Cai a mesa diretora da ALE” (*GA*, 02/2008), “Deputado João Beltrão consegue escapar e está sendo procurado pela polícia” (*TI*, 07/2008) ocupou o espaço do jornalismo periódico alagoano, constituindo o universo de expressões metaforizadas da realidade, as quais foram inseridas para atrair a atenção do leitor e propiciar a comercialização do jornal.

Fazer dos acontecimentos espetáculo foi uma peculiaridade que a mídia adquiriu no início do século XX, período em que a venda de jornais diminuía consideravelmente. Para sair da crise e atrair a atenção das massas, jornalistas americanos procuraram inserir títulos que provocassem curiosidade, além de terem investido nas ilustrações como fonte indutiva. É desse contexto que nasce a imprensa amarela ou sensacionalista⁴⁴, como indica Fidélis (1986). Títulos como “Um golpe enfurecido mata criança”, “Confissão estarrecedora de um assassino por atacado que pede para ser enforcado” e “O misterioso assassinato de Bessie Little” eram comuns na época⁴⁵.

O sensacionalismo foi o filão encontrado para o aumento na tiragem dos jornais, uma receita que deu certo e ainda hoje persiste entre os jornais, uns mais outros menos. Mesmo não sendo caracterizados como periódicos estritamente sensacionalistas, *Gazeta de Alagoas* e *Tribuna Independente* utilizaram-se do espetáculo para ampliar suas vendas. As charges abaixo, extraídas de ambos os jornais em circulação no Estado, apresentam uma das feições da chamada imprensa amarela (sensacionalista), a de se colocar numa posição de delatora de irregularidades:

⁴⁴ Algumas expressões indicam o tipo de jornalismo que é feito por dado veículo de comunicação. Além da imprensa amarela, aquela que faz sensacionalismo a partir da divulgação de matérias sobre sexo, esporte e crimes; há também a imprensa marrom, a que não publica matérias que atinjam a honra de determinadas pessoas em troca de vantagens financeiras.

⁴⁵ Fidélis (1986) narra um fato curioso. Ele conta que na redação de determinado jornal estudava-se qual seria a manchete da edição, que tinha como matéria principal a ameaça de briga na Assembleia Legislativa de São Paulo. Pensaram primeiro em “Rififi na Assembleia” e mostraram para o contínuo, mas ele não entendeu o sentido empregado. Explicaram para o funcionário que “rififi” é o mesmo que “quebra-pau”, e foi essa a expressão estampada na capa do jornal *Notícias Populares*. A manchete ficou assim: “QUEBROU O PAU NA ASSEMBLEIA”, e com letras garrafais.



Fig. 4 (Tribuna Independente)



Fig. 5 (Gazeta de Alagoas)



Fig. 6 (Gazeta de Alagoas)



Fig. 7 (Gazeta de Alagoas)

Portando-se como os porta-vozes da verdade, os veículos de comunicação “espetacularizam” os acontecimentos discursivamente. Pêcheux (2008) observou isso quando analisou o enunciado “On a gagné” (Ganhamos) divulgado pela mídia francesa. Pêcheux confronta os domínios político e linguístico na medida em que percebe na fala do povo parisiense o viés político de um acontecimento discursivo. Esse acontecimento foi o resultado da eleição ocorrida na França de 1981, tendo o candidato da esquerda, François Mitterrand, sido eleito presidente. Quando do resultado, a mídia televisiva mostrou a comemoração da massa que ocupou a Praça da Bastilha com os gritos de “Ganhamos”.

Para analisar essa sequência discursiva (“Ganhamos”), Pêcheux mobiliza o que entendemos como interdiscurso, associando o fato político ao esportivo, uma vez que essa expressão é utilizada em ambos os domínios discursivos. No futebol, ganha o time vencedor de uma partida ou campeonato, sendo o grito de vitória ou a manifestação de tristeza comum ao grupo de torcedores; na política, o candidato vence o pleito eleitoral, mas será que esse resultado é mesmo uma vitória para maior parte da população? Esse é um dos questionamentos propostos pelo filósofo.

Quando os manifestantes pró-Mitterrand dizem “ganhamos”, essa voz coletiva soa paradoxal, pois não se sabe ao certo o que de fato foi conquistado e a quem mais se estenderia

a comemoração, quem seria o sujeito enunciador do sujeito “nós” oculto: se os partidos esquerdistas, o povo francês ou os que visualizam perspectiva de mudança, dentre outras possibilidades de enunciadores. A partir da análise desse acontecimento, compreendemos que Pêcheux pretendeu demonstrar a aparente homogeneidade da língua, que apesar de parecer transparente, na verdade, vela uma profunda opacidade. E essa opacidade passa a ser desvelada à medida que confrontamos o linguístico e o social, no momento em que nos apoiamos na historicidade, para entender como a língua significa.

4.3.1 Antonio Albuquerque e a Assembleia: contradições e relações de força movimentando os sentidos

Propomos iniciar as análises verificando as contradições do discurso que envolve o Poder Legislativo estadual, atentando para as relações de força, os deslizamentos de sentido, a memória discursiva e os silenciamentos. Traremos, assim, expressões do sensacionalismo da imprensa alagoana materializadas nos títulos das notícias, procurando contrapô-las aos enunciados contidos no *Jornal da Assembleia*. No entanto, a proposta não é tratarmos os dizeres como verdades emanadas dos discursos jornalístico e político-parlamentar, mas compreender os efeitos de sentido que as materialidades discursivas possibilitam.

Tomando a Operação Taturana como acontecimento discursivo silenciado pelo *JA*, extrairemos os enunciados construídos a partir desse fenômeno social. Contrastemos, inicialmente, as sequências discursivas SD1 e SD2, respectivamente, “Deputados aprovam projeto da Justiça e ajudam a combater crime organizado” (*JA*) e “Deputados presos por pistolagem” (*GA*), bem como as imagens referentes a esses enunciados, seguindo a ordem SD3 e SD4:



Fig. 8 (SD3)



Fig. 9 (SD4)

A manchete “Deputados aprovam projeto da Justiça e ajudam a combater crime organizado” (SD1) foi publicada na capa do *Jornal da Assembleia* de março de 2007. A referida notícia fala sobre a implantação da 17ª Vara Criminal de Maceió – um projeto oriundo do Poder Judiciário alagoano apreciado e aprovado pelos parlamentares – e a figura 8 refere-se à entrega do projeto de lei pelo presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Essa foi a primeira ação da mesa diretora eleita em outubro de 2006 e empossada em fevereiro de 2007, sendo o feito assinalado como uma “ação conjunta das instituições contra a criminalidade”. De acordo com o texto publicado na página 5 do informativo, o intervalo entre recebimento e aprovação do projeto foi de apenas uma semana, o que, segundo o jornal, sinalizou a importância que a matéria apresentava para os parlamentares.

Na imagem (Fig. 8), podemos observar representantes dos três poderes constitucionais (Executivo, Legislativo e Judiciário), tendo esse encontro ocorrido na sede do Legislativo estadual, à época situada no prédio da Associação Comercial de Maceió. A imagem nos remete à teoria da tripartição dos poderes, que, segundo a Constituição, devem ser independentes, mas harmônicos entre si. Esse princípio de harmonia pode ser observado inicialmente na aprovação de um projeto comum para esses poderes de Estado: importante para o Executivo, porque ajudaria a diminuir os índices que tornam Alagoas o Estado mais violento do país⁴⁶; para o Judiciário, porque cria uma unidade judiciária específica para julgar ações contra organizações criminosas, diminuindo o fluxo de processos noutras varas; e para o Legislativo, porque cumpre uma função da bancada parlamentar, que é aprovar projetos em prol da sociedade. Essas são algumas das evidências que podemos extrair a partir de uma leitura linearizada. Se não analisarmos as condições de produção do discurso, corremos o risco de nos prendermos apenas a essas evidências de sentido, tal como fez o Barão de Mûchhausen na metáfora da travessia do lago⁴⁷.

Nessa imagem da conjugação dos três poderes estatais (Fig.8/SD3), percebemos que no centro dela, com um envelope de cor amarela em mãos, está o então presidente da Assembleia Legislativa, deputado Antonio Albuquerque, o mesmo, inclusive, que aparece em

⁴⁶ De acordo com o “Mapa da Violência 2010 – Anatomia dos homicídios no Brasil”, Alagoas é o Estado mais violento do país, e a capital Maceió é a que apresenta maior risco de morte. O Instituto Sangari (SP) analisou a situação e evolução do número de homicídios no período de 1997-2007 e constatou que até poucos anos o Estado apresentava taxas de violências abaixo da média nacional, mas passou a liderar o ranking da violência homicida a partir de 1999. Informações disponíveis em < <http://www.institutosangari.org.br/mapadaviolencia/>>.

⁴⁷ Conta Pêcheux (2007) que o Barão de Mûchhausen tentou atravessar um charco com seu cavalo, apoiando-se nas alturas pela força dos próprios cabelos, numa espécie de analogia àqueles que são “fisgados” pela ideologia dominante sem que atentem para tal. Nesse aspecto, o filósofo se aportou à evidência de sentido, que faz com que leiamos, digamos e escrevamos o que ouvimos sem compreendermos que essa reprodução atesta o funcionamento ideológico.

SD4 (Fig. 9) Esse envelope simboliza o projeto de lei sobre a criação da vara criminal, e, sendo segurado pelo presidente da ALE, provoca o efeito de sentido de que a instalação da unidade judiciária está nas mãos dele. Trata-se das formações imaginárias, que implicam nas relações de força estabelecidas pela sociedade. Tais relações podem ser compreendidas a partir da ideia de lugar social como constitutivo do dizer

o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações). Acrescentemos que é bastante provável que esta correspondência não seja biunívoca, de modo que diferenças de situação podem corresponder a uma mesma posição, e uma situação pode ser representada como várias posições, e isto não ao acaso, mas segundo leis que apenas uma investigação sociológica pode revelar (PÉCHEUX, 1997, p. 82-83).

Nas relações de força, importa o lugar e a situação discursiva, ambos são determinantes para a compreensão do dizer. Enquanto expressão da política parlamentar, se o sujeito fala na condição de deputado, sua fala é considerada mais importante que a de um candidato ao cargo, por exemplo. Essas relações hierarquizadas são fruto da sociedade capitalista, que valoriza os sujeitos imbuídos de poder e despreza a grande massa, cuja força de trabalho é o potencial gerador de lucro para a reprodução do sistema. No cenário político-parlamentar, essas relações de força ganham expressão na imagem do presidente da Assembleia (SD3), pois dependeu da instituição legislativa o encaminhamento do projeto. Basta lembrar o processo pelo qual um projeto de lei se transforma em lei: quando por iniciativa popular ou de outro Poder, a Assembleia precisa dar seu parecer para que seja sancionado pelo governo. Com a imagem associada à manchete, o leitor fica sabendo do desfecho dado ao assunto, cuja interpretação do enunciado (Deputados aprovam projeto da justiça e ajudam a combater crime organizado) possibilita pensar numa manifesta preocupação dos parlamentares com a crescente criminalidade no Estado. Porém, a imagem contida na capa do jornal *Gazeta de Alagoas* (SD4) provoca outro sentido, o de que tal preocupação inexistente.

Publicada no ano seguinte à instalação da 17ª vara contra o crime organizado, a manchete “Deputados presos por pistolagem” (SD2) já sinaliza o foco da matéria que está por vir. Trata-se da prisão dos deputados Antonio Albuquerque e Cícero Ferro, em julho de 2008, sob acusação de terem sido mandantes em dois assassinatos. Albuquerque – que já havia sido afastado do cargo de presidente da Assembleia Legislativa e do mandato de deputado devido

aos desdobramentos da Operação Taturana – foi novamente alvo de outra operação policial, no caso a “Ressurgere” (ressurreição). Vale ressaltar que o político foi preso pela mesma vara que disse ter ajudado a criar, comprovando que a contradição é inerente ao movimento da história e conseqüentemente ao fenômeno discursivo.

A expressão “presos por pistolagem” remete ao pré-construído⁴⁸ “Alagoas como terra de pistoleiro”. Estado de base agroindustrial, que tem na economia canavieira uma das maiores fontes de renda, e conhecido pelo histórico de violência, Alagoas nos últimos anos vem figurando entre os estados mais violentos do Brasil. Crimes de mando político marcam o histórico de violência política local, cuja sensação de impunidade é uma das reclamações mais frequentes na população.

Vasconcelos (2005), ao estudar a representação social sobre a violência veiculada pela imprensa alagoana, observou que a violência verificada no Estado tem uma conotação político-cultural, que remete à política dos coronéis. Após revisar vários teóricos, a autora concluiu que as relações de poder estabelecidas desde o período colonial, com a estruturação das usinas de açúcar, reforçaram a visão patriarcal e a política de mando e controle que ainda persiste atualmente. Afirma a autora: “há uma certa linha de continuidade entre as bases de poder montadas no período colonial e a lógica de poder de mando que ainda referencia as práticas dos ‘novos coronéis’ que compõem o cenário político de Alagoas” (VASCONCELOS, op. cit., p. 84).

Na República Velha, o coronel era respeitado e temido pelo poder político que dispunha, e a arma significava um dos principais instrumentos para manutenção desse poder, tanto que quem ousasse se rebelar contra a dominação regional do coronel era eliminado pelos bandos armados que lhe auxiliavam. A utilização do termo “pistolagem” pelo jornal *Gazeta de Alagoas* aliada à imagem do ex-presidente da Assembleia provoca o efeito de sentido de que ele assume a feição do coronel da atualidade, pelo poder político e de fogo que é acusado de exercer nos redutos eleitorais e entre integrantes da ALE. O texto “Elles voltaram” publicado pela Revista *Isto é*⁴⁹ traça o perfil de como Antonio Albuquerque é conhecido no Estado:

Aos 38 anos, no seu habitual terno escuro combinando com a barba bem aparada, ele é mais do que o presidente da Assembléia Legislativa: manda e desmanda sobre 19 dos 27 deputados da casa, controla metade dos 102 prefeitos e mais de 40% dos 1.200 vereadores de Alagoas. **Temido pelo poder e poderoso pelo medo**, Antônio Albuquerque, ou simplesmente AA, é considerado o **sucessor dos coronéis** que

⁴⁸ Efeito do interdiscurso que “irrompe no enunciado como tivesse sido pensado ‘antes, em outro lugar, independentemente’” (PÊCHEUX, 2007, p. 156).

⁴⁹ Versão encontrada no site *Isto é* Independente - Brasil, edição 1715, de 09 de agosto de 2002.

imperam no sertão com seus velhos métodos de convencimento político de grosso calibre. **AA anda armado e protegido por pistolas e metralhadoras numa terra conhecida pelos crimes de extermínio e pela pistolagem**, mesmo em Maceió, que registrou em julho a marca recorde de 106 assassinatos em apenas três semanas. AA é um dos ilustres denunciados por sonegação fiscal, enriquecimento ilícito e crime organizado pela CPI do Narcotráfico da Câmara dos Deputados, que ele desdenhou como ‘show pirotécnico’. O deputado estadual Paulo Nunes (PT), um major da reserva da PM que já viu AA sacar, da cintura, uma pistola Taurus 380, afirma: ‘**O que o PC era, para a corrupção, o AA é para a violência**’. (grifos nossos)

A partir dessa descrição de Antonio Albuquerque, um jogo de imagens vai sendo montado na mente do leitor de uma revista que não é local, ou seja, não apenas os alagoanos são conhecedores da “fama” de pistoleiro do deputado, como também leitores de todo o país são convidados a conhecê-la. Essas formações imaginárias fazem com que o deputado alagoano seja identificado como um criminoso, o que permite fortalecer o pré-construído de que Alagoas é terra de coronéis.

A manchete acusatória da Gazeta e a foto do deputado algemado e cercado por policiais portando armas fazem também com que o parlamentar seja associado a um criminoso, pois quem é preso por pistolagem se não for o próprio pistoleiro, é o mandante⁵⁰, e Antonio Albuquerque é colocado como mandante na abertura da matéria. Nesta capa poderia estar materializada a imagem de Cícero Ferro, outro deputado incriminado, mas pela relação de forças existente, a figura do presidente da Assembleia torna a chamada mais sedutora, pois provoca impacto, transformando-se num excelente atrativo comercial. Ambos os deputados foram presos e levados para celas da Polícia Federal em Alagoas no dia 11 de julho de 2008, e no dia 30 do mesmo mês eles foram soltos por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou a alegação da defesa de que eles têm foro privilegiado, mesmo estando afastados dos mandatos em decorrência da Operação Taturana.

Em SD1 (Deputados aprovam projeto da Justiça e ajudam a combater crime organizado), os parlamentares aparecem como agentes que contribuem para o combate ao crime; porém, na sequência seguinte (Deputados presos por pistolagem - SD2), surge o sentido oposto: os parlamentares não mais combatem o crime, pois são parte do crime.

Vale ressaltar que mesmo recorrendo a títulos e abordagens sensacionalistas, os jornais alagoanos acompanharam as prisões dos parlamentares e os desdobramentos das operações da PF, o que não ocorreu no *Jornal da Assembleia*, que silenciou as informações. Lembrando Orlandi (2007b, p. 67), o ato de silenciar não necessariamente é o mesmo de calar, pois o

⁵⁰ Conforme Barreira (1998), o pistoleiro é o autor material, aquele que executa a ação; já o mandante é o que comanda a ação, o autor intelectual. Pistoleiro e mandante são as peças-chave definidoras do crime de pistolagem.

silêncio está também nas palavras e existe entre elas. Afirma a autora: “As palavras são cheias, ou melhor, são carregadas de silêncio. Não se pode excluí-lo das palavras assim como não se pode, por outro lado, recuperar o sentido do silêncio só pela verbalização”.

O *JA* não noticia os fatos decorrentes de deflagrações de operações policiais (cumprimento de mandados de busca e apreensão, indiciamentos, decisões judiciais, afastamentos, etc.); não há no periódico qualquer matéria detalhada sobre os acontecimentos, textos que expliquem à população os pormenores da investigação. No entanto, há poucos textos opinativos nos quais os deputados se colocam como vítimas da situação, e no caso de Antonio Albuquerque, vítima de perseguição. Sustentamos ser essa uma forma de silenciar, pois, no caso do ex-presidente da Assembleia, diz-se que ele foi acusado, alvo de injustiça para não dizer que a PF possuía indícios de seu envolvimento no desvio de recursos públicos (o parlamentar saiu indiciado após depoimento). O *JA* diz ‘X’ para não dizer ‘Y’, e é no próprio ‘X’ que se encontra o silenciamento de ‘Y’. Nesse sentido, Orlandi (op. cit., p. 24) salienta que “para dizer é preciso não-dizer”, ou seja, no próprio dito está também o não dito.

Diante da flagrante crise que vem ameaçando a imagem da instituição perante a sociedade, tendo os deputados sido bombardeados de acusações de todos os veículos de imprensa, os dirigentes da casa legislativa utilizaram seu veículo de informação como um mecanismo para silenciar as acusações, na tentativa de desviar o foco das investigações e colocarem-se como vítimas de “setores da sociedade que deveriam primar eticamente pela apuração dos fatos” (*JA*, dez/07, p. 2). Esses setores de que fala o deputado Antonio Albuquerque são a justiça e a polícia. Os enunciados contidos no próximo bloco de sequências discursivas foram extraídos de capas e páginas noticiosas do periódico, cujo mote das declarações é mostrar a condição de vítima do deputado.

SD5: **Presidente** responde a acusações e **apresenta sua defesa** (*JA*, dez/07, capa)

SD5.1: Em **defesa** da minha **honra** (*JA*, dez/07, p. 2)

SD5.2: A operação da Polícia Federal **pôs em xeque a minha honra perante o povo** de Alagoas. A partir de então nada mais importa senão as imputações constantes na peça acusatória, as **ilações** de alguns, a **ira** e a **ironia** de outros. (*JA*, dez/07, p. 2)

SD5.3: **Fui qualificado de “chefe de uma organização criminosa”**. Será que a Justiça Federal e a Polícia Federal têm conhecimento de que, nos exercícios de 2003 a 2006, não cabia a mim a gestão financeira da Assembléia? (*JA*, dez/07, p. 2)

SD5.4: Quero **compartilhar com Alagoas** um pouco da história de trabalho da família Albuquerque. (*JA*, dez/07, p. 2)

SD5.5: Vou provar nos autos a **injustiça que estão cometendo**. (*JA*, dez/07, p. 2)

SD5.6: Em nome da presunção da inocência, **peço a Alagoas** que reflita sobre o gigantismo dos valores apresentados e se eles fazem nexos com os períodos e as responsabilidades atribuídas ao Legislativo, que gerencia apenas dois por cento da receita do Estado. É por acreditar na prevalência da verdade que faço este relato ao **povo do meu Estado**. (JA, dez/07, p. 2)

Presidente do Legislativo estadual quando do desencadeamento da Operação Taturana, Antonio Albuquerque foi um dos mais citados nas matérias relativas às investigações publicadas pela imprensa alagoana, já que ele foi considerado líder da organização criminosa que desviou recursos da Assembleia. O deputado utilizou a página de opinião do mensário para declarar a sua inocência frente às denúncias imputadas a ele. Observamos que ao se referir às ações da Polícia Federal, o deputado se coloca como vítima: “fui qualificado de chefe de organização criminosa”; quando o objetivo é fazer com que a opinião pública seja favorável às suas ações, escreve de maneira incisiva: “Vou provar nos autos a injustiça que estão cometendo”. Esse diálogo em que o parlamentar se põe como vítima e coloca o povo alagoano como destinatário das declarações assume a feição de discurso demagógico, no qual se mostram constantes expressões como “minha honra perante o povo”, “compartilhar com Alagoas”, “povo do meu Estado”, dentre outras.

Tomando o discurso demagógico pela acepção apresentada por Rainer Souza⁵¹ de que ele se converte em artifício político capaz de distorcer uma situação, defendemos que os sentidos contidos no bloco de sequências discursivas acima assumem a feição de demagogia. De acordo com Souza, o político demagógico “altera informações e adota ações que visam legitimar um tipo de interesse ou perspectiva que, na verdade, está completa ou parcialmente afastada de outros pontos que envolvem uma questão”. Sustentando a imagem do ente público injustiçado, vítima de perseguição política, Albuquerque se põe como elemento de negação da realidade que o colocou como suspeito de envolvimento no esquema descoberto pela PF.

Insinuando que a PF estaria agindo de maneira parcial (“nada mais importa senão as ilações, ira e ironia” - SD5.2) e que desconhece informações importantes do processo (“Será que a justiça e a polícia têm conhecimento?” - SD5.3), Albuquerque assume a figura de uma espécie de mártir injustiçado pelo poder público. Como é representante de um poder de Estado, o deputado clama pela harmonia entre os poderes, que se justifica pelo pedido endereçado à instituição policial para que reflita sobre possíveis “equivocos” relacionados às acusações. Albuquerque parece querer confundir o leitor ao afirmar que não era presidente da ALE no período de 2003 a 2006 (“Será que a Justiça Federal e a Polícia Federal têm

⁵¹ Texto disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com.br/politica/demagogia.htm>>.

conhecimento de que, nos exercícios de 2003 a 2006, não cabia a mim a gestão financeira da Assembléia?), porém as investigações da PF ocorreram entre 2005 e 2008, e não no período citado por ele. Albuquerque assumiu a direção da Assembleia entre 2007 e 2008, momento em que a polícia concluía as investigações relativas à Operação Taturana.

Como se quisesse sensibilizar o (e)leitor para que acredite em sua inocência, o político transfere para o domínio pessoal um assunto que tem implicação pública: “nada mais importa senão as imputações constantes na peça acusatória, as ilações de alguns, a ira e a ironia de outros”. Nesse e em outros trechos (“A Polícia Federal pôs em xeque a minha honra/ “Será que a Justiça Federal e a Polícia Federal têm conhecimento”/“Vou provar nos autos a injustiça que estão cometendo”) o deputado fragiliza o sentido de credibilidade que instituições como a justiça e a polícia federal adquiriram ao longo dos anos, querendo mudar o foco da abordagem. No *JA*, consta a defesa da presunção de inocência pelas acusações de que foi alvo, mas não informa em qualquer das edições que o parlamentar e outros deputados saíram indiciados da PF após terem sido convocados para depor.

Esse discurso de defesa da honra e de apelo à coletividade para que acredite na honestidade do homem público se assemelha ao do ex-presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello, quando o mesmo pede para que o povo não o deixe só. A expressão “Não me deixem só. Eu preciso de vocês!”, publicada na *Revisa Veja* de 1999, bem como outros enunciados similares foram analisadas por Gaia (2002), que constatou ser essa manifestação de “solidão collorida” explicada pelo receio que Collor tinha de perder o poder político, pela derrota nas eleições aliada à ausência de clamor social. A interdiscursividade entre os dois discursos se opera, porque ambos os enunciados assumem ares demagógicos, de apelo ao apoio popular no momento de crise. De um lado, aparece um Collor abandonado pelas elites que lhe apoiaram, de outro um Antonio Albuquerque recluso pelos tentáculos políticos do próprio Estado (Polícia, Ministério Público e Justiça, lembrando a teoria da tripartição dos poderes).

4.3.2 O plural e o democrático que reproduzem a ideologia dominante

A luta pela democratização dos meios de comunicação é uma das bandeiras defendidas por jornalistas de todo o país, desde os engajados socialmente em sindicatos e entidades afins àqueles que simplesmente almejam um pouco de liberdade para se expressar sem o controle dos donos da mídia. A discussão acerca da liberdade de imprensa passa pela libertação das

amarras do sistema político-econômico na qual os veículos estão presos. Embora acreditemos que os jornalistas que atuam na Coordenação de Comunicação da ALE saibam das discussões que envolvem a temática, ainda assim redigem títulos que reforçam os sentidos de uma pluralidade que não se efetiva na prática dos sujeitos. Observamos isso nas próximas sequências discursivas:

SD6: Canal de televisão **plural** (*JA*, ago/07, p. 2)

SD7: Legislativo lança seu canal de TV e **democratiza a informação** (*JA*, set/07, capa)

SD8: Legislativo inaugura seu canal de televisão e **democratiza a informação**: TV Assembleia estreia no dia em que Alagoas comemora 190 anos de emancipação política. Café da manhã reúne diversas autoridades e marca o início das transmissões (*JA*, set/07, p. 6-7)

SD9: Canal legislativo comemora um ano de **informação democrática** (*JA*, set/08, capa)

Pelos recortes acima, percebemos que os editores do *Jornal da Assembleia* insistem em sustentar a afirmação de que o Legislativo contribui para o processo de “democratização da informação”. De início, fala-se em um “canal de televisão plural” (SD6). Recorrendo ao editorial para o qual o título foi redigido, encontramos qual seria a manifestação dessa dita pluralidade: o canal de televisão plural se refere ao anúncio da criação da *TV Assembleia*, o que, segundo o jornal, concretiza um empreendimento histórico da mesa diretora. Alguns dos sentidos de plural para o *JA* são, conforme o editorial, expressar a pluralidade de ideias e confrontar opiniões. Recortamos os enunciados que expressam o que é entendido por plural:

SD6.1: A TV Assembleia vai ressaltar o papel do Parlamento e sua importância social, identificando a **pluralidade de ideias** e o **confronto de pontos de vista divergentes** como essência da vida democrática (*JA*, ago/07, p. 2)

SD6.2: E, por falar em **visão plural da nossa realidade**, esta edição cumpre uma pauta diversificada (*JA*, ago/07, p. 2)

No espaço heterogêneo onde circula o discurso do Poder Legislativo, há pluralidade nas vozes do Parlamento, e essas vozes são atravessadas pela ideologia. Pensando ideologia como um lugar de conflitos (PÊCHEUX, 2007), podemos inferir que o embate ideológico que ocorre no interior do parlamento pode ser traduzido numa relação de forças políticas, nas quais determinado grupo tenta se impor ao outro para que seus interesses prevaleçam – como sabemos, o espaço legislativo é constituído por integrantes de diversos partidos políticos que agregam grupos de interesses. Aliado a isso, antes que os deputados ocupem as vagas no

parlamento, o sistema político permite que sejam feitas concessões e alianças entre os candidatos, o que genericamente pode ser entendido como um princípio da troca de favores historicamente conhecida no país.

Essa política de alianças se reflete na correlação de forças entre as bancadas. Há, então, a divisão partidária no interior do parlamento manifestada entre grupos de situação e oposição ao governo. Na prática, a divisão por partidos nesses dois grupos atende àqueles acordos firmados antes das eleições e na continuidade das práticas políticas. Ao consultarmos o *Jornal da Assembleia* de agosto de 2008, após a chegada dos suplentes dos deputados afastados, observamos que a legenda de um mesmo partido estava presente tanto entre os representantes da oposição quanto entre os da situação.

Um partido como o PMN, por exemplo, fazia parte dos 20% de oposicionistas ao governo; por outro lado, o mesmo PMN estava na bancada governista, que correspondia a 48% dos deputados. Com essa composição, propostas oriundas do governo tinham maior probabilidade de serem aprovadas do que rejeitadas. Assim, com uma maioria apoiando as ações do governo, o debate fica fragilizado, pois essa conjugação de forças políticas tende a favorecer as ideias dos grupos hegemônicos, e a pluralidade de que fala SD6.1 desliza para a homogeneidade.

Interessante observar que nos debates de temas polêmicos, como aborto, redução da maioria penal, pesquisas com células-tronco, transposição do Rio São Francisco, dentre outros, o aspecto plural defendido pelo jornal tende para a univocidade, pois os textos se detêm na opinião de uma maioria. Exemplo disso está na opinião das deputadas a respeito da criminalização do aborto: as matérias “Deputadas dizem não ao aborto e querem conscientização da jovem” (*JA*, jun/07, capa) e “Bancada feminina é contra a legalização do aborto” (*JA*, jun/07, p. 8) abordam o posicionamento das parlamentares. Já com a opinião formada sobre a temática, em julho de 2007, a bancada feminina da ALE provocou uma sessão pública, em dezembro do mesmo ano, com a presença de setores da sociedade também contrários à prática para dar sustentação a esse posicionamento, não expressando os pontos de vista favoráveis à legalização do aborto. Sobre essas estratégias discursivas para colocar como evidente a opinião de uma maioria, expomos, nos quadros a seguir, em itálico, alguns títulos de matérias e abaixo deles uma possível leitura dos enunciados:

Sessão expõe posição contrária ao aborto: Debate não contou com a presença de expressões favoráveis à prática (JA, dez/07, p. 10)

Na sessão que discutiu a legalização do aborto, estavam presentes integrantes da bancada feminina da ALE – que noutra edição do jornal já haviam manifestado posição contrária ao aborto – e representantes de setores conservadores da sociedade, como um cônego da igreja católica. O jornal não expõe os motivos pelos quais os defensores do aborto não estavam presentes, se não foram convidados ou simplesmente não compareceram. Fala-se em debate, embora não exista debate com a exposição de apenas um ponto de vista.

Maioria parlamentar defende sistema presidencialista (JA, mai/07, capa)

Os números de uma pesquisa realizada entre os parlamentares mostram que 51% deles são favoráveis ao presidencialismo, 19% ao parlamentarismo, 15% não opinaram e 15% estão indecisos. A quantidade de abstenções e de indefinições (30%) somada ao percentual dos que são contra o sistema presidencialista (19%) revela que o presidencialismo não é aceito por grande parte dos deputados, aspecto que não é enfatizado pelo jornal. Pelo contrário, o que é exposto é o posicionamento de uma maioria.

Maioria dos deputados não concorda com processo de escolha dos suplentes de senadores e quer modificações (JA, out/08, p. 6-7)

Na época em que a matéria foi produzida, tramitava no Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) contra o nepotismo. Ela estabelecia somente um suplente na eleição de senador, e esse suplente não podia ser cônjuge ou parente consanguíneo do titular. Consultados sobre a mudança, os deputados da ALE opinaram sobre essa PEC: metade dos parlamentares concordou que o processo de escolha dos suplentes deveria mudar, mas não para atender à emenda do congresso, 35% dos deputados não quiseram opinar e 15% não foram favoráveis à mudança. Ou seja, apesar de 50% dos deputados terem manifestado desejo de mudança, o *JA* coloca como se essa fosse a opinião da maioria. Vale salientar que os políticos ouvidos não se disseram favoráveis ao fim do nepotismo entre suplentes, algo que não é enfatizado pelo jornal.

Pela leitura das manchetes⁵², prevalece a opinião de uma maioria, não sendo expresso com o mesmo foco o ponto de vista da minoria silenciada. Isso nos remete a trazer para a discussão a teoria da Espiral do Silêncio, em que as opiniões das minorias são sufocadas por decisões hegemônicas. O *JA*, em muitas notícias e interpretações dos dizeres dos parlamentares, sustenta um discurso conservador, cujos efeitos de sentido desse discurso circulam não apenas nos corredores da instituição, mas também afetando os leitores do jornal.

O caso do aborto, por exemplo, em vez de ter sido tratado como política pública, foi abordado pelo viés religioso e moral, um caminho ideológico em que pelas evidências de sentido, torna-se fácil influenciar àqueles que não têm opinião formada a respeito. Apesar de falar em pluralidade de ideias e confrontação de pontos de vista, o que impera mesmo é a tentativa de homogeneizar o discurso, pois o jornal da ALE não identifica as raízes dos problemas, rompendo com as relações dominantes, as ideias tradicionais, dada a sua filiação aos grupos de poder.

Em SD7 e SD8 (resumidamente, Legislativo lança seu canal de TV e **democratiza a informação**, capa e p. 6-7), constam a divulgação do lançamento do canal televisivo da casa legislativa, a *TV Assembleia*, e SD9 aborda a comemoração de um ano de transmissão da programação no Estado. Os deputados se referem ao canal como uma “conquista do parlamento”, configurando-se como mais um espaço para a promoção do “debate democrático”. Mais uma vez a expressão “informação democrática” é retomada no espaço discursivo no qual circulam os dizeres do Poder Legislativo estadual. Ela se mostra recorrente nesse bloco de sequências discursivas, e enseja uma interpretação desvinculada da ótica dominante, tendo em vista ser a palavra democracia utilizada na sociedade atual como sinônimo de participação coletiva nas decisões públicas, quando na realidade outros sentidos a povoam.

A figura (SD10) a seguir é um recorte das páginas onde as sequências discursivas foram extraídas. Essa matéria a respeito da “democratização da informação” foi notadamente destacada pela equipe de diagramação do jornal, que a inseriu num dos principais espaços do periódico: a página dupla central (páginas 6 e 7):

⁵² Entre as manchetes do *JA* há outros títulos cuja leitura das matérias apresenta sentidos conflituosos: “Parlamentares aprovam governo Lula” (ago/07, p. 8); “Deputados são contra reeleição para cargos no Executivo” (set/07, p. 8); “Parlamento alagoano é favorável à redução da maioria penal” (nov/07, p. 6-7); “Deputados são favoráveis à pesquisa com células-tronco” (jul/2008, p. 8); “Deputados acreditam que financiamento público para campanhas eleitorais deixará disputa mais equilibrada” (nov/2008, p. 6).



Fig. 10 (SD10)

Ainda nos reportando à imagem, percebemos pouco texto frente a diversas fotos, uma característica das páginas de colunismo social. Porém, as páginas 6 e 7 do *Jornal da Assembleia* são destinadas a conteúdo informativo, e esse mosaico de fotos foi montado a partir da solenidade de estreia do canal do Poder Legislativo, realizada no dia em que Alagoas completou 190 anos de emancipação. Além dos parlamentares, nesta “festa” estavam presentes representantes dos demais poderes estatais e de segmentos da sociedade, como advogados e jornalistas. Dada a quantidade, a distribuição e a forma como algumas fotos foram capturadas (fotos posadas), o leitor “desavisado” poderia confundir o espaço com aquele no qual estão presentes representantes da chamada “classe A”⁵³, muitos deles pagando um valor considerável para ter sua imagem publicada em jornal. Esta é a lei de troca das colunas sociais presente no jornalismo impresso de modo geral: o cliente paga e o jornal estampa.

Em SD10 (Fig. 10), os significantes se antecipam ao sentido, provocando a imagem do que não necessariamente estar por vir. No exemplo das placas de banheiro (homens/mulheres) exposto por Lacan (1998)⁵⁴, um menino e uma menina enxergam da vidraça de um trem tais placas, pensando ser elas o lugar de parada da locomotiva. O sentido das imagens para eles foi diferente do que foi convencionalmente socialmente. No caso da figura 10, a imagem se interpõe ao significado propriamente dito, fazendo com que sejam interpretados sentidos outros (sentido de coluna social em vez de matéria informativa). Essa é uma possibilidade de leitura.

⁵³ Sabemos que a teoria marxista não separa as classes sociais em A, B, C, D ou E, como fazem algumas teorias sociológicas. Dissemos Classe “A” para trazer à memória a imagem dos que frequentemente têm suas fotos publicadas nas páginas do colunismo social, na maior parte das vezes “gente da alta sociedade”, como se referem os colunistas, e que pagam para ver sua imagem estampada em jornal.

⁵⁴ Falamos sobre isso no primeiro capítulo desta pesquisa.

Para melhor compreender o enunciado “Legislativo inaugura seu canal de televisão e democratiza a informação” (SD7) é preciso discorrer um pouco sobre o que se entende por democratização, já que a pretensão da Assembleia é tornar a informação “democratizada”. Sabemos que o assunto é lato, envolve várias concepções a respeito, mas vamos nos ater ao aspecto comunicacional. Apesar de questionável na práxis, consta na Constituição Federal que a informação é um dos direitos fundamentais do cidadão. Se é fundamental, todos deveriam ter acesso a ela, mas sabemos que o controle dos meios de comunicação por empresas mantidas por grupos políticos impede que isso aconteça. No caso das instituições públicas que integram os poderes estatais, a situação não é diferente, pois são também grupos políticos que fazem a filtragem do que pode ou não pode ser dito.

Rossi (1988, p. 41) afirma que no Brasil o que existe é liberdade de empresa, e não de imprensa: “Na minha opinião, há, atualmente, liberdade de empresa – ou seja, a possibilidade de o dono de uma determinada empresa editora publicar tudo aquilo que quiser, desde que não infrinja as leis vigentes”. Democratizar pressupõe tornar algo acessível, e como a informação é controlada por veículos de comunicação concentrados em poucas empresas, esse direito social à informação sofre diversas restrições. A sequência discursiva (SD7) é taxativa na afirmação de que o canal de fato democratiza a informação, entretanto, a programação é exibida em televisão fechada, no canal 15 da antiga Big Tv⁵⁵.

A partir disso, questionamos, sem considerar a qualidade do conteúdo transmitido, como tornar a informação acessível num formato em que a maior parte da população alagoana não tem acesso. Numa pesquisa realizada em 2009, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) constatou que 38,8% da população alagoana está inserida no que foi denominado como “Classe E”, o que fez o Estado estar à frente em relação aos índices de pobreza do país verificados nesse ano. Noutro relatório divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2008, 56,6% dos alagoanos viviam com uma renda equivalente à metade do salário mínimo. Nesse sentido, é difícil fazer com que os alagoanos assistam ao conteúdo transmitido pelo Poder Legislativo, já que vivem numa situação que beira a miserabilidade. Mais uma vez a contradição se instaura, demonstrando que na sociedade de classes o conflito é perene e se manifesta de diversos modos, seja através do controle da informação pela classe dominante, seja pelo não acesso das massas à informação pública não tendenciosa.

⁵⁵ A *Tv Assembleia* foi veiculada também em canal aberto, na Tv Pajuçara, mas não por muito tempo. Atualmente, com a compra da Big Tv pela Net, o conteúdo passou a ser exibido apenas para assinantes.

No ano seguinte à inauguração do canal televisivo, o *JA* insiste em tomar a *TV Assembleia* como canal democrático: "Canal legislativo comemora um ano de **informação democrática**" (SD9). O *lead*⁵⁶ da matéria retoma, como foi feito no jornal de setembro de 2007, o paralelismo entre o aniversário dos 191 anos de emancipação política de Alagoas e a comemoração do primeiro ano de existência da TV. Quem conhece a história do Estado numa perspectiva crítica identifica que o que ocorreu em 1817 não pode ser refletido como independência, pois o lugar conhecido como "Alagoas Colonial"⁵⁷ continuou preso à coroa portuguesa, embora tenha se libertado das amarras da Capitania de Pernambuco. Segundo Caetano (2010, p. 5), "os 'alagoanos' acreditavam que ao se manterem aliados ao monarca poderiam lhe render benefícios mais interessantes e vantajosos".

Essa interdiscursividade verificada entre os dois momentos históricos (aniversário da emancipação política de Alagoas e da instalação da *TV Assembleia*), cujo objetivo seria mostrar a relevância que esses dois acontecimentos teriam para a história política do Estado, significa um dado a mais para a historiografia oficial, que se ocupa da cronologia dos fatos e privilegia as versões dominantes; entretanto, não abarca a complexidade do funcionamento discursivo enquanto prática sócio-ideológica. De nosso lugar teórico, observamos que esse diálogo entre os acontecimentos encontra pontos de contato: o processo histórico da "emancipação" atendeu a diversos interesses assim como a implantação da TV também atende.

Mesmo considerada independente, Alagoas continuou atendendo às necessidades econômicas de Portugal através do escoamento de açúcar e de outras realizações comerciais; a *TV Assembleia*, lançada em canal pago, atende a interesses comerciais decorrentes do contrato estabelecido entre políticos e empresários, ou seja, mantém-se o princípio mercadológico norteador do atual sistema de produção: cede-se um espaço no circuito de TV fechada e em contrapartida o Poder Legislativo paga por esse serviço. Embora o presidente da Assembleia, deputado Fernando Toledo, tenha expressado no *Jornal da Assembleia* que iniciou os entendimentos para obter concessão em canal aberto, há três anos a programação dos parlamentares continua sendo exibida em espaço privado.

Dentre outros aspectos, uma TV como a da Assembleia não pode ser considerada democrática, porque sua programação não atinge aos telespectadores de modo abrangente, mas apenas a um grupo pagante. Democratização da informação pressupõe ampliação do

⁵⁶ Primeiro parágrafo da matéria, lugar onde constam as principais informações a respeito do assunto abordado.

⁵⁷ Expressão utilizada por Caetano (2010) para designar o período vivenciado por Alagoas entre 1500 e 1822.

acesso à emissão e recepção das produções simbólicas, tem a ver com inclusão, cidadania, informação pública e de qualidade. Como as redes de televisão e rádio são concessões públicas endereçadas a particulares – notadamente políticos cujas nove famílias controlam a programação dos 190 milhões de brasileiros – não há de fato informação democrática.

No caso da *TV Assembleia*, não há concessão pública, o que existe é o fortalecimento da relação comercial existente entre o Poder Legislativo estadual e a empresa Net. Essa conjugação de forças político-econômicas nos leva a compreender os veículos de comunicação, o *Jornal da Assembleia* e a *TV Assembleia* como extensões do aparelho ideológico de informação e modalidades do coronelismo eletrônico, nos quais mudam-se apenas os atores políticos controladores dos meios. Seja qual for o meio de divulgação de informação, cada político tentará fazer valer seus interesses, por isso Champagne (1990, p. 21) observou que “cada ator político procura monopolizar a palavra pública ou, ao menos, fazer triunfar sua visão de mundo e a impor como visão justa ou verdadeira ao maior número possível, que economicamente e sobretudo culturalmente são desfavorecidas”.

4.3.3 A opacidade de um discurso que se quer transparente

Explica Pêcheux (2007, p. 160) que a ideologia fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que ele chama de caráter material dos sentidos e dos enunciados. Sob o manto da evidência, a ideologia faz com que a realidade posta não seja acessível ao sujeito, fazendo-o enxergar apenas o que está aparente. O discurso do *Jornal da Assembleia* produziu algumas evidências, as quais iremos expor a seguir pelos títulos que se destacam:

SD11: Mesa divulga lista de servidores e **acaba com mistério** de uma década (*JA*, abr/07, capa)

SD11.1: **Fim do mistério** de uma década (*JA*, abr/07, p. 3)

SD12: Mesa Diretora **age com transparência** e divulga lista de ativos, inativos e comissionados (*JA*, abr/07, p. 3)

SD13: PF desbarata **máfia acusada de desviar R\$ 200 mi da ALE** (*GA*, 07/12/07, capa)

SD14: **Não tenho compromisso com erros** nem desejo em minha biografia de gestor qualquer atitude que não esteja em consonância com a lei (*JA*, ago/08, p. 2)

SD15: Liberação da senha do Siafem abre contas do Estado para **fiscalização**: Legislativo poderá agora acompanhar a movimentação financeira de todos os órgãos públicos (*JA*, abr/08, capa)

SD15.1: Senha do Siafem será fornecida aos parlamentares: **Assembléia poderá** agora **fiscalizar** com maior efetividade a **aplicação dos recursos públicos** (*JA*, abr/08, p. 7)

SD16 **Maior transparência** na fiscalização das contas (*JA*, nov/08, p. 6)

SD17: **Nada a esconder** (*JA*, abr/08, p. 7)

SD18: Coaracy entrega a Tarso Genro **dossiê** sobre **desvios na Assembleia** (*OJ*, 29/04/08, p. 9)

As três primeiras sequências desse bloco dizem respeito ao mesmo assunto: a divulgação da lista de servidores da Assembleia. O foco da matéria é a “descoberta” de um mistério mantido por mais de dez anos, sendo esse tal mistério a contratação e permanência irregulares de funcionários do Legislativo estadual. Com o intuito de “mostrar trabalho”, o então presidente Antonio Albuquerque publica os nomes dos servidores, garantindo ser a iniciativa o pagamento de uma promessa da mesa diretora. No informativo da Assembleia consta a afirmação de que essa foi uma importante medida no campo da “transparência” administrativa tomada pela direção da casa legislativa. Contudo, essa folha de servidores informada em 2007 pela direção da ALE foi extremamente quantitativa na medida em que trouxe números, como 931 funcionários ativos e 397 aposentados, sem qualquer interpretação. Ela não informava de onde vinham tais servidores, se eram concursados, se existiam parentes de políticos empregados, dentre outras considerações importantes.

Os enunciados que circularam no jornal de abril de 2007 foram uma resposta às críticas advindas dos setores da mídia àquilo que chamavam de caixa-preta do Legislativo estadual, poder historicamente marcado por uma sucessão de irregularidades. Mas tal caixa-preta não foi aberta pelo Legislativo, a direção da instituição, na verdade, apropriou-se daquilo que já era de domínio público.

Mesmo não havendo uma referência direta, as sequências discursivas 11 e 11.1 dialogam com as administrações anteriores da ALE, uma vez que os diretores da instituição em 2007 sustentavam acabar com o tal “mistério de uma década” mantido noutras gestões. Nesse sentido, Bakhtin (1998, p. 88) ressalta que a orientação dialógica é própria a qualquer discurso, pois em “todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar dele, com uma interação viva e tensa”.

Um discurso outro que foi silenciado pelo jornal da ALE um ano após “a descoberta do tal mistério” refere-se ao movimento histórico que culminou na divulgação da “Folha 108”, por iniciativa da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Alagoas (OAB/AL). Essa nomenclatura foi dada porque parentes do deputado Antonio Albuquerque eram identificados pelo código 108. Conforme um dos relatórios divulgado pela OAB por meio de entrevista coletiva, essa folha – resultado de inspeção técnica na folha salarial de servidores – tinha o custeio de R\$ 500 mil com 128 pessoas identificadas no momento em que os dados foram divulgados. A comissão não conseguiu identificar desde quando existia a folha irregular, mas observou não haver um número fixo de servidores cadastrados, percebendo que em períodos eleitorais havia um acréscimo na quantidade de servidores.

Com o propósito de mostrar uma espécie de marca da moralidade na administração pública, os enunciados SD11, SD11.1 e SD12 esbarram na contradição com os dados da fiscalização externa, como também com o enunciado (SD13) que circulou na imprensa local oito meses após o que foi veiculado no periódico da ALE:



Fig. 11

Essa notícia foi publicada na capa do jornal *Gazeta de Alagoas* de 7 de dezembro de 2007⁵⁸, semana em que a cobertura da Operação Taturana foi intensificada. Ambos os discursos dialogam entre si (divulgação da lista de servidores x descoberta do esquema de desvios de recursos públicos), pois “todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas” (PÊCHEUX, 2008, p. 56). Neles ressoam várias vozes sociais, notadamente a dos deputados, da imprensa e a da própria sociedade. Há, então, um processo dialógico em quem essas vozes denotam o conflito inerente às relações sociais.

Na sequência discursiva “Mesa Diretora **age com transparência** e divulga lista de ativos, inativos e comissionados” (SD11), a bancada estadual quer demonstrar que a atual gestão está agindo com honestidade. Porém, meses depois esse discurso da transparência é desafiado com a acusação de desvio de recursos públicos. Os enunciados estão distantes

⁵⁸ Na manchete de 2007, constam R\$ 200 mi desviados. No ano seguinte, a informação é atualizada, tendo a cifra subido para cerca de R\$ 300 mi.

temporalmente, mas dialogam entre si, e essa é uma das características do dialogismo. Se antes havia o interesse de “monologizar” o discurso por parte dos detentores de poder⁵⁹, tal mecanismo discursivo se confrontou com o real da história a mostrar que a acusação e a prisão de parlamentares fragiliza o sentido de transparência defendido pelos integrantes da instituição legislativa. A apologia à transparência se fez presente em vários fragmentos do jornal da ALE, exemplo disso está no recorte discursivo:

SD14: Não tenho compromisso com erros nem desejo em minha biografia de gestor qualquer atitude que não esteja em consonância com a lei (*JA*, ago/ 08, p. 2)

A afirmação é do sucessor de Albuquerque na presidência da ALE, Fernando Toledo, o qual num artigo publicado no jornal institucional fala sobre seu desempenho no primeiro trimestre de 2008 como integrante da mesa diretiva da Assembleia. “Legislativo: crise e oportunidades” é um dos poucos textos contidos no *Jornal da Assembleia* que menciona a histórica crise político-administrativa da instituição. Poucas são as passagens a respeito desse fato, e quando elas aparecem há um re-trabalho de construção dos sentidos de modo a favorecer os integrantes da bancada parlamentar estadual. Reforçamos que apesar de nesse texto aparecerem dizeres sobre a crise, são eles carregados de silêncio, de silêncio constitutivo, aquele que está nas palavras significando o não-dito.

Em SD14, Fernando Toledo afirma não ter compromisso com erros e agir conforme a lei, numa demonstração de que sua conduta deva ser reverenciada. Mas entendamos o porquê dessa enfática afirmação, remontado às condições de produção do discurso: após a intervenção da Polícia Federal e o conseqüente afastamento da mesa diretora comandada por Antonio Albuquerque, bem como de outros deputados indiciados, os trabalhos legislativos ficaram obstruídos. Fernando Toledo assume a direção da ALE e três meses depois publica texto opinativo ressaltando os seus feitos. Ele se posiciona como uma “espécie de corpo estranho”, como alguém que acompanhou o conflito *de fora*, mas estando *dentro* do parlamento. Extraídos do mesmo artigo, os fragmentos a seguir nos oferecem esse efeito de sentido, vejamos:

Quando me determinei ao desafio de conduzir a Mesa Diretora, **o Poder
vivia a iminência de uma intervenção federal**

⁵⁹ “As vontades sociais de poder tentarão sempre estancar, por gestos centrípetos, aquele movimento [centrífugo]: tentarão impor uma das verdades sociais (a sua) como a verdade; tentarão submeter a heterogeneidade discursiva (controlar a multidão de discursos); monologizar (dar a última palavra)/ tornar o signo monovalente (deter a dispersão semântica); finalizar o diálogo” (FARACO, 2009, p. 53).

Diante do engessamento, **não me furtei a oferecer** parcela de **contribuição** e **ajudar o Legislativo a resgatar seu papel** no Estado.

apresento breve prestação de contas, até para proclamar aos alagoanos que o trabalho em execução contribui para **restabelecer a normalidade do Legislativo**, que não pode ser desprezado na composição do Estado.

Mesmo com a crise ainda presente, **há sinalizações claras para estabilizar o funcionamento da Casa de Tavares Bastos.**

As declarações do deputado provocam um efeito de distanciamento da crise, como se ele não integrasse a ALE no período em que a instituição foi investigada. Isso pode ser comprovado na própria escrita do texto: o artigo foi redigido na primeira pessoa do singular (não me furtei), mas quando o presidente se reporta à instituição fala de maneira indireta, sempre se referindo ao parlamento como “o Poder”, “o Legislativo”, “a Casa de Tavares Bastos” e outras denominações. Como o nome de Fernando Toledo não figurou entre os deputados indiciados pela Polícia Federal, ele se auto-proclama agente responsável pelo restabelecimento da ordem: “não me furtei a oferecer parcela de contribuição/ ”ajudar o Legislativo a resgatar seu papel no Estado”/“o trabalho em execução contribui para restabelecer a normalidade do Legislativo”.

O funcionamento do discurso produz o sentido de que o atual gestor da Assembleia representa uma ruptura com o passado de “irregularidades” vivenciado pela instituição; Toledo seria, então, o deputado que viria restabelecer a moralização do Poder ao sustentar a posição de elemento novo, desgarrado das velhas práticas adotadas pelos parlamentares. O deputado se diz transparente em SD14, como também esse sentido de transparência povoa outras sequências discursivas.

O discurso da transparência é novamente representado nos recortes SD15, SD15.1, SD16 e SD17, respectivamente, “Liberação da senha do Siafem **abre contas** do Estado para **fiscalização**”; “Senha do Siafem será fornecida aos parlamentares: Assembléia poderá agora **fiscalizar com maior efetividade** a aplicação dos recursos públicos”; “Maior **transparência** na fiscalização das contas” e “**Nada a esconder**”.

Tomemos o recorte “Legislativo poderá agora acompanhar a movimentação financeira de todos os órgãos públicos” e façamos com ele uma contraposição em relação a SD18 (“Coaracy entrega a Tarso Genro dossiê sobre desvios na Assembleia”). Ambos os enunciados foram publicados no mesmo mês e ano (abril de 2008), sendo o primeiro fruto da Assembleia Legislativa e o outro produção do informativo diário *O Jornal*. Na linguagem

jornalística, o primeiro enunciado é um subtítulo da matéria sobre a liberação de senha do Siafem (Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios) para fiscalização das contas dos órgãos estatais pelos parlamentares. Conforme o que preconiza a Constituição estadual, uma das funções do Poder Legislativo é a fiscalização da aplicação dos recursos públicos. Vejamos o que diz o artigo a respeito:

Art. 93 - A fiscalização da administração financeira e orçamentária, contábil, operacional e patrimonial do Estado, quanto à legalidade, legitimidade economicidade, aplicações de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembléia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder (CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, SEÇÃO VI, SUBSEÇÃO D).

Seguindo o que diz a legislação estadual, os deputados parecem estar cumprindo uma função inerente à sua organização, e, de acordo com o autor do projeto de lei sobre a aprovação de senha do Siafem para os parlamentares, deputado Marcelo Victor, a medida visa dar “transparência” aos atos do Executivo. No entanto, esse sentido de transparência não parece ser o mesmo quando se trata da administração orçamentária do próprio Legislativo. Numa decisão judicial proferida em virtude de ação cautelar⁶⁰ proposta pelo Ministério Público Estadual (MPE), o juiz responsável menciona a dificuldade do MPE em acessar informações e documentos relacionados aos atos da mesa diretora da Assembleia Legislativa. Inclusive, nem o deputado Paulo Fernando dos Santos, vulgo Paulão, teve acesso a essas informações, conforme depoimento à justiça. Sobre o relato do parlamentar, consta o seguinte:

Que na condição de deputado o declarante requereu acesso ao SIAFEM, mas não teve ressonância. **Que devido ao silêncio da mesa da assembléia, o declarante solicitou a instalação do SIAFEM em seu gabinete, o que foi atendido pelo Secretário da Fazenda, no entanto, a mesa diretora da assembléia proibiu a instalação** (DECISÃO JUDICIAL, 2008, p. 15) (grifos do juiz).

A partir da leitura desse depoimento inferimos algumas observações a respeito: a instalação do Siafem foi proibida na Assembleia, porém os integrantes da mesa diretora aprovaram que o sistema fosse instalado noutras instituições; a direção do Poder Legislativo se negou a fornecer informações de seus atos à justiça estadual, mas quis que outros órgãos mostrassem suas contas. Se uma das funções do Legislativo estadual é fiscalizar os atos do Executivo, e para isso, os deputados propõem a abertura das contas públicas como uma

⁶⁰ Ação cautelar preparatória de ação civil de responsabilidade por atos de improbidade administrativa nº 001.08.051673-5.

medida de transparência, o porquê de a casa legislativa não ter feito o mesmo com suas receitas e despesas é uma questão a ser refletida. A decisão judicial – na qual consta o depoimento do deputado Paulão sobre a dificuldade de instalação do Siafem na ALE imposta pela mesa diretora – foi proferida em fevereiro de 2008 e a aprovação da matéria que permite aos deputados terem acesso à movimentação financeira de outros órgãos ocorreu dois meses depois, o que indica certa fragilidade no sentido da transparência defendida pelos parlamentares.

A notícia intitulada “Coaracy entrega a Tarso Genro dossiê sobre desvios na Assembleia” (SD18) ratifica que os atos praticados pelos deputados estaduais também carecem de fiscalização. O título do texto publicado em *O Jornal* diz respeito a um dossiê contendo denúncias de irregularidades no trato das verbas públicas entregue pelo então procurador-geral de Justiça, Coaracy Fonseca, ao ministro da Justiça, Tarso Genro. Esse “desvio” de que fala a notícia se refere ao montante de cerca de 300 milhões desaparecidos dos cofres da Assembleia, valor que não foi exposto “transparentemente” para que a sociedade pudesse acompanhar sua aplicação. Importante também salientar que esse texto foi publicado no mesmo momento em que os integrantes da bancada estadual afirmavam a necessidade de fiscalizar as contas públicas, o que demonstra que o fenômeno da contradição é inerente ao discurso.

Dizer que a instituição não tem nada a esconder (SD17) ou que age pelo viés da transparência (SD12; SD16) funciona como evidências ideológicas, para que a sociedade acredite no que lhes dizem sem que busque a concretude desse dizer. Transparência remete à evidência, clareza, lucidez, substantivos que não se aplicam ao domínio discursivo, pois a linguagem é opaca e os sentidos não são previsíveis. A constante retomada do termo nos remete a pensar numa tentativa de encobrimento do caráter material do sentido expresso por Pêcheux (2007). Segundo o autor, a materialidade do sentido se dá quando confrontados o histórico e o ideológico. O discurso da transparência tão propagado no *Jornal da Assembleia* funciona como a ponta do iceberg de que fala Henry (1997), aquele no qual só permite enxergar as aparências de um sentido que se revela profundamente opaco.

4.3.4 Estado e Religião como instrumentos de reprodução do sistema capitalista

Reza a cartilha da comunicação organizacional que nos períodos de crise os problemas devem ser enfrentados de frente. Condenando o “abaixo nada a declarar”, Lopes (2003, p. 30),

num livro introdutório de Assessoria de Imprensa, observa que nos “momentos de crise, o silêncio e a omissão podem tornar-se fortes aliados da desinformação e do surgimento de boatos, estabelecendo um clima de expectativa muito prejudicial a qualquer estrutura”. Diante das situações de crise e cômicos do poder que a informação adquire atualmente, deputados auxiliados por seus assessores, investem na comunicação como forma de atenuar os impactos que uma avalanche de informações negativas pode trazer. Mas o fato de se mostrarem receptivos à resolução de dado problema não quer dizer que as estratégias utilizadas para solucioná-los sejam expostas, muito menos as motivações que teriam para resolvê-las. Nas sequências discursivas abaixo, observamos que o sujeito enunciador se utiliza de estratégias discursivas para contornar uns problemas e apagar outros.

SD19: Legislativo **cumpra seu papel, limpe a pauta e greve acaba** (JA, jul/08, p. 2)

SD20: Greve dos servidores da Assembléia termina **em paz** (JA, jul/08, p. 3)

SD21: Com intermediação do arcebispo de Maceió, Mesa Diretora **fecha acordo** e concede reajustes (JA, jul/08, p. 3)

Para compreendermos o que trazem as sequências acima é necessário que contextualizemos o momento político pelo qual passava a instituição legislativa, as condições de produção (CP) do discurso. Seguindo Zandwais (2009), as CP são uma forma de incluir a história no discurso e o discurso na práxis social. Por isso, a importância de estar sempre refletindo sobre os processos que culminaram na emergência de dado sentido. Acompanhem, então, o movimento histórico responsável pelo aparecimento desses enunciados: todos os títulos foram construídos a partir de uma crise interna no Poder Legislativo estadual, na ocasião de uma greve histórica realizada pelos servidores da instituição, em julho de 2008.

Quando da ocasião da primeira greve realizada na história da Assembleia Legislativa, servidores e deputados vivenciaram mais um embate político-ideológico. Dentre os pleitos dos servidores, a reivindicação de 70% do 13º salário atrasado desde 2006 e também reajuste de 102% autorizado pela justiça. Como “pano de fundo” dessa discussão a crise político-administrativa que se arrastava desde dezembro de 2007 no Poder: denúncias de desvios do erário, indiciamento, afastamento e prisão de deputados, etc. O desfecho desse período de acirramento (greve dos servidores) foi registrado pelo informativo da ALE, o qual acentuou o caráter de “acordo” que permeou as discussões. Observemos a fotografia (figura 12/SD22)

extraída da capa do periódico publicado em julho de 2008 (mês em que a greve foi encerrada):



Fig. 12 (SD22)

Ao centro, aparece o presidente da Assembleia, Fernando Toledo, ladeado pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Legislativo de Alagoas (STPL/AL), Ernani Malta (esq.), e pelo arcebispo de Maceió, dom Antonio Muniz. Posada, a fotografia intenta transmitir a ideia de pacificação entre os envolvidos. Observemos também que a imagem dos três homens com as mãos unidas nos remete a pensar na união entre Estado, Igreja e movimentos sociais, instituições cujos interesses muitas vezes se manifestam antagônicos.

Na imagem, todos aparecem sorrindo, como se quisessem transmitir o sentido de harmonia e pacificação. Porém, o período de greve revelou tensão entre parlamentares e manifestantes. Pela angulação da fotografia, o arcebispo está numa posição de destaque, numa aproximação maior da câmera em relação aos outros sujeitos. Essa posição destaca o representante da igreja como figura determinante para a resolução do conflito, pois ele precisou ser chamado para as negociações com vistas a por fim ao movimento grevista. Observando a disposição dos personagens na fotografia, é a mão do representante do movimento social que está sendo segurada pelo arcebispo; o presidente da Assembleia faz o mesmo. Esse gesto, a nosso ver, representa um aperto de mão, que remete ao fechamento de um acordo, e esse acordo é o aspecto mais destacado na matéria.

A partir do fragmento “Com intermediação do arcebispo de Maceió, Mesa Diretora fecha acordo e concede reajustes” podemos interpretar que o término da greve só foi possível por causa da intermediação do arcebispo, pois a paralisação só terminou com a presença dele. É o que está pressuposto.

A palavra “acordo”, inscrita na formação discursiva jurídica, é aqui ressignificada. Para a área do Direito, “acordo” traz como efeito de sentido a ideia de negociação, de pacto que seja favorável às partes em questão. Mas o “acordo” parece não ter sido bom para os deputados, pois na legenda da foto que acompanha o texto consta o dizer “acordo beneficia os servidores”. Além disso, na matéria sobre a negociação (página 3), o presidente Fernando Toledo fala sobre o impacto dos aposentados na folha de pagamento e da contenção de gastos que deverá ser feita para cumprir esse “acordo”. O jornal aborda a necessidade de economizar para poder pagar aos servidores, mas silencia quanto ao desvio de mais de 300 milhões dos cofres da Casa Legislativa. Há no informativo censura a qualquer menção ao desaparecimento de verba pública, já que o jornal não informa sobre os desdobramentos da operação policial que expôs irregularidades na administração da instituição legislativa.

Percebemos, pela política do silêncio ou silenciamento, que os sentidos indesejáveis são realmente calados. É o que ocorre quando a direção da Assembleia Legislativa publica que vai cumprir o “acordo” firmado com os servidores para pagar salários atrasados. Dizendo isso, na verdade, a instituição “esquece” de informar que antes desse acordo já havia uma decisão judicial determinando o pagamento e que estava sendo descumprida pelos parlamentares. Ou seja, foi dito “y” para que “x” não fosse exposto, pois este era o sentido evitado.

Visualizemos outra imagem relativa a este mesmo momento histórico. Ela foi inserida numa das principais páginas do jornal (p. 3), abrindo a matéria a respeito das negociações.



Fig. 13 (SD23)

Mais uma vez há na fotografia uma relação de forças observada a partir da disposição dos deputados e do arcebispo no local em que a imagem foi capturada. Nessa imagem, o arcebispo está localizado numa posição central, rodeado por deputados (representando ao mesmo tempo Estado e partidos políticos) e pelo representante do sindicato dos servidores. O

aparente equilíbrio entre Igreja, Estado, partidos políticos e entidade de classe é compreendido pela posição de dom Antonio Muniz. Atentemos para o ambiente em que autoridades políticas, sindicalista e arcebispo estão: um lugar aparentemente calmo, contendo uma mesa com copos esvaziados; tudo sugere descontração. Foi realizada nesse local, que é a casa do membro religioso, a reunião final de negociação, produzindo o efeito de sentido da Igreja Católica como instituição responsável pela conciliação.

Tomando SD20 (**Greve** dos servidores da Assembleia termina em **paz**) e consultando um dicionário para observar alguns dos possíveis sentidos de paz, vimos que, conforme uma das definições do *Michaelis*, paz “refere-se ao estado de um país que não está em guerra”. Ao dizer que a paralisação da categoria termina em paz, os deputados deixam implícito que o desfecho da paralisação poderia ser outro, o oposto da situação de paz, a guerra, pois o movimento grevista havia ocupado as escadarias do prédio onde estavam sendo realizadas as sessões, impedindo a passagem de funcionários e parlamentares. É o subentendido. Essa injunção de sentido pode ser feita porque antes das negociações o clima estava bastante tenso entre manifestantes e mesa diretora da ALE, tanto que o presidente do sindicato dos trabalhadores do Legislativo, Ernandi Malta, disse em entrevista ao site *Alagoas 24 horas*⁶¹ que a categoria estava disposta a ir às últimas consequências para assegurar seus direitos.

Vemos também nesse recorte um interdiscurso, um diálogo com o discurso religioso. A expressão **em paz**, recorrente na formação discursiva católica, aliada à presença de um representante da Igreja faz confirmar essa assertiva. No ritual católico, quando do encerramento da missa, o padre se dirige aos fieis e diz-lhes: “Ide **em paz** e que o senhor vos acompanhe”. Num movimento parafrástico, podemos associar a imagem do arcebispo convocado para dialogar com os grevistas ao ritual religioso, de modo que, assim como as celebrações são encerradas com a benção de paz, os servidores também são instados a acabar a greve **em paz**.

Permeado por implícitos e silenciamentos, o discurso do *Jornal da Assembleia* de julho de 2008 traz como mote o acordo realizado com os trabalhadores por intermédio de um representante da Igreja Católica, não dando plena voz aos representantes classistas⁶². O jornal se diz da Assembleia, mas não inclui opinião de servidores; o que se observa é a manifestação do pensamento dos parlamentares, de modo que sejam silenciados os interesses da categoria. O que prevalece é o discurso dominante.

⁶¹ Disponível em: <<http://www.alagoas24horas.com.br/conteudo/EditoriaPolitica>>.

⁶² Das 91 linhas (diagramadas em colunas/seis parágrafos) da matéria publicada na página 3, apenas um parágrafo (sete linhas) é dedicado ao presidente do sindicato dos trabalhadores da ALE.

O interdiscurso com a religião se sobressai, assim como os sentidos de negociação e pacificação reforçados na palavra “acordo”. Saberes discursivos de outras regiões migram para formações discursivas que também são heteróclitas: as FDs que chamamos “católica”, “dos parlamentares” e “dos grevistas”. Mesmo sendo as FD heterogêneas, o funcionamento do discurso da ALE aponta para a tentativa de torná-las una. Dizer que greve acaba em paz é uma forma de calar outros sentidos, de silenciar as vozes destoantes, de mascarar o caráter material do sentido de que fala Pêcheux (2007).

Nos discursos expostos, observamos um apagamento da reflexão sobre a importância da greve como elemento de contestação ao modelo capitalista de produção. Não é possível identificar se esse silenciamento partiu também do próprio movimento sindical – o qual nas entrevistas não destacou a relevância da greve como instrumento para a consolidação de alguns direitos negados pelo sistema – mas está posto que os dizeres dos grevistas sofreram interdição. Apesar de ter durado apenas um mês, essa greve expôs o conflito de classe, que é inerente ao capitalismo. A relação entre dominante e dominados pôde se manifestar na tentativa de controle dos dizeres por parte do Legislativo, na busca pela solução de um impasse cuja discussão não ultrapassou os limites do conservadorismo. Ajustam-se os valores a serem pagos, melhores condições de trabalho são asseguradas e assim mantém-se o ciclo de reprodução do sistema. Quando os salários estiverem defasados e os instrumentos de trabalho carecerem de melhorias, possivelmente outra greve será deflagrada. Se haverá necessidade de mediação religiosa, o movimento histórico é que dirá.

O estudo das sequências discursivas contidas nesse bloco demonstrou que o Estado, que em tese diz-se laico, mantém uma relação íntima com a esfera religiosa. Religião e Estado se consagram como esferas determinantes para a reprodução da ideologia dominante. Como afirma Marx (1995), o Estado do capitalismo é um Estado de classe, e se assim o é, age de modo a consolidar seus interesses. E o Legislativo estadual, poder de Estado, aparelho ao mesmo tempo repressivo e ideológico, atua de maneira a reproduzir as condições de desigualdade postas pela sociabilidade atual.

Pêcheux e Fuchs (1997), ao definirem o conceito de formação ideológica, teorizaram que ela é caracterizada como um aspecto da luta ocorrida nos aparelhos ideológicos de Estado capaz de intervir como um confronto de forças ideologicamente determinadas pela formação social. O sujeito, ao se identificar com determinada formação discursiva (esta vinculada à FI), assume uma posição; seu discurso pode tanto reproduzir a ideologia dominante quanto assumir a feição da classe dominada. Não há previsibilidade nos discursos produzidos:

mesmo estando o sujeito inserido na classe proletária, pode ele ser porta-voz de um discurso dominante e vice versa.

No contexto da greve dos servidores, a direção da Assembleia assumiu a posição ideológica dominante, fazendo reproduzir os interesses do capital. Nesse sentido, observamos que os discursos formulados no âmbito do Legislativo estadual, que realizam um diálogo com a religião e com outras instâncias de reprodução do sistema, estão inseridos na formação ideológica capitalista.

4.3.5 Diálogo com a sociedade: sintonia ou descompasso?

Adotando a reflexão teórica de Bakhtin (1998) a respeito do dialogismo, iniciamos este tópico tentando compreender o funcionamento discursivo dos enunciados que sustentam haver um diálogo bem-sucedido entre parlamento e sociedade. A concepção bakhtiniana de diálogo não diz respeito à comunicação face a face, embora o resultado dessa comunicação possa oferecer elementos substanciais para uma abordagem; é algo mais abrangente, aparece como diálogo social, cuja especificidade está em sua orientação ideológica. Orientado ideologicamente, o discurso do Legislativo estadual materializado no *Jornal da Assembleia*, bem como outros discursos que circularam na esfera política expuseram os seguintes enunciados:

SD24: **Transparência** e informação (*JA*, mar/07, p. 2)

SD25: Mais **sintonia** dos deputados com a **sociedade** (*JA*, abr/07, p.2)

SD26: Portas abertas para debater e ouvir o **clamor do cidadão** (*JA*, mai/07, capa)

SD26.1: Assembléia abre as portas para **ouvir a sociedade**: Sessões especiais debatem temas de interesse público e **aproximam o Parlamento da população** (*JA*, mai/07, p.3)

SD27: Tempo de lançar uma **linha direta com a sociedade** (*JA*, jun/07, p.2)

SD28: Os números, que se apresentam positivos, vão comprovar, no final deste exercício, que **esta legislatura mudou para melhor a relação com a sociedade** (*JA*, nov/07, p. 2)

SD29: Nossa expectativa é a de que os **taturanas sejam julgados e responsabilizados** por seus crimes (*TI*, 23/12/08, p. 3)

SD30: **Eles devem perder os cargos**, pois apenas terem sido afastados é uma pena, branda, até porque continuam recebendo seus salários (*OJ*, 23/12/08, p. A3)

SD31: Presidente interino detalha números do Poder e **dialoga com a sociedade** (*JA*, abr/08, capa)

SD32: Agenda parlamentar **em sintonia com a sociedade** (*JA*, nov/08, p. 2)

Uma das acepções de “sintonia” é, segundo o Dicionário Aurélio (2000), harmonia, acordo mútuo. Em SD25, o *JA* fala em *mais* sintonia com a sociedade numa pressuposição de que essa reciprocidade já exista. Essa sequência discursiva é a que intitula o editorial de abril de 2007, cujo assunto principal abordado é o lançamento do site oficial da instituição legislativa. Na construção do texto, o site é colocado como um instrumento de prestação de serviço para a comunidade, que aliado ao jornal, amplia a relação com a cidadania, “num processo contínuo de democratização da informação de natureza pública”. Em tópicos anteriores, observamos que a expressão democratização da informação é recorrente nos textos contidos no *Jornal da Assembleia*, e vimos também que não existe informação democrática em veículos de comunicação cuja relação com o público é mediada por interesses econômicos.

Ao relacionar a palavra “democracia” com os veículos de comunicação da Assembleia, e com isso dizer que há sintonia com a sociedade, o editorial dialoga com a Constituição, cuja máxima contida é a de que “todo o poder emana do povo”, já que pela raiz da palavra “demo” é “povo” e “cracia”, “poder”. Isso vai sendo reforçado ao longo do texto, como se realmente a sociedade controlasse o conteúdo veiculado pela instituição. Um aspecto importante para a compreensão do funcionamento discursivo de SD25 é pensarmos nas condições restritas de produção, que são o contexto imediato de produção do discurso. O fato de o texto ter sido trabalhado num editorial e não noutro gênero jornalístico foi decisivo para que esse sentido de Poder afinado com o público fosse reforçado.

Na literatura jornalística, o editorial é amplamente conhecido como um gênero opinativo de características predominantemente argumentativas, que influencia na formação da opinião pública; é o espaço por meio do qual o jornal estabelece um contato mais direto com o leitor. De acordo com Beltrão (1980), impessoalidade, topicalidade, condensabilidade e plasticidade constituem os atributos do editorial, pois a orientação é que não seja assinado; escrito a partir do desmembramento de tópicos; deve tratar de tema delimitado; ser objetivo, sinóptico e maleável como a maior parte dos gêneros discursivos jornalísticos que se nutrem do efêmero e do circunstancial. O editorial do *JA* atende a essas premissas e com isso vai, através da argumentação, aproximando-se do objetivo proposto, que é o de fazer a sociedade acreditar que ela seja a principal destinatária da coisa pública.

O site é, então, colocado como veículo de intermediação entre os deputados e o povo. Ele foi lançado dois meses após a mesa comandada por Antonio Albuquerque assumir os trabalhos, portanto antes da *TV Assembleia*. Nas palavras de Albuquerque, o site é colocado

como uma forma de prestar contas à população. Diz ele, na edição do *JA* de abril de 2007: “A ativação desse canal de comunicação virou um compromisso a ser honrado a curto prazo e aqui estamos cumprindo, para comprovar o desejo de dar **transparência** aos nossos atos” (grifo nosso).

Entretanto, esse desejo de dar “transparência” aos atos da bancada alagoana é confrontado nos anos seguintes com os fatos que constituem o real, pois com a aprovação da Lei Ficha Limpa⁶³ alguns candidatos ao pleito eleitoral de 2010, entre eles atuais integrantes da ALE, tiveram suas candidaturas indeferidas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE/AL). O site *Congresso em foco* publicou os nomes de 322 candidatos que respondiam por alguma ação penal ou foram enquadrados na referida lei, incluindo deputados da Assembleia Legislativa de Alagoas e outros políticos do Estado⁶⁴.

Transparência e diálogo são aspectos enfocados pelo *JA*, no entanto, quando confrontados com as condições de produção do discurso, outras possibilidades de sentido vêm a emergir. As outras sequências discursivas desse bloco também intentam reforçar o sentido de que o diálogo entre sociedade e poder público é efetivado, pela repetição de palavras como “diálogo”, “sintonia”, “proximidade”, dentre outras. Mas o dialogar nem sempre pressupõe harmonia, pode também provocar o embate, tendo em vista a sua essência ideológica.

Os enunciados “Portas abertas para debater e ouvir o clamor do cidadão” e “Tempo de lançar uma linha direta com a sociedade”, respectivamente, SD26 e SD27, são contraditórios em relação aos dizeres expostos anteriormente. No *Jornal da Assembleia* de março de 2007, dizia-se haver uma maior sintonia entre deputados e população (SD25); no mês seguinte, fala-se da necessidade de ter um contato direto com o cidadão, de ouvir seus reclames. Ora, tais enunciados estão publicados no mesmo jornal, mudando-se apenas a edição, em apenas um mês de intervalo. Ponderamos que esse diálogo de enunciados opostos tem na contradição sua marca discursiva, pois a insistência na afirmação de que há confluência nesses dois pólos (parlamento-população) provocou o sentido contrário.

Como dissemos, no dialogismo, as várias vozes que estão presentes nem sempre estão em condição de igualdade, e, como sabemos, quem está numa situação hierarquicamente superior, domina. Como as investigações relativas à Operação Taturana foram iniciadas em 2005, durando cerca de 3 anos e meio, o período em que a direção da Assembleia falava em

⁶³ A mobilização de brasileiros contra a impunidade resultou na Lei Ficha Limpa. O projeto, que contou com a assinatura de 1,3 milhões de pessoas, foi transformado na Lei Complementar n.º. 135/2010, a qual prevê que candidatos com condenação criminal de órgão colegiado sejam impedidos de terem sua candidatura registrada. Mais informações no site www.fichalimpa.org.br.

⁶⁴ Consultar nomes dos candidatos em www.congressoemfoco.uol.com.br.

diálogo com o povo se enquadrrou nesse mesmo momento histórico. O resultado das investigações só foi divulgado em dezembro de 2007, quando ganhou ares de espetáculo no cenário midiático, mas os diretores da ALE pareciam estar preparando o campo para os ataques que porventura receberiam.

Em nosso gesto interpretativo, percebemos que a estratégia discursiva de provocar os sentidos de diálogo como “sintonia” se justifica pela necessidade de colocar a opinião pública a favor dos deputados. A enxurrada de matérias sobre o diálogo parlamento-sociedade foi publicada no mesmo ano em que a Operação Taturana foi deflagrada, os parlamentares queriam fazer-se próximos para que a sociedade acreditasse que são inocentes. Diálogo pressupõe vários atores envolvidos, contraditoriamente, percebemos que nesse diálogo que a ALE sustenta existir, há uma tentativa de “monologizar” o discurso, pois só aparece a voz do poder, a da sociedade é silenciada.

Tomemos a SD28 (Os números, que se apresentam positivos, vão comprovar, no final deste exercício, que **esta legislatura mudou para melhor a relação com a sociedade**) para observar se essa relação deputado-povo está mesmo em sintonia a partir de outras vozes, particularmente as de representantes de movimentos da sociedade. Como afirma Courtine (2006, p. 64), importa saber qual o sujeito discursivo, sobre o que fala o discurso, como ele emergiu e quais as condições em que foi produzido. Assim, faz-se relevante observar de quem partiu a formulação acima. O sujeito autor do enunciado é Antonio Albuquerque, que fala de um lugar social, da condição de presidente de um Poder de Estado, no caso, o Legislativo estadual. Seu dizer possui uma carga de autoridade advinda das relações histórico-sociais que caracterizam uma relação de força. Orlandi (2006, p. 16) destaca esse aspecto discursivo quando afirma que “o lugar social do qual falamos marca o discurso com força da locução que este lugar representa. Assim, importa se falamos do lugar de presidente, ou de professor, ou de pai, ou de filho etc.”.

A 28ª sequência discursiva foi publicada no informativo da Assembleia Legislativa de novembro de 2007 em texto opinativo intitulado “Em ritmo de trabalho”. O artigo fala sobre a quantidade de matérias discutidas e aprovadas pelos parlamentares naquele período, o que foi considerado satisfatório pelo representante político. O sujeito enunciadador é o presidente Antonio Albuquerque, que tenta estabelecer um diálogo não apenas com o parlamento, mas também com a sociedade, ao mencionar que houve mudança “para melhor” na relação da bancada alagoana com a população. A comprovação disso, segundo o deputado, viria no término do mandato da atual composição da ALE. Se mudou para melhor, o pressuposto é o

de que a legislatura anterior não dialogava com a sociedade, tendo o canal sido aberto pela bancada parlamentar em questão.

Dos 27 deputados estaduais, ao menos 15 foram indiciados na Operação Taturana sob acusação de desvio de recursos públicos. Essa é uma das informações numéricas silenciadas pelo *Jornal da Assembleia*, que se utilizou de um mecanismo discursivo para “tentar calar outros sentidos”. Trata-se do silêncio constitutivo, o qual, segundo Orlandi (2007b), é parte da política do silêncio ou silenciamento. Indica o apagamento de sentidos não desejáveis em determinada situação discursiva. Considerando esse aspecto, a relação legislatura/sociedade parece não ter melhorado. As próximas sequências discursivas apresentam uma resposta possível um ano após a declaração de Albuquerque.

SD29: Nossa expectativa é a de que os **taturanas sejam julgados e responsabilizados** por seus crimes (*Tribuna Independente*, p. 3, 23 de dezembro de 2008)

SD30: **Eles devem perder os cargos**, pois apenas terem sido afastados é uma pena, branda, até porque continuam recebendo seus salários (*O Jornal*, p. A3, 23 de dezembro de 2008)

A primeira afirmação é de Jorge Venerando, coordenador do Movimento Social Contra a Corrupção e a Criminalidade (MSCC) e presidente do Sindicato de Policiais Federais em Alagoas. Ela foi exposta num ato público organizado pelos representantes da sociedade civil, que lembraram a passagem de um ano da operação deflagrada pela Polícia Federal e cobraram a cassação dos deputados afastados. Uma declaração desse gênero não ganha espaço no *Jornal da Assembleia*, tanto que foi publicada num dos principais diários do Estado, o *Tribuna Independente*, mas também atendendo a interesses.

A segunda sequência discursiva dialoga com a primeira formulação. O sujeito de SD30 é um representante do Ministério Público Estadual (MPE), o procurador de Justiça Sérgio Jucá, cuja declaração foi registrada em *O Jornal*, no mesmo período histórico de SD29. Condições de produção incluem sujeito, memória e situação. Em sentido restrito, temos o fato de os enunciados terem circulado em jornais diários (*Tribuna Independente* e *O Jornal*) e não no informativo da Assembleia, assim como também os sujeitos enunciadore (representantes do MSCC e do MPE) integram o contexto estrito; já o contexto amplo diz respeito à configuração sócio-histórica que fez emergir os discursos: aniversário de um ano da deflagração da Operação Taturana, sensação de impunidade na população, descoberta de várias irregulares na ALE.

O efeito de memória⁶⁵ se dá a partir da relação entre intradiscurso e interdiscurso. Assim, ele pode ser compreendido como as possibilidades de dizer que são atualizadas no momento da enunciação. Orlandi (2007a), retomando Pêcheux, reflete sobre a memória, relacionando-a ao interdiscurso. Afirma a autora:

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva [pensada em relação ao discurso], ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construídos, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra (ORLANDI, op. cit., p. 31).

A partir da memória, saberes discursivos que se acumulam continuamente e que se atualizam a cada dizer, compreendemos SD29 e SD30. Quando o sujeito do primeiro enunciado afirma querer o julgamento “dos taturanas”, compreendemos que esses taturanas referidos são alguns dos deputados que integram a Assembleia Legislativa de Alagoas, pois parte dos parlamentares foi indiciada e presa em decorrência da operação policial de mesmo nome (Taturana). Essa associação entre a fala do sujeito de SD29 e a operação da PF um ano após ela ter sido deflagrada foi possível a partir desse efeito de memória, uma vez que quando eclodiu a Operação Taturana os deputados alagoanos foram tachados de criminosos, sendo esse sentido retomado na fala de um representante da sociedade (“que os taturanas sejam julgados e responsabilizados por seus crimes”).

Os discursos inscritos nessas sequências (SD29 e SD30) dialogam entre si, trata-se de uma relação parafrástica. Os enunciadores são distintos, porém os efeitos de sentido produzidos em ambas as enunciações se assemelham. Dessa forma, podemos inferir que ambos os atores sociais querem punição para os deputados indiciados pela Polícia Federal, o que contraria a formulação inscrita em SD28 (Os números, que se apresentam positivos, vão comprovar, no final deste exercício, que **esta legislatura mudou para melhor a relação com a sociedade**).

A voz da sociedade ressoa num movimento contrário ao que afirmou o então presidente da Assembleia Legislativa, tanto que o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Alagoas (OAB/AL), cobrou do Ministério Público o pedido de afastamento de outros deputados indiciados por envolvimento no esquema ilícito. “Isso [a manutenção dos parlamentares no cargo mesmo após o indiciamento] gera um profundo clamor e indignação

⁶⁵ A memória de que estamos tratando é a memória discursiva, que é diferente de memória individual e inconsciente coletivo.

da sociedade alagoana, pelo tratamento anti-isonômico”, disse Omar Coêlho, presidente da OAB/AL, na matéria publicada em *O Jornal*, edição de 14 de janeiro de 2009.

Em SD31 e SD32, respectivamente, “Presidente interino detalha números do Poder e **dialoga com a sociedade**” e “Agenda parlamentar **em sintonia com a sociedade**” os sentidos de diálogo e sintonia obedecem aos mesmos princípios que regularam os discursos expostos neste bloco. Diálogo aparece como preocupação em tornar transparente o que está oculto, em colocar os atores sociais na mesma frequência, quando os mesmos estão em sintonias diferentes.

Encerrado este bloco de enunciados, cujo tema norteador foi a relação parlamento-sociedade, trazemos o enunciado em que o presidente da ALE, Fernando Toledo, aborda a necessidade de dar atenção ao segmento rural, já que nesse enunciado manifesta uma aparente preocupação com o setor.

SD33: Devemos voltar nossos olhos para outros segmentos na área rural que **geram postos de trabalho** e contribuem com o **desenvolvimento** (*JA*, out /08, p. 2)

As demais sequências discursivas constantes no bloco anterior de sentidos enfatizaram o diálogo presente entre a casa legislativa e a população, a SD33, além de intentar provocar o efeito de sentido de que os deputados estão preocupados com outros segmentos rurais (outras esferas de produção da sociedade), traz ainda um discurso dominante que parece assumir a face de dominado.

A 33ª sequência discursiva foi extraída de um texto opinativo assinado como “Os desafios do agronegócio alagoano”, um artigo que traz os “avanços” do segmento agropecuário na economia alagoana. Nesse texto, o dirigente da ALE reforça ser a agroindústria canavieira a principal atividade econômica do Estado por, dentre outras razões, responder pelo aumento do PIB local e gerar mais de 400 mil empregos. Levando isso em consideração, Toledo fala da necessidade de voltarem as atenções para outros segmentos rurais responsáveis pelo aumento de postos de trabalho.

O uso recorrente de palavras como “produtividade”, “trabalho”, “emprego”, “economia”, “desenvolvimento”, “sucesso”, dentre outras, nos remete a pensar numa formação discursiva de mercado, em que os sentidos que prevalecem são aqueles relacionados ao fortalecimento do sistema capitalista de produção. Quando estamos falando em formação discursiva, não estamos pensando num domínio fechado de saberes, permitindo e interditando sentidos, mas num universo de contradições ideológicas materializadas na linguagem.

Nessa formação discursiva mercadológica, estão presentes palavras cuja carga semântica remete ao trabalho coletivo ao mesmo tempo em que incita à competitividade. Exemplo disso é o termo “cooperativismo”, que, visto na esfera da produção colaborativa emana sentidos como “trabalho em comum”, “auxílio”, “ajuda”, mas que no âmbito do capital essa conjugação de forças humanas se converte em mecanismo para aumentar a produção e com isso gerar mais lucro.

O artigo assinado pelo presidente da Assembleia Legislativa traz essa acepção no momento em que num fragmento do texto se refere à cooperativa alagoana Pindorama como um cooperativismo bem-sucedido. Bem-sucedido porque, segundo ele, vem realçando a produção diversificada de alimentos no segmento da fruticultura. Retomando SD33 (Devemos voltar nossos olhos para outros segmentos na área rural que geram postos de trabalho e contribuem com o desenvolvimento), compreendemos que entre esses outros segmentos da área rural de que fala Toledo está a fruticultura, cujo aumento da produção proporcionado pelo trabalho cooperado incide no desenvolvimento *econômico* do Estado.

A relação entre produção, consumo, distribuição e circulação está bem fundamentada nos apontamentos de Marx (1996) sobre a crítica ao pensamento dos economistas. Sabemos, a partir do materialismo histórico, que “não há produção possível sem trabalho passado, acumulado” (id., p. 27). Assim, quanto mais se produz maior a acumulação de capital nas mãos de poucos, maior é o consumo de determinado objeto, gerando juros e lucros, formas pelas quais o capital é reproduzido. Isso não está explícito no dizer do representante de um dos poderes estatais, mas são essas as bases pelas quais se sustentam o desenvolvimento da economia na sociabilidade capitalista. Ao contrário do que a evidência nos mostra, não é apenas o consumo que gera a produção, mas também a produção que cria potenciais consumidores:

A fome é fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, que se come com faca ou garfo, é uma fome muito distinta da que devora carne crua, com unhas e dentes. A produção não produz, pois, unicamente o objeto do consumo, mas também o modo do consumo, ou seja, não só objetiva, como subjetivamente. Logo, a produção cria o consumidor (ibid., p. 32).

Além de moldar consumidores, a produção no capitalismo envolve em seu processo um tipo de trabalho em que o trabalhador não se reconhece nele. O estranhamento é uma das características do trabalho no modo de produção vigente, ou seja, o trabalhador não se reconhece no que produz, há nele a ideia de não pertença em relação ao objeto produzido, uma espécie de não reconhecimento entre criador e criatura. Sobre isso, assinala Marx (2004):

O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador (op. cit., p. 82).

Assim, o trabalho, em vez de fruição, torna-se obrigação, não satisfaz uma carência, mas outras necessidades que a ele não estão vinculadas. Trouxemos essa reflexão porque ao ressaltar o êxito assinalado pelo agronegócio canavieiro em Alagoas, Fernando Toledo não expõe as reais condições de trabalho as quais os cortadores de cana estão submetidos. As relações trabalhistas são sempre relações de exploração, e até os que não lidam com o corte de cana percebem que nesse ramo de atuação a relação desigual subordinante/subordinado é ainda mais desvelada.

Seguindo a lógica dominante, esse trabalho estranhado é o que gera a propriedade privada, o que possibilita o acúmulo de riquezas para os detentores de capital. Ao dizer que o plantio da cana gera emprego e dinamiza a economia, o presidente do parlamento estadual “esquece” de mencionar que essa atividade também afeta o meio ambiente, causando o empobrecimento do solo, e a saúde dos cortadores de cana, que ficam expostos à luz solar sem qualquer fator de proteção. Além disso, o agronegócio canavieiro enriquece latifundiários, pois assim como qualquer outro produto, o trabalhador também é mercadoria e se converte em lucro para os proprietários dos meios de produção.

Essas reflexões em torno do funcionamento do modelo capitalista de produção permitem compreender que o discurso do investimento no setor agrícola como forma de aumentar postos de trabalho é enfatizado para dinamizar a economia, não sendo observadas preocupações com os trabalhadores. O trabalho, aqui, é visto não como fruição humana, mas como condição de reprodutibilidade do capital. Assim, é na formação discursiva do mercado que o discurso do trabalho está inscrito, refletindo a formação ideológica capitalista que lhe é tangente. A expressão “voltar os olhos” provoca o efeito de sentido de investir, e, pela interpretação do enunciado, é investindo em outros campos ainda não explorados que o presidente da ALE visualiza possibilidade de desenvolvimento. Inferimos que se a preocupação está no crescimento econômico, e não no trabalhador – uma vez que criando-se mais postos de trabalho, mais sujeitos serão explorados –, esse diálogo com o social mostra-se arrefecido.

Diante dos enunciados expostos, nos quais a mesa diretora considera haver um diálogo bem-sucedido entre a instituição e a sociedade, percebemos que o público é colocado como

meio e não fim, meio que comumente é utilizado para atingir fins. Interessante notar que os veículos colocados como mediadores do diálogo com o público – jornal, site e TV – foram implantados na gestão do mesmo presidente: Antonio Albuquerque, um deputado que investiu maciçamente na comunicação e que provavelmente esperou retribuição desse investimento. Tal parlamentar mantém uma relação de afinidade com o ex-presidente Fernando Collor, o coronel midiático dono da maior rede de comunicação alagoana⁶⁶.

Pela consulta que realizamos no relatório do Ministério das Comunicações que atesta as concessões de emissoras de TV e rádio no Brasil, Albuquerque diretamente não possui veículo de comunicação registrado em seu nome, embora as rádios comunitárias de Limoeiro de Anadia, seu reduto eleitoral, sofram grande influência do político. Os veículos de comunicação da Assembleia Legislativa funcionam como espécies de concessões públicas para promoção privada de integrantes da ALE.

Atualmente, o *Jornal da Assembleia*, periódico administrado pela mesa diretora, não está mais sendo produzido. Segundo o coordenador de comunicação da ALE⁶⁷, tratou-se de uma decisão política da direção comandada por Fernando Toledo, que optou por não investir mais no periódico impresso. Coincidentemente, o responsável pela criação de uma política comunicacional na Assembleia Legislativa de Alagoas, deputado Antonio Albuquerque, também não comanda mais o Legislativo estadual. Além disso, os desdobramentos da Operação Taturana trouxeram mudanças significativas no quadro da política e na prática dos legisladores, apresentando consequências visíveis no campo da opinião pública, como a organização de um movimento pelo fim da corrupção e da criminalidade social, o MCCS, projetando a necessidade de rever a estratégia de comunicação adotada.

Ponderamos que o investimento em veículo impresso ofereça um retorno mais lento no que tange à melhoria da imagem dos deputados tão desgastada frente aos acontecimentos. Embora um canal televisivo demande mais despesas, a resposta é mais rápida, pois a imagem que ali aparece seduz, encanta, cria uma ilusão de perfeição aos olhos dos telespectadores. Nessa perspectiva de diálogo com a sociedade, o jornal é um elemento a menos na construção da imagem do ente público e na produção de sentidos advindos da esfera dominante. Entretanto, com ou sem ele, o diálogo da Assembleia Legislativa de Alagoas, via TV e site, continuará “uníssonos”, apesar de existirem várias vozes envolvidas, pois a voz que ressoa é a dos interesses particulares na contramão dos da coletividade.

⁶⁶ Como expomos no capítulo anterior, Fernando Collor é herdeiro do maior complexo comunicativo-empresarial de Alagoas. A Organização Arnon de Mello (OAM) possui sete veículos de comunicação, além de um instituto de pesquisa. Entre os veículos estão: jornal impresso, Tv, rádio e site.

⁶⁷ Ver nota n°. 36

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso do *Jornal da Assembleia (JA)*, periódico mensal produzido pela Assembleia Legislativa de Alagoas (ALE), foi nosso objeto de pesquisa estudado sob o aporte teórico-metodológico da Análise do Discurso (AD) pecheutiana, que procura confrontar língua, sujeito e ideologia para compreender os processos de produção dos sentidos. Após análise dos dizeres veiculados nesse material jornalístico, percebemos que a casa legislativa informa à sociedade a pauta que lhe convém relevante, silenciando informações detalhadas sobre fatos relativos à crise que envolveu deputados estaduais. Assim, ao afirmar algo, tenta apagar outros aspectos que também se fazem importantes para a compreensão dos efeitos de sentido do discurso.

Ao longo das análises, observamos que nosso objeto é permeado por silenciamentos, deslizamentos de sentido, contradições, relações de força e poder, o que é característico do próprio discurso em sua feição histórico-social. Para compreender como se efetivam esses mecanismos discursivos, fomos convocados a também compreender as condições em que os sentidos foram produzidos, pois as condições de produção se configuram como a gênese do discurso. No dizer de Courtine (2006, p. 64), o discurso mantém uma relação de correspondência entre o campo da linguagem e o que emerge da exterioridade, por isso é importante saber quem fala, “qual é o sujeito do discurso, como sua emergência pode ser caracterizada? Sobre o que o discurso fala, como se pode discernir a existência de temas distintos? Finalmente, quais são as condições de produção do discurso, mas também de sua compreensão e interpretação?”

Dessa forma, a compreensão dos efeitos de sentido passa pelo entendimento de que tais sentidos não se dão de maneira abstrata nem aleatória, mas sócio-historicamente. Disso decorre que para chegarmos a uma possível interpretação do discurso advindo do Poder Legislativo de Alagoas tivemos que observar não apenas as condições restritas nas quais ele foi produzido, mas também remontar às bases da formação social em que tal discurso foi formulado (condições amplas de produção do discurso).

O discurso é efeito de sentidos produzidos por sujeitos afetados pela língua e pela história. Como afirma Orlandi (2007a, p. 22), ele “não corresponde à noção de fala, pois não se trata de opô-lo à língua como sendo esta um sistema”. Ou seja, palavras, silêncio, imagens e gestos são discursos, que, impregnados de carga ideológica, resultam de práticas sócio-históricas organizadas por esses sujeitos. São essas práticas que constroem os sentidos, sentidos feitos por sujeitos e para sujeitos.

Por ser resultante das práticas sócio-históricas dos sujeitos, não há um sentido único e verdadeiro obtido através da interpretação. É Pêcheux (2007, p. 161) quem afirma que “uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria ‘próprio’, vinculado a sua literalidade”. Confirma Orlandi (2007a, p. 26): “não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender”. Por isso, imprimimos nosso gesto a partir do que os dispositivos teóricos e analíticos nos ofereceram, não excluindo outras possibilidades de interpretação. Nosso gesto de leitura das materialidades discursivas tentou seguir o movimento do discurso do *JA* em direção à compreensão dos efeitos de sentido produzidos no campo do legislativo estadual, a partir da mobilização de categorias como condições de produção, interdiscurso, formação discursiva e formação ideológica. Efeitos de evidência, contradições, silêncio e relações de força foram alguns dos sentidos presentes de maneira recorrente nas sequências discursivas analisadas.

Para chegarmos à compreensão dos efeitos de sentido possibilitados pelo discurso do *Jornal da Assembleia*, procuramos refletir sobre o delineamento teórico que envolve os estudos discursivos – através de teorizações desenvolvidas pela vertente pecheutiana da Análise do Discurso e das contribuições de Bakhtin –, bem como sobre os dispositivos analíticos de interpretação. Detivemo-nos sobre os fundamentos políticos que norteiam a organização social capitalista, concentrando o estudo na teoria do Estado a partir da abordagem marxista, assim como estudamos os processos comunicacionais numa perspectiva de crítica ao modelo dominante da historiografia oficial. Assim, munidos das reflexões teóricas que abarcam a teoria do discurso, da política e da comunicação numa perspectiva crítica, analisamos as sequências discursivas que extraímos do *corpus* da pesquisa.

No discurso do jornal da ALE, percebemos que os deputados dizem o que lhes convêm, calando quando o assunto põe a imagem deles em risco perante a opinião pública (silêncio constitutivo e local). E o *house-organ* (periódico) da Assembleia Legislativa de Alagoas, que em tese deveria funcionar como instrumento de divulgação das iniciativas do Legislativo estadual, assume a feição de porta-voz dos interesses e vaidades de parlamentares, muitas vezes silenciando informações de interesse público.

O silêncio está no discurso e a Análise do Discurso ocupa-se da compreensão dos efeitos de sentido possibilitados pelos dizeres carregados de silêncio. Constatamos que o conteúdo editorial do informativo da ALE, assim como todo discurso, é movido por *ditos* e *silenciados*, e o silêncio produz sentidos já que está imerso no dizer. Como salienta Orlandi (2007b, p. 69), “o silêncio não está apenas ‘entre’ as palavras. Ele as atravessa.

Acontecimento essencial da significação, ele é matéria significante por excelência”. Quando afirmamos que o discurso do jornal da Assembleia Legislativa é movido por *ditos* e *silenciados*, não quisemos propor uma separação entre o que é do domínio do dizer e o que está na esfera do silêncio, pois o silêncio é inseparável do dizer; quisemos trazer à discussão a compreensão desses aspectos discursivos teorizados pela autora.

Carregado de silêncio, o discurso do *Jornal da Assembleia* é um discurso político materializado numa publicação jornalística. Desse modo percebemos dois domínios de saber inter-relacionados: o campo da política parlamentar e a área do jornalismo, cada qual com funcionamentos específicos. A interlocução entre esses dois campos se refletiu num discurso marcadamente ideológico, com a força da ideologia dominante presente nas materialidades discursivas. Dominante porque é a Assembleia Legislativa um poder estatal cujas práticas correspondem aos interesses do sistema capitalista de produção, porque os produtos jornalísticos são fruto do aparelho ideológico de informação. A compreensão do *Jornal da Assembleia* como expressão de um dos aparelhos ideológicos foi feita com base nas teorizações de Althusser (1985).

Sendo a Assembleia Legislativa constitutiva do Estado capitalista, esse Estado se tornou uma verdadeira expressão do antagonismo entre classes, da dominação de um grupo sobre outro. Marx (1995; 1996; 2004) criticou o Estado capitalista, assim como Pêcheux (2007) tomou partido por um trabalho de crítica aos discursos dominantes produzidos nessa formação social. Se o jornal da ALE é uma expressão do aparelho ideológico de informação, os dizeres contidos nesse material vão reproduzir as relações de produção estabelecidas no capitalismo. Se o Poder Legislativo é regido pelos interesses dominantes, inferimos que também ele é poder de classe. Dissemos regido porque a Constituição é tida na atual sociabilidade como a Lei Maior que direciona as práticas dos legisladores.

É importante salientar que a concepção de Constituição tem raízes no pensamento liberal clássico, nas teorias contratualistas centradas no individualismo burguês, que enxergam o indivíduo como anterior à sociedade. Tal filosofia preconiza que os homens viviam num ambiente de desorganização social, sendo necessária uma instância de organização. O Estado, segundo o contratualismo, aparece então para organizar as relações sociais e com ele surgem as constituições, o conjunto de leis que deve ser seguido para que os homens não voltem ao estado pré-social. Porém, seguimos as reflexões marxistas, que veem na sociedade a base para compreensão do homem e dos conflitos que são inseparáveis da organização social. Essa abordagem histórica nos permitiu melhor compreender as

contradições inerentes ao modo de produção vigente, o qual é permeado por lutas incessantes entre as classes sociais.

Na prática, a Constituição com suas leis acaba por reproduzir uma condição em que, parafraseando Marx e Engels (1998), as decisões dominantes passam a ser as da classe dominante, pois as leis são elaboradas por um grupo que muitas vezes não representa os interesses da coletividade. Essa lei maior que rege a organização jurídico-política das nações não é nada mais que a forma bem-sucedida que os teóricos encontraram de justificar a dominação de classe. E por extensão de sentido, o Estado é um estado classista, em que lhe é permitido cometer arbitrariedades, uma vez que está amparado pela lei.

Nesse estado de coisas em que um grupo domina e outro é subordinado, surgem discursos do dominante e de dominados. Pêcheux (2009), no prefácio que escreveu para Courtine (*O estranho espelho da análise do discurso*) faz uma crítica (ou autocrítica) à prática da Análise do Discurso por, dentre outras razões, pretender-se solucionadora de questões que ainda são problemas para ela; apontando também para os analistas de discurso os riscos de serem “fisgados” pela própria materialidade discursiva, fazendo com que, sem que percebam, acabem por reproduzir ideias forjadas ideologicamente:

parece ser crucial afastar a ideia, tanto sedutora quanto falsa, de que as ideologias dominadas, por não serem o simples reflexo inverso da ideologia dominante, constituiriam espécies de germes independentes: elas nascem no lugar mesmo da dominação ideológica na forma dessas múltiplas falhas e resistências, cujo estudo discursivo concreto supõe abranger o efeito do real histórico que, no interdiscurso, funciona como causalidade heterogênea, e, ao mesmo tempo, o efeito do real sintático, que condiciona a estrutura internamente contraditória da sequência intradiscursiva (id., p. 26).

Esse texto de Pêcheux revela a necessidade de sempre pensarmos a heterogeneidade constituinte de todo discurso. Fazendo uma analogia com o discurso religioso⁶⁸, o filósofo menciona noutro fragmento do texto que a vontade política dos que circularam na base do antigo Partido Comunista Francês (PCF) transubstanciou-se em poder do grupo dirigente, tal qual a vontade popular se transubstancia em poder da classe dominante. Assim, podemos inferir que também algumas ações provenientes da classe dominada podem se converter em reforço para propagação de uma ideologia dominante.

Por isso, tivemos a preocupação de atentarmos para não cair nas “armadilhas da ideologia dominante”, pois muitas vezes o discurso assumiu a face de dominado, quando na

⁶⁸ “tomo a liberdade de retomar o termo Transubstanciação para designar este estranho processo pelo qual, assim como o pão e o vinho se transformam em corpo e em sangue de Cristo, a vontade popular se transubstancia em poder da classe dominante” (PÊCHEUX, 2009, p. 25).

verdade estava embutido de caráter dominante. Exemplo disso encontramos numa declaração do presidente da Assembleia Legislativa, que falava da necessidade de investir em outros segmentos da área rural como forma de gerar mais emprego e propiciar o desenvolvimento (SD33). Pela evidência ideológica, a fala do parlamentar denotou preocupação com a figura do trabalhador rural, com o crescimento das atividades agroindustriais. Embora visualizemos a possibilidade de que a preocupação exista, inferimos que o dizer silenciou o fato de que gerando mais emprego, geram-se também trabalho alienado e exploração das forças produtivas, e com isso multiplicam-se as formas de reprodução do sistema capitalista.

Para compreender outros sentidos produzidos pelo discurso político proveniente desse poder hegemônico, analisamos sequências discursivas contidas no *Jornal da Assembleia*, interligando-as a outros discursos, já que o interdiscurso é condição do discurso. Nesse diálogo com outros campos, notadamente o campo midiático, percebemos que os interesses mercadológicos se refletem na política editorial de cada jornal, e isso vem se reproduzindo desde os primórdios da imprensa. Sob o prisma econômico, a imprensa surgiu da necessidade premente de divulgar informações no âmbito do desenvolvimento do capital, ou seja, o capitalismo propiciou as condições necessárias para que o jornalismo periódico pudesse nascer e se desenvolver. Organizada como empresa desde seu nascimento, a imprensa mostrou estar marcada pelo desejo de auferir lucros. Tanto é notório que os primeiros jornais foram produzidos no sentido de divulgar as ações dos mercadores da época em ambientes propícios a sua distribuição: as cidades próximas às rotas comerciais européias.

Essa política de interesses continua acompanhando os veículos de comunicação, e pode ser visualizada na filtragem do que pode ou não ser publicado em dado jornal. Da interpretação das sequências discursivas constituintes de nosso *corpus* de pesquisa, percebemos que os enunciados publicados nos jornais diários alagoanos intentam representar a voz da sociedade, porém a voz que ressoa implicitamente é a voz dos grupos dominantes. Vimos que um fato pode ser interessante para um jornal, enquanto para outro não, considerando o retorno que ele possa oferecer. No caso da Operação Taturana, operação policial que investigou o desvio de cerca de 300 milhões dos cofres da Assembleia Legislativa, assistimos aos desdobramentos da investigação através dos veículos de comunicação, que deram às informações feição de espetáculo.

Enquanto a mídia divulgava de forma sensacionalista os resultados das investigações relativas à Operação Taturana, o *Jornal da Assembleia* adotou uma postura peculiar. Não foram muitos os espaços destinados ao assunto, mas quando eles apareceram, assumiram formas diferentes. Durante os dois anos (2007-2008) em que o *JA* foi publicado, encontramos

apenas dois textos focados nesse assunto, noutros espaços havia apenas menção ao fato, sem qualquer aprofundamento. Nesse período, quatro presidentes passaram pela ALE: Antonio Albuquerque, Gilvan Barros, Alberto Sextafeira e Fernando Toledo, sendo que Barros e Sextafeira assumiram interinamente.

Um dos textos foi escrito por Antonio Albuquerque, cujo discurso assumiu ares de demagogia. Colocando-se na condição de vítima, Albuquerque pedia para que o povo acreditasse nele, insinuava armação política para lhe prejudicar, dizia que no final de tudo a verdade iria prevalecer. O outro texto foi escrito por Fernando Toledo, que se colocava como figura responsável pela moralização da instituição, expressando-se como elemento externo à crise por não ter sido indiciado pela Polícia Federal, mesmo tendo integrado a ALE no momento em que os escândalos emergiram. Portando-se como o gestor “ficha limpa”, Toledo afirmou não ter compromissos com erros, que nada faz desabonar sua conduta, e apresentou-se como o ser capaz de restabelecer a normalidade no Legislativo.

Percebemos nesse discurso um diálogo conflituoso no qual os efeitos de sentido apontam para a relação entre o mesmo e o diferente, um jogo discursivo entre a paráfrase e a polissemia. O discurso em Albuquerque representa o mesmo, a “estabilização do sentido”, uma vez que se prende à reprodução de dizeres vindos de um lugar de crise, em que o sujeito enunciador responde com a voz “eu sou inocente” quando é alvo de qualquer acusação. Já em Toledo observamos o reconhecimento de que o problema existe, mas a voz enunciada é a da ruptura com o passado de escândalos, o novo, a do ente político que apareceu para resgatar a moralidade. Afirmando que vai ajudar o Poder a resgatar seu papel, o sujeito se coloca como uma espécie de herói, aquele que vai tirar a ALE da crise e salvar a imagem da instituição diante da opinião pública. Através desse diálogo de presidentes em relação à crise na ALE, percebemos que o viés da individualidade impera, pondo em evidência interesses particulares.

Quando se falou em Operação Taturana no jornal da ALE, um agente político se colocou como inocente e injustiçado; o outro quis demonstrar distanciamento diante da crise, como se a ele coubesse a tarefa de transformação do Poder. Lembrando a concepção de dialogismo em Bakhtin – o diálogo entre discursos no universo social – pelos dizeres inscritos no *Jornal da Assembleia*, mostrou-se relevante observar como os enunciados dialogavam entre si, seja pela contradição, ou através de relações parafrásticas e polissêmicas.

A maneira como o periódico do Poder Legislativo estadual foi gerido nos levou a perceber que, apesar da utilização da nomenclatura “Jornal da Assembleia” nas esferas sociais, a prática demonstrou que quem se “apossou” de fato do material jornalístico foi a mesa diretora, sendo o conteúdo editorial preenchido com informações concernentes ao

presidente da ocasião. Foi assim antes e durante a crise, com Antonio Albuquerque; passou um curto período nas mãos de Alberto Sextafeira; e, em seguida, assumiu Fernando Toledo. Gilvan Barros só não “apareceu” muito no jornal, por ter ficado pouco tempo na presidência da instituição. A instituição que mantém um canal “plural e democrático” (SD6; SD7; SD8; SD9) não democratiza os espaços do próprio jornal. Além disso, a TV que “democratiza a informação” não informa sobre os desdobramentos da Operação Taturana. Na seção de artigos destinados a deputados estaduais, por exemplo, só encontramos a palavra do presidente. Por esse e outros aspectos, consideramos o *Jornal da Assembleia* o jornal da mesa diretora.

Observamos também que no *JA* é recorrente a afirmação de que os parlamentares dialogam com a população. Porém, esse diálogo é assumido de maneira unilateral, pois o ente público não fala em nome da Assembleia Legislativa, mas de si próprio. E nesse dialogar emergem o viés individualista, os conflitos de vaidades e a política de interesses. Numa declaração do então presidente interino Alberto Sextafeira, materializada no jornal de abril de 2008, encontramos o sentido de diálogo deslocado para aquele que “mostra trabalho”, “que apresenta números”, numa demonstração de conflito com as forças políticas que lhe antecederam na direção da ALE. Isso pode ser percebido nas sequências: Presidente interino detalha números do poder **e dialoga** com a sociedade/ O debate agora é sobre a **verdade** dos números (capa)/ **Tomou a iniciativa** de marcar uma sessão pública para discutir as finanças do Parlamento/ Realidade financeira da Assembleia é **revelada**/Vamos debater em cima da **verdade dos números**/O Legislativo estadual vive um momento “ímpar na sua história”, ao **desnudar** as contas da casa/Vamos **esclarecer**, de uma vez por todas, a realidade dos números da Assembleia (*JA*, abr/08, p. 4).

Percebemos, pelos não-ditos, que Alberto Sextafeira faz uma crítica à gestão de Antonio Albuquerque, pois, conforme os dizeres, é Sextafeira quem toma a iniciativa, mostra números, revela a realidade financeira, esclarece as contas. Pela utilização dos verbos “revelar”, “esclarecer”, “desnudar”, fica compreensível a opacidade existente no discurso do *JA*, a contradição inerente ao próprio discurso. A mesma Assembleia que, na voz de um dirigente, diz ser transparente (SD12) na ação e divulgação de seus atos; na expressão de outro parlamentar, enfatiza a necessidade de esclarecer suas contas.

Consideramos a Operação Taturana como um acontecimento discursivo, porém esse acontecimento não se fez presente no discurso do *Jornal da Assembleia*, ele emergiu de outros discursos. Se o acontecimento é algo que provoca a ruptura, tal ruptura pôde ser compreendida a partir do embate entre os enunciados produzidos pelo Legislativo estadual e os advindos de outras esferas sociais. Enquanto o *JA* intentava estabilizar os sentidos,

sustentando que os deputados eram defensores da lei e fieis representantes do povo; os fatos históricos decorrentes da investigação policial mostraram que não há homogeneidade no discurso. Esse entrecruzamento contraditório do discurso “estabilizado” (do jornal da ALE) com discursos outros (dos movimentos sociais, da justiça, da polícia, da mídia) permitiu que novos sentidos fossem se configurando. Os dizeres oriundos da Operação Taturana romperam com os dizeres sustentados por parte dos legisladores, e essa ruptura pode ser entendida como o acontecimento de um discurso que é silenciado pelo *Jornal da Assembleia*.

Na crise que envolveu os parlamentares alagoanos, o funcionamento do discurso só veio atestar os sentidos de dominação da bancada estadual manifestados na tentativa de controle dos dizeres. A política do silêncio (corte do dizer) observada em parte do material pesquisado nos mostrou que os interesses dos parlamentares não raras vezes chocaram-se com os interesses sociais, numa demonstração da separação indivíduo-sociedade decorrente da ótica do individualismo burguês. O pensamento liberal, do qual a instituição legislativa é caudatária, é extremamente contraditório na medida em que pressupõe um tipo de ordenamento social – comum, coletivo, de igualdade, democracia e liberdade – que é negado pelas próprias práticas dos sujeitos. Se o direito à informação está consagrado na Constituição, os próprios legisladores negam esse direito ao público quando se utilizam de mecanismos de interdição dos dizeres. Dessa forma, fazendo uma analogia com o que disse Pêcheux (2009), transubstanciam em poder de grupos dominantes o voto popular que lhes foi conferido.

REFERÊNCIAS

- ALAGOAS lidera em índice de pobreza. Disponível em: <www.fgv.br/ibrecps/clippings/lc2053.pdf>. Acesso em: 26 set. 2009.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 1993.
- ARAÚJO, Vladimir Caleffi. **Imprensa e poder legislativo: uma análise das relações entre a assembleia legislativa gaúcha e a mídia local**. UNirevista, v. 1, nº. 3, julho de 2006.
- ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- ARTICULAÇÃO BRASILEIRA CONTRA A CORRUPÇÃO E A IMPUNIDADE. ABRACCI. Disponível em: <www.fichalimpa.org.br>. Acesso em: 12 set. 2010.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE ALAGOAS. Disponível em: <www.ale.al.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2009.
- AUTHIER-REVUZ, J. “Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: ORLANDI, E. P. & GERALDI, J. W. **Cadernos de estudos linguísticos**. Campinas, Unicamp – IEL, n. 19, jul/dez., 1990.
- BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética**. Trad. Aurora Bernadini *et al.* São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- _____. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2009.
- BARREIRA, César. **Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998.
- BAYMA, Israel Fernando de Carvalho. **A concentração da propriedade de meios de comunicação e o coronelismo eletrônico no Brasil**. Trabalho de Assessoria Técnica do Partido dos Trabalhadores, Brasília, 2001.
- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. Campinas, SP: Pontes, 1991.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- BRESH, Bertold. **O analfabeto político**. Disponível em: <<http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=42251&cat=Artigos&vinda=S>>. Acesso em: 10 jul. 2010.
- CAETANO, Antonio Filipe Pereira. Existe uma Alagoas colonial? Notas preliminares sobre os conceitos de uma conquista ultramarina. In: **Revista crítica histórica**, Ano 1, nº. 1, 2010.
- CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de O. Implícitos e silenciamentos como pistas ideológicas. In: **Revista Leitura**, nº. 23, Maceió: Imprensa Universitária, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. Público, privado, despotismo. In: NOVAIS, Adauto (org). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- _____. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

- CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião**: o novo jogo político. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.
- COÊLHO, Omar. A sapucaia e os taturanas. In: **O Jornal**. Maceió, 23 de março de 2008.
- CONGRESSO EM FOCO. Disponível em: <www.congressoemfoco.uol.com.br>. Acesso em: 12 set. 2010.
- CONSTITUIÇÃO DO ESTADO de Alagoas. Maceió, 05 de outubro de 1989. Documento digitalizado. 103 páginas.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA Federativa do Brasil de 1988. Documento digitalizado. 141 páginas. *Online*, acessada em agosto de 2008.
- CORTEN, André. **Discurso e representação do político**. In: Os múltiplos territórios da Análise do Discurso. INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (organizadoras). Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 1999.
- COURTINE, Jean-Jacques. Definition d'Orientations théoriques et méthodologiques em analyse du discours. In: **Philosophiques**, vol. IX, n.2, Paris, France, 1984.
- _____. **Metamorfoses do discurso político**: as derivas da fala pública. Trad. Nilton Milaneze e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.
- _____. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- CUEVA, Agustín. A concepção marxista das classes sociais. In: **Revista Debate e Crítica**, nº. 3, São Paulo: Hucitec/Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia, Julho de 1974.
- DAVALON, J. A imagem, uma arte de memória? In: **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, 2007.
- DECISÃO JUDICIAL. **Ação cautelar nº. 001.08.051673-5**. Maceió, 12 fev. 2008.
- DICIONÁRIO Michaelis-UOL. São Paulo, Amigo Mouse Software Ltda, CD-ROM.
- DIMENSÃO, EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DA POBREZA POR REGIÃO E POR ESTADO NO BRASIL. Comunicados do IPEA, nº. 58. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100713_comunicado58.pdf>. Acesso em 20 jul. 2010.
- DOSSE, François. **História do estruturalismo**: o campo do signo. Trad. Álvaro Cabral. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.
- DUBOIS, Jean; GIACOMO, Mathée; GUESPIN, Louis; MARCELLESI, Christiane; MARCELLESI, Jean-Baptiste; MEVEL, Jean-Pierre: **Dicionário de Lingüística**. Trad. Izidoro Blikstein. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.
- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.
- ELLES voltaram. In: *Isto é Independente - Brasil*, edição 1715, de 09 de agosto de 2002.
- ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: **A dialética do trabalho**. Ricardo Antunes (org.). São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- ENTIDADES pedem cassação do mandato de deputados afastados. **O Jornal**, Maceió, 23 de dezembro de 2008, p. A3.
- ERBOLATO, Mário. **Técnicas de codificação em jornalismo**. São Paulo: Ática, 2006.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e diálogo**: as ideias lingüísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar**: o minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2000.

FIDÉLIS, Guido. **Jornalismo**: a grande arma da liberdade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986.

FLORES, Valdir. Elementos de análise do discurso para uma epistemologia da linguística. In: **Letras de hoje**. Porto Alegre, v. 32, nº. 1, p. 41-59, março 1997.

FLORÊNCIO, Ana et al. **Análise do Discurso**: Fundamentos e prática. Maceió: Edufal, 2009.

FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO. FNDC. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/arquivos/donosdamidia.htm>>. Acesso: em 05 ago. 2010.

GAIA, Rossana Viana. **O discurso na imprensa alagoana nas eleições de 2002**: entre o governo e o patrão. Maceió, 2005, 275 f. Tese (Doutorado em Linguística pela UFAL)

_____. A solidão collorida em três atos: o retorno de um político à cena. In: **Leitura**: revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFAL, nº. 30 (jul/dez. de 2002). Maceió: Imprensa Universitária, 2002.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Trad. Dario Canali. Porto Alegre: L&PM, 1998.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). Trad. Bethania Mariani *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

INDURSKY, Freda. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In: INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo. (Org.). **Discurso, memória e identidade**. Porto Alegre: Luzzato, 2000.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2001.

JURANVILLE, Alain. **Lacan e a Filosofia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

KOPPLIN, Elisa e FERRARETO, Luiz Artur. **Assessoria de Imprensa**: teoria e prática. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 2001.

LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: **Escritos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998 [1964].

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

LOPES, Boanerges. **O que é assessoria de imprensa**. Col. Primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 2003.

- LUCCHESI, Dante. **Sistema, mudança e linguagem**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e a da atividade do homem. In: **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.
- _____. **O Trabalho**. Trad. Ivo Tonet. Maceió: 1997. (mimeo).
- LUNA, Pinto de. **Taturana vira borboleta?** Disponível em: <<http://assazatroz.blogspot.com/2009/12/taturana-vira-borboleta.html>>. Acesso em: 12 mai. 2009.
- MAGALHÃES, Belmira. **A constituição do sujeito**: real da história e do inconsciente. (no prelo).
- MALDIDIER, Denise et al. Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. In: **Gestos de Leitura**. Eni Orlandi (Org.). Campinas: Editora Unicamp, 1994.
- MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: **Gestos de leitura**: da história no discurso. Trad. Mônica Graciela Zoppi Fontana. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- _____. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.
- MAPA DA VIOLÊNCIA 2010: Anatomia dos homicídios no Brasil. Disponível em: <<http://www.institutosangari.org.br/mapadaviolencia/>>. Acesso em: 20 set. 2010.
- MAQUIAVEL. **O Príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- MARCHEZAN, Renata C. Diálogo. In: **Bakhtin**: outros conceitos chave. (Org. Beth Brait). São Paulo, Contexto, 2008.
- MASSHALL, Leandro. **O jornalismo na era da publicidade**. São Paulo: Sumus, 2003.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. **Manifesto do partido comunista**. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- MARX, Karl. Marx a Joseph Weydemeyer. In: MARX e ENGELS. **Cartas filosóficas e outros escritos**. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- _____. **Glosas críticas ao artigo “o rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano”**. Práxis, Projeto Joaquim de Oliveira, nº. 5, 1995.
- _____. **Para a crítica da economia política**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MENDONÇA, Ana Maria Ávila. **Estado e direitos sociais no Brasil**: entre a modernidade e o retrocesso. Maceió: Edufal, 2009.
- MONTESQUIEU. **Do espírito das leis**. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- MONTES, Maria Lúcia e QUIRINO, Célia Galvão. **Constituições**. São Paulo: Ática, 1992.
- MOVIMENTO cobra cassação de deputados indiciados na Taturana. **Tribuna Independente**, Maceió, 23 de dezembro de 2008, p. 3.

- MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: BENTES, A.C.; MUSSALIM, F. (Org). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. v.2. São Paulo: Cortez, 2006.
- NEUMAN, Elisabeth. **La Espiral del Silencio**. Opinión Publica: nuestra peil social. Paidós, Barcelona, 1995.
- NOVAES, Washington. **A quem pertence a informação?** Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- NUNES, Mário Ritter. **O estilo na comunicação**. Rio de Janeiro: Agir, 1973.
- OAB faz nova cobrança ao MP para afastar deputados indiciados. **O Jornal**, Maceió, 14 de janeiro de 2009, p. A3.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **A leitura e os leitores**. Campinas: Pontes, 1998.
- _____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- _____. **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade**. Campinas, SP: Pontes, 2006.
- _____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2007a.
- _____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6º ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007b.
- _____. Silêncio e implícito (produzindo a monofonia). In: **História e sentido na linguagem**. GUIMARÃES, Eduardo (org.) Campinas: Editora RG, 2008.
- PÊCHEUX, M. e FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. J. Romualdo. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, M. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Jonas de A. Romualdo. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- _____. Análise automática do discurso (AAD69). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Jonas de A. Romualdo. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- _____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. E. Orlandi *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- _____. **Estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Orlandi. Campinas, Pontes, 2008.
- _____. O estranho espelho da análise do discurso. In: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- PENA, Felipe. **Teorias da comunicação**. São Paulo: Contexto, 2000.
- RABAÇA, Carlos Alberto e BARBOSA, Gustavo G. **Dicionário de comunicação**. São Paulo: Ática, 1987.
- ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. (Org. Charles Bally e Albert Sechehaye). São Paulo: Editora Cultrix, 1995.

SERVIDORES em greve da Assembléia-AL impedem sessão. **A Tarde On Line**. Disponível em <http://www.atarde.com.br>. Acesso em: 17 de jun. 2009.

SERVIDORES da ALE fecham prédio e impedem sessão. **Alagoas 24 Horas**. Disponível em <http://www.alagoas24horascom.br>. Acesso em: 15 de jun. 2009.

SILVA-SOBRINHO, Helson Flávio da. **Discurso, velhice e classes sociais**: a dinâmica contraditória do dizer agitando as filiações de sentidos na processualidade histórica. Maceió: Edufal, 2007.

_____. Os andaimes suspensos do discurso nos alicerces do real. In: **O discurso na contemporaneidade**: materialidades e fronteiras. INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange (orgs.). São Carlos: Claraluz, 2009.

SILVA, Vera Regina Martins e. AD de todas as épocas. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M.C.L. (Org). **Michel Pêcheux e a análise do discurso**: uma relação de nunca acabar. 2ª ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

SOUZA, Rainer. **Demagogia**. Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com.br/politica/demagogia.htm>. Acesso em: 13 set. 2010.

STF devolve mandato a sete deputados em Alagoas. G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1228304-5601,00.html>. Acesso em: 12 ago. 2010.

TONET, Ivo. **Democracia ou liberdade?** Maceió: Edufal, 2004.

VASCONCELOS, Ruth. **O poder e a cultura de violência em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2005.

ZANDWAIS, Ana. **Perspectivas da análise do discurso fundada por Michel Pêcheux na França**: uma retomada de percurso. Santa Maria: UFSM, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2009.

ANEXOS

JORNAL DA ASSEMBLEIA (manchetes, títulos e subtítulos das matérias publicadas nas 16 edições)

Jornal MAR/07

CAPA

Deputados aprovam projeto da Justiça e ajudam a combater crime organizado

A posição do líder da maioria na defesa do governo e as idéias do representante da minoria

A trajetória política dos 27 deputados estaduais que compõem a 16ª legislatura

Entenda como funciona o trabalho do Legislativo que acontece fora do plenário

Nova Mesa Diretora recebe prédio-sede sucateado e cria grupo de trabalho para recuperar patrimônio histórico

Bancada feminina defende melhoria da Santa Mônica

PÁG. 2

Transparência e Informação

A Nova Assembléia Legislativa

PÁG. 3

Legislatura começa em clima de harmonia: Nova Mesa anuncia compromissos e Teotonio Vilela apresenta plano de trabalho

Carta de Princípios define linha de ação

PÁG. 4

Quem é quem no plenário

PÁG. 5

Parlamento começa com nova dinâmica: Em ritmo de urgência, Assembléia cria Vara Criminal e debate questões ligadas à Segurança e à Educação

O papel do Legislativo na vida do cidadão

PÁG. 6-7

Reforma moderniza funcionamento e preserva prédio histórico

Grupo de Trabalho começa a elaborar projeto para recuperação da sede do Legislativo

Retrato do caos: a herança recebida em fevereiro pela nova mesa

Associação Comercial, antiga parceira da ALE

Conheça a história

PÁG. 8

O trabalho que se revela fora do plenário: Saiba quem são os membros e como funcionam as Comissões Permanentes do Legislativo

PÁG. 9

Líder governista aposta na superação da crise

Bancada da minoria vai cobrar compromissos

PÁG. 10

Bancada feminina marca presença na ALE: Nas comemorações do Dia Internacional da Mulher, deputadas visitam Maternidade Santa Mônica

Luta da mulher é histórica

Lily Lages, primeira deputada

PÁG. 11

“Bancada sangue novo”: Estreantes representam quase a metade da nova composição e querem dinamizar atuação

Veteranos vêem diversidade etária de forma positiva

PÁG. 12

Um homem de confiança: Pedro Temóteo transita fácil pelo parlamento, fazendo da lealdade seu instrumento de trabalho

Jornal ABR/07

CAPA

Mesa divulga lista de servidores e acaba com mistério de uma década

Parlamentares ajudam o governo a economizar

Maioria dos deputados é contra e quer revitalização

Ao completar 168 anos do nascimento de Tavares Bastos, a lembrança do jovem que tem história no combate às injustiças

Segurança e investimentos em agricultura dominam as preocupações dos oito deputados do Agreste

Assembleia reúne a mídia, lança seu site oficial e implanta uma política de comunicação com a sociedade. Compromisso firmado na Carta de Princípios, Ouvidoria Parlamentar vai ser implantada como novo espaço do cidadão

PÁG. 2

Ação do Parlamento no trimestre

Mais sintonia dos deputados com a sociedade

PÁG. 3

Fim do mistério de uma década: Mesa Diretora age com transparência e divulga lista de ativos, inativos e comissionados

Medidas moralizadoras repercutem na imprensa

PÁG. 4

Assembléia ajuda governo a economizar: Com aprovação da lei delegada, reforma administrativa acontecerá com mais agilidade

Amélio quer identificação de motoqueiro no capacete

Deputado faz estudo sobre pagamento de precatórios

PÁG. 5

Lançamento do site oficial reúne a mídia: Parlamento alagoano entra na rede mundial e dinamiza a produção de informação de interesse público

PÁG. 6-7

Transposição do São Francisco: a Assembléia vota contra: Maioria dos deputados é contra a obra e defende a revitalização do rio

PÁG. 8

Tavares Bastos, o patrono da Assembléia: Deputado, jornalista e advogado foi considerado um dos precursores do federalismo

PÁG. 9

Deputados apreciam vetos e limpam a pauta: Plenário decide destino de pedvistas, dos duodécimos e de emendas parlamentares

Flávia quer diminuir demanda de gestantes na Santa Mônica

Projeto de deputado garante acesso às contas do governo

Cláudia pede mais segurança para a região de Mata Grande

PÁG. 10

O que pensam os deputados do Agreste: Violência e investimentos na agricultura são as principais preocupações dos parlamentares

PÁG. 11

De líder do governo a oposição

Palmeira quer criar Comissão de Meio Ambiente

Paulão defende debate com Sá Rocha em plenário

PÁG. 12

Helga Mello luta para preservar história da ALE: Funcionária trabalha com dedicação e entusiasmo na organização do Departamento de Anais

Jornal MAI/07

CAPA

Vai começar a reforma: Projeto de restauração do prédio-sede é apresentado em plenário

Maioria parlamentar defende sistema presidencialista

Portas abertas para debater e ouvir o clamor do cidadão

André Papini, um comunista com voz e voto na Assembléia

Mesa desconta de faltosos e repassa à Apala o recurso

Há cem anos, o Legislativo autorizou corte de gastos

PÁG. 2

O Parlamento e a visão divergente

Debate e prestação de serviço

PÁG. 3

Assembléia abre as portas para ouvir a sociedade: Sessões especiais debatem temas de interesse público e aproximam o Parlamento da população

PÁG. 4

Parlamento alagoano é presidencialista: Maioria dos deputados é contra o parlamentarismo e apóia a manutenção do atual

PÁG. 5

Brasil já viveu regime parlamentarista: País experimentou o sistema de governo na Monarquia e na República

Deputada luta por melhoria do ensino público no Sertão

Sextafeira defende usuários de água, luz e gás natural

PÁG. 6

Deputados conhecem projeto de reforma do Palácio Tavares Bastos: Para garantir transparência, Albuquerque amplia comissão que coordena a obra

PÁG. 7

Arquiteto diz que ganho de espaço foi o maior desafio: Projeto de Mário Aloísio criará painel com figuras da literatura de cordel em torno do prédio anexo

Prédio histórico será preservado

PÁG. 8

Ferreira defende criação de fundo para segurança: Deputado destaca redução do duodécimo da ALE como uma contribuição ao desenvolvimento

PÁG. 9

A vida política alagoana em 1907: Há cem anos, o Legislativo também autorizou o governo a cortar gastos

Pela imprensa da época, a resenha dos despachos oficiais

PÁG. 10

No centro do poder, jornalista dá seu testemunho: Ex-secretário de Comunicação do Estado conta sua história sobre o dia da renúncia de Suruagy

Projeto de Palmeira veta licitações em fim de governo

Para Gilvan, crime impede crescimento da economia

PÁG. 11

Papini, um comunista com voz e voto: Deputado e bancada comunista tiveram atuação marcante no Parlamento

Sérgio quer solução para o problema da violência

Edival Gaia defende troca de tubos de água e Palmeira dos índios

PÁG. 12

Taquigrafia: escrevendo a história do Parlamento: Tereza Leão, chefe do setor na ALE, destaca o trabalho e aponta os desafios dos profissionais da área

Escrita anterior ao cristianismo

Jornal JUN/07

CAPA

Mandato pertence ao candidato eleito

Linha direta com todos os deputados: Pesquisa interna revela a tendência dos deputados diante da reforma política

Transposição e aterro sanitário agitam sessões

Falta de abastecimento e violência são os grandes problemas da região

Pela visão do plenário, os fatos no exato momento do tiroteio

Deputadas dizem não ao aborto e querem a conscientização da jovem

Mesa continua atuando na mediação de conflitos

Festas juninas e o resgate das tradições populares

PÁG. 2

A bancada da revitalização

Tempo de lançar uma linha direta com a sociedade

PÁG. 3

A histórica crise de 17 de julho vista do plenário: Dez anos depois, deputados relatam a tensão vivida no momento em que ocorreu o tiroteio

PÁG. 4

Parlamento é contra obra no “Velho Chico” e cobra a revitalização do rio

Sessão pública debate transposição e deputados entregam manifesto a ministro

PÁG. 5

Plenário discute implantação do aterro sanitário: Sessão pública reuniu no plenário especialistas no assunto e representantes da sociedade

Comissão inicia trabalho de levantamento patrimonial

ALE cria comenda para ações em defesa do meio ambiente

PÁG. 6-7

Mandato deve pertencer ao candidato eleito, segundo Assembléia

PÁG. 8

Bancada feminina é contra a legalização do aborto: Parlamentares defendem um maior investimento na educação sexual para os jovens

PÁG. 9

Festas Juninas - A alegria do Nordeste: Época é vista como período de resgate das tradições populares

Comidas típicas e simpatias

Luiz Gonzaga levou a música nordestina para o Brasil

PÁG. 10

Nezinho quer popularizar ações da CCJ: Presidente da Comissão anuncia lançamento de site e cartilha

Gaia pede reativação de subdelegacia em Canafístula

Marcos Barbosa volta a cobrar respostas da Defesa Social

PÁG. 11

Bancada sertaneja elege prioridades para a região: Com 26 municípios, região sofre com a falta de abastecimento de água e com o aumento da violência

PÁG. 12

Com a pauta na cabeça e a alma no coração Jornalista Sinval Ribeiro, aposentado desde 1997, continua datilografando a história do Parlamento

Jornal AGO/07CAPA

Comissão investiga dívida de Alagoas. Estado vai transferir este ano para Brasília quase meio bilhão de reais

Tiroteio marca história política

Alagoas ganha conselho de combate à discriminação

Ex-governadores destacam a vivência no Parlamento

Reforma do prédio gera 140 postos de trabalho

Presidente visita Adefal e leva apoio à entidade

Bancada anuncia prioridades para a região de Maceió

PÁG. 2

Defendendo Alagoas

Canal de televisão plural

PÁG. 3

Reforma da Assembleia gera 10 postos de trabalho. Primeira parte dos trabalhos e restauração da cobertura do prédio histórico já estão concluídas

Sérgio Toledo alerta para casos de violência no Vale do Paraíba

Flávia quer realizar campanha para divulgar Lei Maria da Penha

PÁG. 4

Comissão examina a dívida do Estado. Presidido por Marcos Ferreira, grupo tem 60 dias para entregar o relatório

Promulgada lei que cria órgão de combate à discriminação

PÁG. 5

Tiroteio marca a história política de Alagoas

PÁG. 6

“Se me impedirem, mando prender o vice”. Muniz Falcão apelou para que deputados governistas não comparecessem a sessão

Processo iniciou-se com denúncia de Oseas Cardoso

PÁG. 7

Jornalista Rubens Jambo revela quem matou Mendes. “Essa cena sangrenta só vou esquecer quando morrer. O assassino foi Virgílio Barbosa”.

Sampaio, memória viva do plenário

PÁG. 8

Parlamentares aprovam governo Lula. Deputados apontam as obras que o governo federal deve priorizar no Estado

PÁG. 9

Continuação da matéria da página 8

PÁG. 10

Bancada metropolitana estabelece prioridades. Saneamento básico e segurança estão na agenda dos deputados da região de Maceió

PÁG. 11

Legislativo, “escola” para o Executivo. Ex-governadores contam como a vivência dentro do Parlamento os ajudou no comando do Estado.

PÁG. 12

Fazendo história de bandeja na mão. Servindo cafezinho e água gelada, “seu” Manoel circula até hoje pelos bastidores da política alagoana

Jornal SET/07

CAPA

Legislativo lança seu canal de TV e democratiza a informação

CPI vai investigar comércio de combustíveis: Deputados pretendem apurar denúncias de possível adulteração e cartelização de preço

Presidente recebe servidores da Saúde em greve no Estado

Assembléia cassou mandatos e apoiou golpe militar de 64

Figuras de cordel compõem painel artístico da fachada

Maioria dos deputados aprova fim da reeleição no Executivo

PÁG. 2

A raiz do nosso problema

Setembro, mês de conquista histórica

PÁG. 3

CPI começa a investigar o comércio de combustíveis: Deputados têm 120 dias para apurar denúncias de possíveis irregularidades

PÁG. 4

Plenário vota cerca de 30 pedidos de créditos especiais: Parlamentares fecham setembro com intensa agenda de deliberação de proposições legislativas

Toledo cria lei que beneficia pequeno produtor rural

Marcos quer proibir uso de celular nas agências bancárias

Edival Gaia destaca investimentos em Palmeira dos Índios

PÁG. 5

Painel artístico dará mais beleza à sede do Legislativo: Placas de alumínio com figuras da literatura de cordel serão fixadas na fachada do prédio anexo

ALE e Prefeitura firmam acordo para revitalizar praça D. Pedro II

PÁG. 6- 7

Legislativo inaugura seu canal de televisão e democratiza a informação: TV Assembléia estréia no dia em que Alagoas comemora 190 anos de emancipação política. Café da manhã reúne diversas autoridades e marca o início das transmissões

PÁG. 8

Deputados são contra reeleição para cargos no Executivo: Para 16 dos 27 parlamentares alagoanos, o desempenho no segundo mandato “é pior” que o primeiro

PÁG. 9

Parlamentares visitam obras do Canal do Sertão

Vara de Combate à Violência contra a Mulher

PÁG. 10

De Norte a Sul, a busca por mais infra-estrutura: Deputados das bancadas litorânea e do Vale do Paraíba apresentam suas preocupações

PÁG. 11

Assembléia apoiou Golpe Militar de 1964: Parlamento alagoano cassou mandato de deputado e não homologou vitória de Muniz para o governo

Parlamento impediu Muniz de assumir o governo do Estado

Direto da caserna, uma prova da intervenção militar no Poder

PÁG. 12

Receita do sucesso é gostar do que se faz: Taquígrafa Ana Lúcia gerencia programa que atende a 200 crianças e ganha destaque nacional

Jornal OUT/07CAPA

Servidores em clima de esperança: No dia da festa do funcionário, Mesa Diretora reafirma o plano de cargos e salários

Imprensa destaca ação que se revela fora do plenário

Albuquerque defende mais estrutura para os bombeiros

Autoridades ouvidas revelam suspeita de combinação de preços e sonegação fiscal

Violência, água para o Sertão e salário do servidor já estavam na ordem do dia há três décadas

Prorrogação do “imposto do Cheque” racha parlamentares e cria debate sobre a CPMF

PÁG. 2

Cresce a atividade parlamentar

Sem demissão nem radicalização

PÁG. 3

Parque Quilombo dos Palmares resgata luta de Zumbi: Memorial será o primeiro complexo arquitetônico de inspiração africana da América

Nelito quer melhorias para a rodovia que serve à União

Toledo pede ao Estado criação de banco de sêmen bovino

Rui quer obrigar notificação de maus tratos contra crianças

PÁG. 4

CPI dos Combustíveis toma os primeiros depoimentos: Autoridades ouvidas pela Comissão revelam suspeita de cartelização e alto índice de sonegação

PÁG. 5

Imprensa alagoana destaca produção legislativa: Principais jornais do Estado divulgam atividades parlamentares no mês de outubro

Trabalho parlamentar também se revela fora do plenário

PÁG. 6-7

Prorrogação do “imposto do cheque” divide a opinião dos deputados: Maioria dos parlamentares só apóia a manutenção do tributo se ocorrer a aplicação efetiva dos recursos arrecadados

PÁG. 8

“PCS dará auto-estima aos funcionários”: Malta fala em parceria com a Mesa Diretora e prega avanços para servidores

Deputados debatem utilização da água do Canal do Sertão

Gaia: Intervenção não resolverá problema na segurança

PÁG. 9

Reforma da Assembléia entra na sua reta final: Cerca de 80% das obras já estão concluídas; prédio será entregue até 30 de dezembro

PÁG. 10

Uma agenda que teima em não se aposentar no Estado: Violência, adutora do Sertão e salário do servidor estavam na ordem do dia há 30 anos

Deputado azulino pede afastamento de juiz da CBD

PÁG. 11

Veia política num coração de poeta: Jorge de Lima exerceu mandato de deputado estadual por duas legislaturas

Casa onde morou Jorge de Lima está sendo restaurada

PÁG. 12

Ajudar o próximo eleva o espírito: Ascensorista e funcionário da direção geral fazem trabalho voluntário ajudando idosos

Jornal NOV/07

CAPA

Sessão debate o preço da cana: Fornecedores lotam o Legislativo e discutem mecanismo para evitar desemprego no segmento canavieiro

Rosa e Cícero Amélio são os novos conselheiros do TC

Presidente recebe peritos, que lutam por reajuste salarial

Deputados visitam obras do Sistema Pratagy

Orçamento de R\$ 4,9 bi chega à Assembléia

José Medeiros: futuro só com educação

PÁG. 2

Em ritmo de trabalho

TV legislativa fomenta novas oportunidades

PÁG. 3

Parlamentares dizem sim aos créditos especiais: Reforço no orçamento para DER, Uneal e Secretaria da Agricultura soma R\$ 23,3 milhões

PÁG. 4

Assembléia aprova reajuste salarial dos médicos: Acordo entre deputados fez com que matéria fosse votada no mesmo dia em que deu entrada na Casa

Nezinho quer transferir créditos de milhagens para o Estado

Em discurso, Gilvan saúda profissionais do rádio alagoano

PÁG. 5

Deputados visitam obras do Sistema Pratagy: Dudu Albuquerque e Sérgio Toledo querem que conclusão da obra seja tratada como prioridade

PÁG. 6-7

Parlamento alagoano é favorável à redução da maioria penal: Para os que defendem a inteira a responsabilidade aos 16 anos, o jovem de hoje possui maior nível de esclarecimento e, portanto, precisa assumir novos deveres na sociedade

A maioria da consciência

A obsessão punitiva sobre a juventude

PÁG. 8

Corpo de Bombeiros atende pleito de Cláudia Brandão

Barbosa requer obras nos conjuntos Virgem dos Pobres I e II

Adalberon Cavalcante recebe homenagem da Assembléia

PÁG. 9

Para ex-deputado, só educação gera o desenvolvimento: José Medeiros fala de sua passagem pela Assembléia e de sua atuação como deputado constituinte

PÁG. 10

Conjuntura política do início da República ainda é atual: Nepotismo, discussão sobre o Orçamento e mudanças de posição no quadro político

Polêmica na criação da bandeira

PÁG. 11

Assembléia recebe Orçamento e Plano Plurianual

PÁG. 12

A força da fé no trabalho de evangelização: Mensagens religiosas do Grupo de Oração Divina Misericórdia fazem reflexão sobre a vida

Jornal DEZ/07

CAPA

Ano legislativo de turbulências e mudanças: TV Assembléia, redução do duodécimo, investigação federal e votação de cerca de 500 matérias sinalizam o trabalho no Parlamento

Orçamento 2008

Sessão Pública

Executivo perde prazo e Legislativo promulga lei que defende a mulher

Presidente responde a acusações e apresenta sua defesa

PÁG.2

Em defesa da minha honra

PÁG.3

Parlamento discute e aprova orçamento para 2008: Alagoas, com R\$ 4,9 bilhões, tem uma das menores previsões orçamentárias do país

Secretários prestam esclarecimentos

PÁG. 4

Mesa resolve passar a folha de pagamento a limpo: Antonio Albuquerque pede auditoria ao TCU com acompanhamento da OAB e do Ministério Público

Medidas moralizadoras

PÁG. 5

Reunião com líderes da sociedade

Albuquerque quer liberação da senha do Siafem

PÁG. 6-7

Ano de turbulências e mudanças: Os principais fatos em retrospectiva

PÁG. 8

Na virada do século XIX, o panorama político de Alagoas: Bancada histórica do parlamento alagoano foi a primeira eleita após a Proclamação da República

PÁG. 9

Frente Parlamentar quer melhorar estrutura da Uneal: Deputados viajaram para Arapiraca e Palmeira dos Índios e conheceram campi da universidade

PÁG. 10

Sessão expõe posição contrária ao aborto: Debate não contou com a presença de expressões favoráveis à prática

PÁG. 11

Jota Duarte prega união política em defesa de Alagoas: Aproximação entre Parlamento e população é essencial, afirma ex-deputado

PÁG. 12

Natal revela a força e a beleza dos folguedos: Grupos de Pastoril, Chegança, Guerreiro e Reisado mostram a resistência da cultura popular

Jornal ABR/08

CAPA

Liberação da senha do Siafem abre contas do Estado para fiscalização: Legislativo poderá agora acompanhar a movimentação financeira de todos os órgãos públicos

Presidente interino detalha números do Poder e dialoga com a sociedade

Casa cria Comissão para elaborar o PCC dos servidores do Legislativo

Programa Alagoas Arte e Cultura, da TV Assembléia, ganha prêmio Espia 2007

PÁG. 2

Continuidade das ações

A crise e o Poder Legislativo que pretendemos

PÁG. 3

PCC será elaborado por Comissão Especial: Após 14 anos de luta, servidores irão participar da elaboração do documento

Sessão debate situação da saúde pública no Estado

PÁG. 4

Realidade financeira da Assembléia é revelada: Sextafeira faz exposição de números e convoca sessão pública para debater o duodécimo

Sindicatos entregam a deputados carta contra o fim da Secom

PÁG. 5

CPI dos Combustíveis encerra fase de depoimentos: Apresentação do relatório com as recomendações da Comissão deverá acontecer no dia 25 de abril

Para Jota, vender o voto é negociar a dignidade

Rodovia AL-220 é recuperada após solicitação de Cathia Lisboa Freitas

PÁG. 6

Parlamento edita medidas para sanar irregularidades: Adoao do teto constitucional e fim das anuências estão entre as aoes publicadas no Diário Oficial

Medidas da Mesa Diretora

PÁG. 7

Senha do Siafem será fornecida aos parlamentares: Assembléia poderá agora fiscalizar com maior efetividade a aplicaao dos recursos públicos

Nada a esconder

PÁG. 8

Baixo São Francisco ganha representante na Casa: Ex-prefeito de São Braz, Carlos Cavalcante defende maiores investimentos no combate à febre aftosa

PÁG. 9

Andamento da obra cumpre normas técnicas: Reforma do prédio histórico e dos novos anexos está entrando na fase de acabamento

Adefal verifica acessibilidade para pessoas com deficiência

PÁG. 10

Participaao feminina na política tem avançado: Número de mulheres nos parlamentos aumentou, mas a violência contra elas ainda persiste

Em Alagoas, apenas 11 mulheres já foram eleitas deputadas

PÁG. 11

Assassinato de Robson Mendes completa 41anos: Deputado estadual cassado foi morto por Zé Gago e Zé Crispim, seus próprios seguranças

PÁG. 12

Arte e cultura alagoana na tela da TV Assembléia: Comandado por Paulo Poeta, programa Alagoas Arte e Cultura valoriza a produção artística

Jornal MAI/08

CAPA

CPI chega ao fim, propõe projetos e recomenda mais ação do Estado

Agenda legislativa

No relatório, uma grave constatação: perde-se, por baixo, R\$ 13 milhões ao ano com sonegação

Com aditivo, reforma do prédio-sede deve ser concluída no mês de agosto

Novos membros da Mesa Diretora investem na retomada dos trabalhos

Mai registra a votação de mais de 50 matérias

Meio Ambiente ganha Comissão no Legislativo

Há 40 anos, o AI-5 cassou quatro deputados

PÁG. 2

Meio Ambiente vira comissão

Agenda positiva

PÁG. 3

Fernando Toledo assume presidência e destrava pauta: Deputado afirma que irá trabalhar para que o Legislativo volte a sua dinâmica normal de trabalho

PÁG. 4

Plénario elege novos membros para a Mesa: Novo comando da Casa tem como principal desafio implantar o PCC

Debate sobre a criação de PPPs agita o Poder

PÁG. 5

Novatos expõem projetos para o exercício do mandato: Parlamentares afirmam que irão centrar ações nas áreas da saúde, educação e segurança pública

PÁG. 6-7

CPI dos Combustíveis encerra investigações, apresenta relatório e cobra do governo mais ação e fiscalização: Segundo o relatório final, Estado deixa de arrecadar pelo menos R\$ 13 milhões por conta

da sonegação de impostos; Comissão também detectou fortes indícios de cartelização na venda do gás natural

PÁG. 8

Legislativo retoma atividades e vota 50 matérias: Entre os projetos analisados pela Casa está o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

PÁG. 9

Reforma do prédio-sede deverá ser concluída em 60 dias

PÁG. 10

Combate à Dengue acontece há mais de meio século: Alagoas já registrou este ano mil casos da doença, 30% a mais do que no mesmo período do ano passado

PÁG. 11

AI-5 cassou quatro deputados estaduais em Alagoas: Parlamentares atingidos pelo ato tiveram seus direitos políticos suspensos por dez anos

Decreto fortaleceu linha dura e oficializou a censura no país

PÁG. 12

Waldemir Rodrigues, o homem do esporte: O apresentador do programa Hora de Esporte tem história no jornalismo esportivo alagoano

Jornal JUL/08

CAPA

Mais de 120 matérias aprovadas: Apesar da crise, Parlamento vota projetos que ajudam a desenvolver Alagoas

Deputados derrubam veto de Vilela e querem a senha

APA da Ilha de Santa Rita sob ameaça de devastação

Cláudia é eleita conselheira do Tribunal de Contas

PÁG. 2

O drama da violência e os dados históricos

Legislativo cumpre seu papel, limpa a pauta e greve acaba

PÁG. 3

Greve dos servidores da Assembléia termina em paz: Com intermediação do arcebispo de Maceió, Mesa Diretora fecha acordo e concede reajustes

Sant'Anna: mandato em defesa de Alagoas

PÁG. 4

Plenário vota mais de 120 matérias no semestre: Projetos de reajustes salariais de servidores e de proteção ao consumidor foram apreciados

Temas de interesse da sociedade são debatidos na ALE

PÁG. 5

Fernando Toledo assume vice-presidência do Parlatino

PÁG. 6-7

No aporte de recursos federais, Alagoas é 'lanterna' do Plano de Aceleração do Crescimento no Nordeste: Governador se diz contemplado com os R\$ 6, 5 bilhões que o governo federal irá aplicar em obras até 2010; deputado afirma que recursos poderiam ser maiores se o governo estadual apresentasse projetos

PÁG. 8

Deputados são favoráveis à pesquisa com células-tronco: Parlamentares ressaltam o valor científico e humanitário da decisão tomada pelo Supremo

PÁG. 9

Continuação da página 8

PÁG. 10

Ilha de Santa Rita ameaçada de devastação: Região foi a primeira APA do Estado, mas ainda não teve seu plano de manejo elaborado

PÁG. 11

Parlamento debate projeto de Reforma Tributária

PEC 233, proposta pelo Governo Federal para diminuir a carga tributária, ainda não é consensual

PÁG. 12

O que importa são as letras

Jornal AGO/08CAPA

Semestre com nova dinâmica: Parlamentares examinam e votam mais de 50 matérias somente em agosto

TV Assembléia promove sabatina com todos os candidatos a prefeito de Maceió

Posse de novos parlamentares modifica correlação de forças entre as bancadas

Divisão partidária

Presidente confirma Sessão Especial na cidade de Penedo

Reforma do prédio-sede entra na fase de conclusão

Há 27 anos na Casa, Luna ensina o caminho legislativo

PÁG. 2

Legislativo: crise e oportunidades

Parlamento acelera votação para resgatar normalidade

PÁG. 3

Obra do prédio-sede entra na etapa final: Painel artístico que irá embelezar a fachada começa a ser instalado

Projeto de Moraes quer regulamentar abordagem policial

Dino destaca lançamento de empreendimento turístico

Cathia quer criação de frente em defesa do "Velho Chico"

PÁG. 4

Plenário vota mais de 50 matérias no mês de agosto: Indicações, projetos de lei e requerimentos atendem a pedidos apresentados pela população

Deputada solicita construção de maternidade em Matriz

Sant'Anna propõe convênio para cessão de servidores

PÁG. 5

Vetos à LDO são debatidos e votados pela Assembléia: Reunião com técnicos da Secretaria de Planejamento esclareceu dúvidas dos parlamentares

Morre, aos 53 anos, o ex-deputado Manoel Lins Pinheiro, o Maninho
Parlamento cobra do governo reajuste de salários da Uneal

PÁG. 6-7

Posse de novos parlamentares modifica correlação de forças dentro do plenário, que fica mais eclético: Divisão partidária fica mais equilibrada e Parlamento ganha bloco independente formado por oito deputados; líderes afirmam que nova formatação do plenário altera a negociação para votação de matérias

PÁG. 8

Lésbicas cobram igualdade de direitos: Sessão Pública discute mudanças na legislação e combate à homofobia

Plenário aprova "Projeto do Não Perturbe"

Embaixador de Cabo Verde discursa no Parlamento

PÁG. 9

Assembléia promove entrevistas com candidatos: Propostas e soluções para os problemas da capital alagoana são expostas à população

PÁG. 10

O controle da internet é necessário? Sérgio Amadeu fala sobre a necessidade de controle da rede e faz críticas ao projeto do Senado

PÁG. 11

Há 177 anos, circulava em Alagoas o “Íris Alagoense” Breve histórico da imprensa alagoana, que acabou de completar 200 anos no Brasil

PÁG. 12

Antônio Carlos Luna e a tramitação legislativa: Secretário mostra o "caminho das pedras" de um projeto de lei dentro do Parlamento

Jornal SET/08

CAPA

Sessões voltam ao prédio-sede e Legislativo tem novo presidente

Jota anuncia recadastramento e posterior implantação do PCC

Canal legislativo comemora um ano de informação democrática

Ponte entre Alagoas e Sergipe é tema de sessão em Penedo

PÁG. 2

Portal: trabalho sob a luz do dia

Fatos marcantes mostram avanços no Parlamento

PÁG. 3

Portal da Transparência detalha gastos dos poderes. Durante a solenidade de lançamento, Toledo defendeu o direito de acesso livre às informações

PÁG. 4

Sessão pública defende construção de ponte em Penedo. Foi o primeiro debate realizado pela atual legislatura fora do plenário da Assembleia

Autoridades apresentaram argumentos e valorizaram o debate

PÁG. 5

Comissões da Casa têm nova composição. Afastamento de parlamentares estava atrasando a tramitação de matérias

Deputado requer regime de urgência para projeto do TJ

PÁG. 6-7

Setembro marca a volta da Assembleia Legislativa para o prédio-sede, a destituição e a eleição de novo presidente. Eleito por unanimidade, Fernando Toledo assume a presidência da casa, diz que sua aclamação representa a volta da normalidade administrativa e promete dar celeridade ao processo de auditoria

Toledo: “Eleição garante o retorno da serenidade aos trabalhos legislativos

PÁG. 9

Tv Assembleia: um ano de informações democráticas. Canal do Poder Legislativo comemora as conquistas e traça planos para o futuro

Aniversário foi comemorado com café da manhã

PÁG. 10

Coopamedh: a assistência médica do servidor. Cícero Bezerra conta um pouco dos 16 anos de história da entidade que ele preside desde a fundação

Projeto cria dia de combate à intolerância religiosa

Deputado denuncia excessos cometidos por militares

PÁG. 11

Eleições desenham novo mapa político do Estado. Flaubert Filho é eleito novo prefeito de Viçosa; PMDB e PP conquistam maior número de prefeituras

PÁG. 12

Thales, 47 anos de dedicação ao parlamento. Em atividade, o funcionário mais antigo do Legislativo conta histórias vividas na Assembleia

Jornal OUT/08

CAPA

Com 22 votos, deputados fazem a nova Mesa do segundo biênio

Legislativo toma a iniciativa de comunicar exonerações ao MP

História política de Alagoas passa pela praça Dom Pedro II

Documentos históricos são preservados pelos servidores

Casa aprova aumento do número de desembargadores

Para deputados, suplentes devem receber votos

PÁG. 2

Os desafios do agronegócio alagoano

Debate de temas polêmicos e de interesse público

PÁG. 3

Assembléia elege Mesa para o biênio 2009/2011: Fernando Toledo declarou que medidas implantadas no início de sua gestão terão continuidade

Castelo diz que sua missão na ALE é ajudar dependentes químicos

PÁG. 4

ALE aumenta número de desembargadores: Pleno do Tribunal de Justiça deve dinamizar apreciação de processos

Deputado critica desativação de cinco comarcas

PÁG. 5

Problemas na saúde pública do Estado são debatidos: Parlamentares fazem inspeção na Unidade de Emergência e realizam sessão especial sobre o tema

PÁG. 6-7

Maioria dos deputados não concorda com processo de escolha dos suplentes de senadores e quer modificações: Tramita no Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional estabelecendo na eleição de senador apenas um suplente, que não poderá ser cônjuge ou parente consanguíneo do titular

PÁG. 8

Tales de Menezes recebe a comenda Tavares Bastos: Homenagem foi proposta por Marcelo Victor e aprovada por unanimidade pelos deputados

Sextafeira pede apoio fiscal para produtores de cachaça

Temoteo Correia quer mudar o nome do estádio Rei Pelé

PÁG. 9

No Brasil, câncer faz mais vítimas que a violência: Fumo, exposição prolongada ao sol e má alimentação estão entre os principais causadores da doença

Clemente requer melhorias para São Miguel dos Campos

Projetos de saúde para Viçosa recebem apoio do governo

PÁG. 10

Redatores de atas aprovam acordo ortográfico: Implementação das novas regras na escrita começa a valer a partir de 1º de janeiro de 2009

PÁG. 11

Praça D. Pedro II: palco de momentos históricos: Visita de imperador e dois impeachments de governadores “passaram” pela praça

Mobiliário da Casa é adquirido através do registro de preços

PÁG. 12

A preservação da memória da Casa Tavares Bastos: Departamento de Anais guarda documentos raros que contam a história do parlamento alagoano

Jornal NOV/08

CAPA

Servidores são recadastrados

Comissão debate violência e cobra mais investimentos

Deputado quer a Defesa Civil atuando nos municípios

Pagamento de precatórios vira polêmica em plenário

Parlamento assina Pacto pela Educação

Sessão enfoca obra no rio São Francisco

Financiamento público de campanha equilibra disputa?

PÁG. 2

Agenda parlamentar em sintonia com a sociedade

PÁG. 3

Assembléia faz recadastramento de servidores: Recontagem visa à atualização dos dados cadastrais dos funcionários e viabiliza o sistema de frequência

PÁG. 4

Educação Pública é tema de projetos e debates: Parlamento realiza sessões especiais, aprova PCC e participa do pacto firmado para apoiar o setor

PÁG. 5

Aprovação do PCC é aplaudida por trabalhadores

PÁG. 6

Deputados acreditam que financiamento público para campanhas eleitorais deixará disputa mais equilibrada: Transparência na prestação de contas e o fortalecimento dos partidos políticos são outros motivos alegados pelos parlamentares para apoiarem a proposta no Congresso Nacional

Maior transparência na fiscalização das

Financiamento público não diminuirá corrupção

PÁG. 8

Relatório de gestão fiscal é apresentado: Informações sobre as finanças do Estado foram fornecidas aos deputados

Gilvan se diz um homem pacífico e denuncia farsa

Deputado quer dados sobre comissões de Defesa Civil

PÁG. 9

Delegados têm reajuste salarial aprovado: Vencimentos do governador e do vice-governador também são reajustados

Precatórios: Casa questiona critério para pagamento

ALE une forças pelo fim da violência contra a mulher

PÁG. 10

Parlamento se posiciona em defesa do São Francisco: Obra de transposição é criticada por deputados e pelo ex-governador de Sergipe

PÁG. 11

CDH promove debate sobre violência no Estado: Representantes de setores ligados à Segurança Pública cobram mais investimentos do governo

Sessão Especial homenageia centenário de Freitas Cavalcanti

PÁG. 12

A encantadora de crianças: Ruth Rocha conta como funciona o seu método de produção e faz críticas aos atuais livros infantis